

ANTONIO TORRES MONTENEGRO

HISTÓRIA EM CAMPO MINADO

(A MEMÓRIA POPULAR REVISITADA)

Tese apresentada ao Curso de  
Doutorado em História do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas,  
São Paulo, como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Doutor em  
História.

  
Orientador: Prof. Dr. ~~Edgá de Decca~~

*Este exemplar contém a redação final  
da Tese defendida e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 26/09/91*

Campinas, 1991

M764h

14918/BC

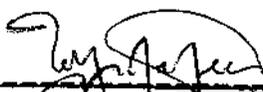
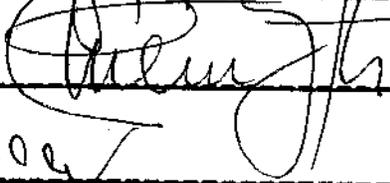
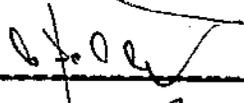
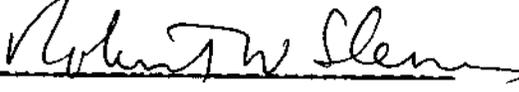
UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANTONIO TORRES MONTENEGRO

HISTÓRIA EM CAMPO MINADO  
(A MEMÓRIA POPULAR REVISITADA)

BANCA EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Aprovada em:

Campinas,      de                      de 1991

A MEUS PAIS, ANTONIO E HILDA,  
COM QUEM REAPRENDO  
A CADA DIA.

A CATARINA,  
EDUARDA E  
ANA,  
PRESENTE E  
FUTURO.

Quando a gente tentou mudar em 63, foi um sonho assim, um riso num instante acabou-se. (Manoel Marques)

O silêncio! Entrou no coração de todos, fez com que nós ficasse disfarçado uns aos outros. Procurava os companheiros para conversar comigo e não encontrava, o companheiro não visitava minha casa, o companheiro não me acompanhava para o trabalho e também não me acompanhava de volta para casa e eu passei os 6 meses andando sozinho sem ninguém chegar na minha casa. Até mesmo os próprios companheiros de partido tiveram medo ou que se assombraram ou que não se aproximaram. Fiquei isolado de visita, de tudo, se não o caminho que tinha para mim era o caminho da Igreja, a donde eu, nos domingos ia assistir à celebração da missa e que lá que eu recebia aquela comunhão e buscar conforto para que pudesse voltar diante dos companheiros àquela vida. Foi passando para anos o silêncio era a mesma coisa e tudo na vista da gente tinha desaparecido, as mobilizações, sindicato, não se falava na fábrica ou em parte alguma durante esses anos. (José de Aguiar).

## AGRADECIMENTOS

Ao concluirmos este trabalho, e olharmos para o caminho percorrido, percebemos como ele é resultado de uma enorme cooperação. Diversas instituições e pessoas participaram de várias maneiras para sua realização.

Um dos primeiros desafios, entretanto, que se colocaram quando começou a se delinear o projeto de resgate e estudo da memória popular foi o de fazer com que o campo documental que se produziria a partir das entrevistas se constituísse em um fator de resistência cultural. Nesse sentido, teria sido praticamente impossível realizar dezenas de entrevistas, transcrevê-las e, posteriormente, divulgá-las sem um trabalho de equipe.

Desde os primeiros passos, quando decidimos trabalhar a memória popular, tínhamos como preocupação fundamental que todos estes registros pertencessem ao movimento social. Sobretudo porque uma das reivindicações, ou, mais claramente, um dos protestos mais constantes dos segmentos populares é que são alvo de inúmeras pesquisas, mas muitas vezes não vêem e não tem nenhum acesso ao resultado, ou produto destas.

Nesse sentido, a concordância e a decisão da Federação dos Moradores de Casa Amarela em criar um Departamento de Memória apontavam a compreensão da importância do registro da memória como resistência cultural e elemento fortalecedor da luta política. Iêda Ventura e Antonio Meira Ferrão, enquanto diretores da entidade, apoiaram e participaram diretamente dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Memória. A equipe do Memória foi inicialmente constituída por Luiz de La Mora,

Álvaro Pantoja, Delma Silva, Regina Borges e Roberto Baptista. Hoje, o Departamento tem um arquivo de mais de cem entrevistas, além de livro, cartilha, vídeo e programas de rádio com depoimentos de diversos entrevistados.

Um outro projeto de que participamos foi o da Reabilitação do Bairro do Recife. A equipe dirigida por Amélia Reinaldo tinha como filosofia de planejamento que o trabalho de preservação e renovação deveria ser aliado ao do resgate da memória. Junto com Sílvia Rodrigues e Ivandro Sales realizamos dezenas de entrevistas, que resultaram posteriormente no livro Bairro do Recife: Porto de Muitas Histórias, com depoimentos de oito moradores e trabalhadores do bairro e ainda no vídeo - A dança da vida -. Este projeto se transformou mais tarde no Serviço de Pesquisa e Documentação Memória em Movimento.

A LBA/PE assistiu a estes projetos com um apoio financeiro decisivo. Tereza Dourado, na época superintendente, demonstrou uma enorme sensibilidade para as questões da memória que estavam postas nos referidos trabalhos - o de Casa Amarela e o do Bairro do Recife -. Vilma Dourado e Ivone Machado também pela LBA, foram de uma ajuda inestimável na superação dos entraves burocráticos no processo de liberação de recursos dos referidos projetos.

Ao CNPQ e a Capes, pelas bolsas concedidas que, efetivamente foram de uma importância fundamental.

Ao professor John Bodnar, diretor do Centro de História Oral da Universidade de Indiana que nos possibilitou o acesso a diversos projetos desenvolvidos naquele centro, durante o período em que estivemos como pesquisador visitante.

Ao Educom do Centro de Educação da UFPE, na pessoa do seu diretor o Professor Paulo Gileno Cisneiros, que nos incentivou a

enfrentar a redação do nosso trabalho em um processador de texto. Inúmeras vezes, interrompeu suas atividades para tirar dúvidas ou mesmo ajudar a encontrar documentos perdidos. Vale ainda destacar também a sempre prestimosa colaboração do secretário do Educom, Eraldo Ferraz.

Mirta Carvalho e Débora Suassuna, através de leituras cuidadosas do texto, corrigiram eventuais lapsos gramaticais e sintáticos, além de oferecerem sugestões preciosas para que este se tornasse mais compreensível.

A Maria Valéria Vasconcelos, pelo paciente e cuidadoso trabalho de normalização.

Aos professores do Colégio de Aplicação da UFPE, que, durante minha ausência, assumiram as nossas aulas, em especial, as Professoras Georgina Leal, Glória Marinho e Socorro Ferraz.

A Catarina, companheira da primeira e da última hora, presença em todos os momentos desse percurso, entrevistando, transcrevendo, discutindo, ou, sobretudo, como a força invisível/visível que foi o suporte para que este trabalho pudesse alcançar o seu término.

Ao Edgar de Decca que, como orientador, foi um interlocutor atento em quem encontrei sempre sugestões, análises e críticas que se constituíram em contribuições valiosas ao trabalho.

A tese que se consubstancia nesse momento, como parte de um intenso e diversificado percurso, é de nossa inteira responsabilidade. A forma de compreender, de reescrever, de projetar as histórias, os sonhos, as lutas, as alegrias e tristezas do conjunto de memórias aqui apresentadas, a este autor caberá responder os possíveis equívocos, erros ou omissões.

## SUMÁRIO

### RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

### RESUMO

#### 1 INTRODUÇÃO

1.1 Pedacos das histórias	13
1.2 Cidade das idéias	18
1.3 O espelho no retrato	31
1.4 A fita na tela	36
1.5 Batalhas nas sombras	39

#### 2 A língua no asfalto

2.1 "Eu já fui burra"	53
2.2 A fala como ação	57
2.3 O mundo de Tôta	61
2.4 Contando casos	64

#### 3 Batalhas em Casa Amarela

3.1 O repente da história	72
3.2 Quem sabe - da história - das terras de ninguém	79
3.3 A trilha de Aguiar	83
3.4 Sapateiro de Timbaúba	87
3.5 Palco de Histórias	92

#### 4 A história oficial: os esconderijos da memória

4.1 O outro lado do espelho	99
4.2 1930: memórias adversas	100
4.3 Um certo inspetor geral	109
4.4 Periodicidade histórica popular	113
4.5 À guisa de considerações	123

#### 5 Vargas: o entardecer da memória

5.1 A invenção legal	129
5.2 O homem da nação	139
5.3 Lampions acesos	141

#### 6 Pra lá de Macaco

6.1 Marcas da época	148
6.2 O poder da liga	152
6.3 Do discurso à guerra	157

7	<u>Comunismo como missão</u>	
7.1	Na mira dos agentes	163
7.2	A polícia conta a história	171
7.3	O comício	173
7.4	A força do passado	178
8	<u>Conclusão</u>	186
9	<u>Abstract</u>	188
10	<u>Bibliografia</u>	
10.1	Geral	189
10.2	História Oral/Memória	195
10.3	Recife/Peranambuco	199

## RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Antonia Vidal de Lima (Tôta) nasceu em Itabaiana/PB em 12/3/37. Foi entrevistada pelo Departamento de Memória de Casa Amarela (FEACA), em 17/9/87. Reside no Canal da Macaxeira, 88, Casa Amarela.

Antonio de Almeida nasceu em Recife em 11/7/1922. Foi entrevistado pelo Memória em Movimento em 29/11/1988.

Arnaldo Rodrigues da Cruz nasceu no Beco da Facada, Casa Amarela em 12/11/26. Foi entrevistado em 16/9/87. Reside no Alto das Pedrinhas n.312, Casa Amarela. Faleceu em 1989.

Benedito José de Moraes nasceu no Engenho Maravilha, Goiana/PE em 10/06/1887. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 3/9/1988. Reside à rua do Brejo, 238, Casa Amarela.

Cícera Maria da Conceição nasceu em Maceió/AL em 11/4/19. Foi entrevistada pelo Memória em Movimento em 21/4/89. Reside na Travessa do Bom Jesus 183, Bairro do Recife.

Diniz Gomes Cabral nasceu em Recife em 15/11/1912. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 13/12/1988. Reside à rua Santa Isabel, n.858.

Felipe Santiago Neri nasceu em Recife em 13/5/1904. Foi entrevistado pelo Memória em Movimento em 12/3/89.

Hilda da Silva Cruz nasceu em Limoeiro/PE em 3/6/23. Foi entrevistada pelo Departamento de Memória em 12/3/88. Reside à Rua do Vasco da Gama 357, Casa Amarela.

João Lopes da Silva (Bubu) nasceu em Mamulenga, Nazaré da Mata/PE em 21/11/21. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 6/11/1987. Reside à Rua Alto da Serrinha, 2218, Alto José Bonifácio.

José Pinto Soares nasceu em Paulista/PE em 10/8/1907. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 7/8/1988. Reside à Rua Dr. José Abranches 98, Casa Amarela.

José Severino de Aguiar nasceu em Limoeiro/PE em 4/12/25. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 21/9/87 e 2/6/88. Residia à rua das Embaubas, 295, Casa Amarela. Faleceu em 18/7/88.

José Valdemiro da Silva nasceu em Brejo da Madre de Deus/PE, em 23/11/22. Residia na Rua Dália 79, Apt.7, Boa Viagem. Faleceu em 1990.

Joventino Francisco de Almeida nasceu em Itabaiana/PB em 3/2/1908. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 15/12/87. Reside à Rua Augustinha Nunes Machado, 30, Sítio dos Pintos, Casa Amarela.

Manoel Amaral de Moraes (Cinquenta) nasceu em Nazaré da Mata/PE, em 23/8/1913. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 17/3/88. Reside à rua Carolina, 263, Alto Santa Isabel, Casa Amarela.

Manoel Marques nasceu em Timbaúba/PE em 29/11/19. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 8/3/88. Reside à Rua Dr. Eurico Chaves, 906, Alto Santa Isabel, Casa Amarela.

Maria Gilda da Silva nasceu em Barra dos Coqueiros/SE em 3/8/54. Foi entrevistada pelo Memória em Movimento em 12/3/89. Reside à Rua do Apolo 134, Bairro do Recife.

Roseno Lins nasceu em Nazaré da Mata/PE em 18/8/10. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 2/2/88. Reside à rua da Embaúba 16. Nova Descoberta. Casa Amarela. Faleceu em Março de 1991.

Severino Lino (Biu do Maracatu) nasceu em Paudalho/PE, em 24/8/10. Foi entrevistado pelo Departamento de Memória em 14/10/87. Reside à Rua Morro da Conceição, 264. Morro da Conceição, Casa Amarela.

## RESUMO

História em campo minado é um relato construído a partir da memória popular. Procurou-se estudar que marcas - da história oficial, da esquerda, do próprio cotidiano de vida e trabalho - a população tem registradas em sua memória e como estas marcas foram compreendidas e hoje são rememoradas.

Uma das questões norteadoras desse trabalho foi, em outros termos, a de resgatar em qual ou quais histórias as camadas populares vivem. Nesse sentido, a história oral se constituiu no referencial técnico e metodológico, para o trabalho de resgate e produção desse campo documental. Todo o debate em torno da problemática da memória também se apresentou como uma referência necessária ao desenvolvimento do caminho então projetado.

Um outro balizamento fundante deste percurso foi a idéia de história como combate, disputa. Sobretudo, porque é a partir das representações do passado que se constrói toda uma estratégia de governo, de poder, de sociedade e de futuro. E foi nesse cenário que encontramos as marcas populares de repetição ou de resistência às representações oficiais. Logo tivemos sempre em mente o campo da história como um campo de luta, de vida e morte; um campo minado.

O campo documental que baliza este trabalho foi construído a partir de mais de cem entrevistas. Destas selecionamos aproximadamente vinte, que, em princípio, definiram o quadro histórico que passamos a narrar.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 PEDAÇOS DAS HISTÓRIAS

O espaço onde se constrói uma cidade nos convida para o reconhecimento de um espectro infinito de determinações/relações. É nesse plano intrincado que homens, mulheres, crianças, velhos e velhas estabelecem, projetam, realizam suas vidas. O que trazem, o que inventam, o que transformam está além de qualquer possibilidade positiva de determinação. No entanto, estabelecer, associar processos instituindo matizes explicativos é o fazer próprio da condição de cidadania nos estertores do século XX.<sup>1</sup>

No transcorrer do século XIX já se antecipava uma economia mundial. Hoje, essa realidade muito mais palpável aponta para outros aspectos da formação social que, paulatinamente, adquirem sinais de universalidade. O exemplo maior desse processo estaria fotografado no cotidiano que mais e mais cerca a vida das cidades, e que se projeta na própria experiência da modernidade.<sup>2</sup>

Universal e particular, geral e específico - contrapontos indissociáveis de formas de compreensão do real pensado - não oferecem nenhum atalho ao processo de desvendamento do real concreto.<sup>3</sup>

Nesse esforço ou, mais propriamente, nesse movimento de debruçamento, o específico, o particular adquirem formas próprias, exigindo um recriar constante de parâmetros narrativos.<sup>4</sup>

Logo, ao longo deste caminho, estaremos percorrendo representações de caráter universal, onde o ser próprio, porém, se encontra em um movimento e em relação permanente com

determinações específicas; onde a própria razão de ser se define por algo particular e próprio de aspectos específicos da formação social sem, no entanto, perder seu elo, sua relação com planos gerais / universais. Dedução e indução, métodos tão antigos da abordagem da realidade, apresentam-se, por analogia, como extensão da relação teoria/prática. No método dedutivo, os próprios princípios implícitos a dirigir a investigação esbarram em novos elementos, exigindo um refazer dos pressupostos. Considera-se, então, o ponto de partida da indução como contraponto necessário e ampliador do processo do conhecimento. Estas duas formas, métodos, maneiras de abordar o real ganham novos contornos à medida que se associam à criação, à invenção, à imaginação. O tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E neste hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador.<sup>3</sup>

A história que se escreve de maneira consciente e inconsciente está marcada pela época em que se vive. Fotografar, registrar alguns ângulos das diversas dimensões do real é uma forma de estabelecer, associar acontecimentos, fatos que perpassam o período em que essas linhas são escrevinhadas.<sup>4</sup>

No plano internacional, o processo de distensão entre EUA e URSS alcança níveis bastante significativos. Os acordos pelo controle e diminuição de armas nucleares são um sinal bastante palpável.

Internamente, a URSS, a Perestroika e a Glasnost apontam para uma sensível mudança. A queda do muro de Berlim no interior das mudanças no leste Europeu e a rebelião estudantil na China são sinais e práticas significativas de um outro ordenamento político mundial.

No Oriente Médio, é o fim da guerra entre Irã e Iraque que se estendeu por mais de sete anos ceifando milhares de vidas entre civis e militares. Chegou a se constituir em uma grande ameaça ao 'equilíbrio bélico mundial'.

Na América do Sul, a mais antiga ditadura é derrubada - Stroessner - no Paraguai. No Chile se encerra a era Pinochet, após eleições livres e diretas, em que vence o candidato do Partido Democrata Cristão.

Paralelamente, caminha-se de forma lenta para a criação de um mercado comum dos países Sul-Americanos.

Na América Central, apesar de todo o apoio aos contra-revolucionários - por parte dos EUA - a Nicarágua resiste. No entanto, nas últimas eleições para presidente, o candidato do Partido Sandinista, Daniel Ortega, contrariando todas as expectativas, foi derrotado pela candidata da oposição, Violeta Chamorro.

A Revolução Cubana completa trinta anos e são sugeridas mudanças políticas.

No plano nacional, o período cognominado "transição democrática" vai-se encerrando com uma situação econômica grave, em razão de uma inflação de aproximadamente 75% ao mês. A dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares e um enorme deficit público dificultam ainda mais a busca de alternativas para a crise econômica. No plano político, encerra-se a Assembléia Constituinte, sendo aprovada uma nova constituição para o Brasil. A não aprovação do projeto de Reforma Agrária na perspectiva dos Partidos de Esquerda e dos Sindicatos rurais deixa completamente sem controle a crise que assola o Brasil rural. Milhares de agricultores e presidentes de sindicatos rurais mortos por grandes fazendeiros têm, no assassinato de

Francisco Mendes (presidente do sindicato de Xapuri e ecologista reconhecido internacionalmente), um momento agudíssimo dessa crise. Diversos jornais do mundo inteiro estampam em primeira página a indignação face ao bárbaro crime.

O resultado das eleições municipais, em Novembro de 1988, significou uma profunda derrota para os partidos que compartilham do poder - PMDB e PFL -. O PT conquistou a prefeitura da maior cidade do Brasil e da América do Sul - S.Paulo -. Mais recentemente, o candidato a Presidente da República do PT vai para o segundo turno e, por uma diferença de aproximadamente 6% de votos, é derrotado.

A força do conjunto desses acontecimentos estabelece a possibilidade de apontar para diversas direções, onde o fim da guerra fria poderia mesmo significar um salto qualitativo nas relações mundiais. Entretanto, a recente guerra dos EUA, Inglaterra, França e quase todo o Ocidente contra o Iraque, em razão da invasão do Kuwait por este último, traz à cena mundial, como consequência imediata, a impossibilidade histórica de superar o predomínio da força, no enfrentamento das questões econômicas e políticas entre as nações.

Um outro elemento desse cenário se projeta na maneira como os meios de comunicação têm apresentado o desenrolar da guerra. A forma como a imagem e as informações são traduzidas e veiculadas nos deixa a permanente sensação de assistirmos a um filme de aventuras, onde todo o sofrimento, dor, perigo mundial parecem inteiramente fictícios. Associa-se a essa forma de transmissão/comunicação uma semana de Rock no Rio de Janeiro e em seguida uma semana de carnaval. As transmissões da festa e da guerra apresentam-se como um mesmo cenário, onde tudo é reduzido a um grande espetáculo. Todos esses elementos cotidianos

informam a dimensão de visão e de sentimento de mundo, de vida, de sociedade, enfim da história que está sendo construída, através das formas como os acontecimentos cotidianos são constantemente transmitidos a milhões de cidadãos .

A esse conjunto se acrescenta ainda a sensível mudança no comportamento social, em razão do aparecimento do vírus da AIDS, transmissível por transfusão de sangue, relações sexuais e utilização de ampolas não descartáveis. A AIDS tornou-se a terrível moléstia deste final de século, já tendo matado milhares de pessoas e antecipado perspectivas tenebrosas para o futuro.

No plano da história, todos esses fenômenos - que poderíamos chamar, segundo uma classificação dos Anais, de acontecimentos de curta duração - inscrevem-se em um movimento muito mais longo que o epocar de fenômenos passageiros."

Os estados nacionais, os regimes políticos e as relações econômicas se transformam, trazendo em seu bojo uma radical discussão dos conceitos de história, de cultura, de representação, de sociedade, numa relação dinâmica entre as práticas e os imaginários que fornecem opções históricas e, em outros momentos, delas se alimentam.

Esse quadro por si oferece elementos para uma projeção pessimista do futuro. Entretanto, o cenário melancólico da realidade recoloca sempre novos desafios. Nesse sentido, poder-se-ia encontrar na "Teoria Crítica" um referencial teórico de análise que aponta para a não aceitação passiva do caos reinante: "A diferença (entre a Teoria Crítica e o Ceticismo) radica-se em que a Teoria Crítica, cuja representação assumimos diante do Ceticismo, não converte sua perspectiva do mal existente e da transitoriedade do conhecimento em um absolutismo

antiteórico, mas que, inclusive em constatações pessimistas, deixa-se guiar pelo firme interesse em um futuro melhor".<sup>9</sup>

## 1.2 CIDADE DAS IDÉIAS

A delimitação das categorias "popular", "cultura popular", "memória popular" tem, historicamente, recebido variados matizes. Cada época recupera e atribui ao popular um sentido, que, em princípio, resulta do jogo ou das relações no interior dos discursos, na medida em que estes se propõem estabelecer determinados imaginários. Dessa forma, um dos aspectos do popular é estar implicado na questão da elite - o não popular - e, conseqüentemente, o primeiro se transforma, enquanto contraponto, em legitimador do segundo. No entanto, como assinala Marilena Chauí, "uma diferença entre a cultura que o povo possui e as elites, caracterizadas como autoritárias ... pede explicitação pois exige que indaguemos qual é sua natureza".<sup>10</sup> Mas o campo analítico não é demarcável facilmente haja vista que "as possibilidades interpretativas não se excluem umas às outras; pelo contrário, assinalam a complexidade do tema a ser debatido e as dificuldades para a manutenção tranqüila de uma dicotomia entre os termos - cultura do povo e autoritarismo das elites - dicotomia que nos dê a ilusão de que ambos são transparentes e providos de contornos suficientemente nítidos para impedir o deslizamento de um no outro"<sup>11</sup>

A questão do autoritarismo das elites aponta para o próprio exercício da dominação econômica, política e cultural que se situa em um quadro de tensão permanente. Sobretudo porque a dominação se estabelece em um campo de guerra onde o próprio

exercício desta se caracteriza pela incompletude e resistência. Incompletude que se manifesta através das próprias contradições do projeto de dominação, embora recorra a um permanente esforço de cimentá-las instituindo uma representação de harmonia, completude e totalidade. O controle de uma parcela significativa dos meios de comunicação e, por extensão, da possibilidade de intervenção na memória social é um forte instrumento da constante busca de construção dessa representação que as elites tentam não lacunar da dominação.

A escolha da historicidade popular como objeto de estudo e construção desta narrativa não poderia deixar de estar associada ao momento histórico, como também às tendências da reflexão e do pensamento histórico, filosófico e político do final do século XX.

Peter Burke aponta alguns fatores que provocaram o interesse pela cultura popular na Europa, desde o final do século XVIII e início do século XIX: "razões estéticas, razões intelectuais e razões políticas".<sup>14</sup> Embora seu estudo compreenda o período de 1500 a 1800, este assinala as transformações modernas através "das estradas de ferro, que provavelmente contribuíram até mais do que o serviço militar obrigatório e a propaganda governamental para corroer a cultura específica de cada província e converter as regiões em nações".<sup>15</sup>

Em nosso trabalho, procuramos estudar a cultura popular recente de vinte, trinta até cinquenta anos passados através do resgate da memória - realizando entrevistas orais - de velhos e velhas trabalhadoras. Nesse sentido, estudamos muito mais o lado simbólico da cultura do que a produção material, embora, como assinala Eunice Durhran em - Produzindo o Passado -, estas sejam dimensões inseparáveis.<sup>16</sup>

Marilena Chauí aponta diversos usos do "conceito de cultura" em vários períodos históricos. Estamos de acordo com a forma de análise da autora ao não colocar a cultura popular como totalidade em oposição à cultura dominante. A cultura popular se caracteriza por "um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria ( o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência) distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência"<sup>14</sup> Consideramos, entretanto, que a falta, a carência, como elemento fundante do cotidiano da vida, tem na resistência não uma postura política conjuntural, mas um desafio da faina diuturna pela própria condição de sobreviver.<sup>15</sup>

O que nos remete à cultura popular não é a possibilidade de descobrir um enclave dentro da representação cultural produzida oficialmente, mas antes fazer um caminho inverso.<sup>16</sup> Através dos depoimentos, analisar que elementos simbólicos são construídos pela população, e se apresentam, muitas vezes, como o avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essa população convive, tolera, assimila, reproduz a cultura oficial.<sup>17</sup> Nesse sentido, nos diferenciamos da preocupação de Peter Burke, quando afirma: " Deixemos de lado a moderna confiança no progresso, na ciência e na tecnologia, e deixemos de lado os modos profanos em que as esperanças e os medos são expressões. Tudo isso ( e mais ) é necessário antes de conseguirmos penetrar no "mundo (cultural) que perdemos".<sup>18</sup> Nas análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, a cultura popular não é considerada como algo perdido. Ela está presente, pelas próprias condições materiais de carência radical das condições mínimas de sobrevivência, ao gerar uma produção material e simbólica que

muitas vezes manifesta características muito distintas da cultura oficial. É nesse cenário que a própria relação com a cultura oficial, por parte dessa população, é reproduzida, recriada, e renegada. Marilena Chauí faz uma crítica muito rigorosa à idéia de cultura popular como dominada, ou ainda àqueles que consideram esta como tendo um quadro simbólico reduzido e por esta razão se constituiria em uma cultura pobre.<sup>19</sup> É completamente equivocado se procurar compreender e explicar a produção material e simbólica da população e por extensão as formas de relação com a sociedade a sua volta a partir dos valores instituídos pela cultura oficial. Nesse sentido, a proposta desse trabalho é a de recuperar, descrever e construir um quadro narrativo a partir do extenso universo de memórias registrado. Na nossa perspectiva de análise, a cultura popular no Brasil, hoje, teria como terreno fértil para sua reprodução as condições materiais da grande parcela da população. Esta, em face da constante privação de comida, saúde, educação, transporte, moradia, cria muitas vezes estratégias de luta e sobrevivência próprias desenvolvendo uma compreensão do mundo e da realidade, muitas vezes bastante distinta da que a cultura oficial procura difundir.<sup>20</sup> No entanto, apesar de a realidade material ser um elemento constitutivo da determinação cultural, ela não é suficiente, ou mesmo, por que não dizer, ela não é deterministicamente determinante. Um dos elementos que contribui para uma produção simbólica diferenciada estaria na própria relação com a linguagem. A população evidencia uma consciência da diferença que também aí se projeta entre a fala, a linguagem dos pobres em relação ao restante da sociedade. Na seção 2 - A Língua no Asfalto - voltaremos a discutir essa problemática.

Renato Ortiz estabelece uma análise em torno da cultura popular, retomando a perspectiva Gramsciana para apontar a influência da cultura burguesa hegemônica nas camadas populares; mas também na própria fragmentação do popular encontrar-se-ia "um espaço potencial de resistência social".<sup>21</sup> Analisar a cultura popular como fragmentada é considerá-la da perspectiva da cultura oficial, pois a idéia de totalidade é vista como atributo desta. No entanto, é no próprio trabalho com a cultura popular que podemos constatar os limites do alcance da cultura oficial. Ou ainda, a idéia ou a representação de hegemonia, coerência, totalidade é mais uma estratégia de construção da dominação.

Jerry White, ao estudar um bairro popular londrino, no período de 1894 a 1930, desmonta e recupera a multiplicidade e complexidade das relações sociais de uma população extremamente pobre. Trilhando a prática cotidiana dessa população, o autor aponta momentos de vitórias e derrotas. Elementos de união e desunião. Força e fragilidade. Acompanhar essa trilha é visitar Campbell Bunk, com todos os seus figurantes, na luta cotidiana, nas suas práticas diversas e diferentes de sobrevivência. Lentamente, essas práticas transformam-se em saudosos resíduos de um capitalismo que penetra e transforma as relações sociais da sociedade inglesa tanto horizontalmente, quanto verticalmente.<sup>22</sup> No Brasil, o capitalismo é capaz de submeter muitas vezes as populações pobres às condições tecnológicas mais modernas de trabalho. Entretanto, no que tange às condições de vida, ou aos direitos elementares da cidadania, esta população é credora de uma incomensurável dívida social.<sup>23</sup>

O trabalho aqui desenvolvido poderia ser compreendido em uma perspectiva da história das mentalidades. No entanto, parece muito difícil trabalhar a partir do paradigma de Maurice Agulhon

- e sua Sociabilidade Meridional - ou no que é proposto por Michel Volvelle ao descortinar nesse a possibilidade da construção de um modelo estrutural.<sup>84</sup> Por um lado, a idéia de modelo costuma remeter a enormes dificuldades, sempre que alguns elementos não correpondem à tipologia estabelecida. Por outro, o próprio conceito de 'Mentalidade' remete a algo acabado, obrigando muitas vezes o historiador a desconhecer determinados documentos que apontem na direção oposta à do modelo que se busca estabelecer.

Robert Darnton, embora não encontre em inglês o termo correspondente para uma história das mentalidades, mantém a expressão francesa, e acredita estar fazendo uma história cultural, ao estudar "nossa própria civilização da mesma maneira como os antropólogos estudam as culturas exóticas".<sup>85</sup>

De certa forma, o nosso trabalho poderá, sem dúvida, estar marcado pelo que hoje tem-se caracterizado como história social. Entretanto, nossa problemática constante é a da história como "disputa", "combate", "governabilidade".<sup>86</sup> A representação do passado que predomina na memória coletiva e individual tem uma significativa participação no governo do corpo individual e social.<sup>87</sup> Como assinala Marc Ferro, a dimensão da disputa, do controle é uma marca permanente da história.<sup>88</sup> Nesse sentido é que, entrevistando velhos trabalhadores e trabalhadoras a partir da história de vida, procuramos e/ou mesmo aguardamos que marcas das diversas histórias fossem relembradas/narradas. À medida que estas marcas surgiam de conteúdos e formas as mais variadas é que fomos construindo o quadro histórico. Foi a partir desses depoimentos que podemos compreender, um pouco, quais histórias a população tem, de forma consciente, preservadas em sua memória. Por outro lado, é nessa senda que se descortinam as diversas

histórias, apesar do esforço constante de alguns grupos em apresentarem sua versão como verdadeira, única, totalizante.<sup>29</sup> A trilha aqui proposta foi construída no intento de resgatar os registros das memórias e a forma como estas atuam na determinação da compreensão do passado, do presente e do futuro.<sup>30</sup>

Richard Jonhson e Grahan Dawson procuram estabelecer uma nítida relação entre a história e a política, ou ainda, entre a reconstrução do passado e os projetos políticos.<sup>31</sup> Essa forma de relacionar a história e a atividade política remete, irremediavelmente, à questão da memória. Nesse sentido, todo programa político, por sua vez, está associado à reconstrução do passado.<sup>32</sup>

É sempre a partir de como se institui o passado que são criadas as condições imaginárias para definições dos projetos políticos.

Um outro aspecto a destacar neste debate é a relação memória popular/história oral, enfocada pelos referidos autores. Basicamente, o debate desenvolvido em torno dessa questão se resumiria nos seguintes pontos: "as dificuldades de caráter epistemológico que remetem ao problema do empirismo e a prática histórica ortodoxa; a forma do material da história oral ou da autobiografia popular: o testemunho individual, a narrativa ou autobiografia; o que importa na história oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea; a questão de como os historiadores vão usar suas fontes é um problema da história oral como de áreas afim".<sup>33</sup>

Philippe Joutard, em sugestivo artigo, além de resgatar o caminho percorrido pela história oral desde seus primeiros passos nos EUA, na década de 1930, e seu posterior desenvolvimento na

Inglaterra, França, Itália, Canadá, América Latina, analisa de forma bastante detalhada diversas implicações que sua utilização coloca.<sup>34</sup>

Vale destacar que o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade<sup>35</sup> que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais.<sup>36</sup>

À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor. A análise realizada por Eder Sader e Maria Célia Paoli, procurando repensar o conceito de classes populares na perspectiva das lutas que epocaram no cenário da sociedade principalmente a partir da década de 1980, oferece à reflexão o reconhecimento de um outro conjunto de práticas que se dão nos mais diversos níveis, e que têm fundamentalmente uma base popular. Aqui se registra como lentamente os pesquisadores das Ciências Sociais foram obrigados a repensar este novo cenário a partir muito mais do real concreto do que de definições apriorísticas.<sup>37</sup>

Lutz Niethammer em seu artigo "La Historia Oral Como Canal De Comunicacion Entre Obreros e Historiadores" descreve alguns projetos desenvolvidos na Alemanha, e aponta a história oral como um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitude.<sup>38</sup>

Enfrentamos, sem dúvida, a problemática que situa o debate entre a "memória coletiva" e o que se convencionou denominar de "memória histórica". Maurice Halbwachs, ao analisar de forma

detalhada a memória e suas dimensões individual, coletiva e histórica, estabelece uma nítida distinção entre história e memória.<sup>39</sup> Os aspectos considerados por Halbwachs estariam basicamente fundados em dois aspectos: enquanto a memória é múltipla, a história "é uma e podemos dizer que não há senão uma história"<sup>40</sup>; por outro, ainda segundo este, a memória trabalha com o vivido, o que ainda está presente no grupo, enquanto a história trabalha e constrói uma representação de fatos distantes, ou mesmo onde ou quando se encerra a possibilidade de encontrar testemunhas daquela lembrança.<sup>41</sup>

A perspectiva histórica de Halbwachs guarda enormes distâncias com a forma como vem se desenvolvendo crescentemente a pesquisa histórica.<sup>42</sup> A idéia do que é ou não importante vem sendo objeto de significativas mudanças como assinala Paul Veyne: "Quando muito pode-se pensar que alguns factos são mais importantes que outros, mas essa importância depende inteiramente dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta".<sup>43</sup> Halbwachs apresenta uma posição frontalmente contra a perspectiva de se trabalhar a memória também como documento histórico.<sup>44</sup>

Sem dúvida, concordamos com Halbwachs quando este estabelece uma distinção entre memória e história.<sup>45</sup> Afinal, o vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história. Entretanto, se são distintos, arriscaríamos afirmar também que são inseparáveis.<sup>46</sup> Afinal, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e

futuro) através da memória. Diferentemente de Halbwachs, veríamos a história e a memória como, apesar de distintos, mantendo significativas intersecções. Nesse sentido, a análise de Jacques Le Goff sobre a relação da memória dos seus pais com a construção da sua consciência histórica é significativa: "Foi através da memória de meus pais - e mais ainda pelo contacto com uma memória dos tempos da sua infância e da sua juventude que sobrevivia nos seus caracteres, nas suas idéias, nos seus comportamentos quotidianos - que se edificou em mim o sentido da duração, da continuidade histórica e, ao mesmo tempo, das rupturas".<sup>47</sup>

Para Le Goff, a memória dos seus pais foi um dos elementos constitutivos da formação da sua visão histórica. Em outros termos, a memória contém os elementos básicos para construção de uma concepção histórica.<sup>48</sup>

A relação entre memória e história e suas diferenças tem-se colocado como questão angular no debate da história oral. Não é fortuito que Paul Thompson<sup>49</sup>, Alessandro Portelli<sup>50</sup>, Luisa Passerini<sup>51</sup>, David Ellwood<sup>52</sup>, Philippe Joutard<sup>53</sup>, Lutz Niethammer<sup>54</sup>, Victor Hugo Acuna<sup>55</sup>, David Thelen<sup>56</sup>, Linda Shopes e Michael Frisch<sup>57</sup>, entre outros, têm procurado enfrentar o problema das fontes escritas e a questão da história oral, ou, mais propriamente, da memória. A idéia de história, estabelecida por Halbwach, coloca a memória em um campo inteiramente diverso. Não seria possível uma ponte entre a memória e a história.<sup>58</sup>

Paul Thompson faz um estudo da Inglaterra do início do século XX, resgatando como foram vividas as mudanças nesse período. Realiza aproximadamente quinhentas entrevistas que lhe irão fornecer uma extensa documentação para o estudo das dimensões políticas, sociais, econômicas das transformações de que a Sociedade Inglesa foi palco.<sup>59</sup>

Além dos depoimentos orais, o autor analisa também fontes impressas. No entanto, apesar de reconhecer como fundamental o depoimento oral para descobrir a reação, ou como a sociedade viveu o tempo passado, a partir de uma visão distinta das fontes documentais impressas, o autor conclui que: "Evidências retrospectivas - mesmo de jornais, processos judiciais, biografias ou entrevistas gravadas - não apresentam nenhum problema intrínseco".<sup>40</sup> Em última instância, P. Thompson procura igualar as fontes oral e impressa.

Entretanto, há de se reconhecer que a memória coletiva tem uma dimensão individual ou mesmo singular<sup>41</sup>, como resultante da elaboração subjetiva, que a distingue, de forma bastante específica, da história. A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; entretanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora partam do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se descola e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. Com a história, a dimensão do fato, do acontecido, do acontecimento opera sempre em sintonia com o que é estabelecido no momento em que ocorreram, onde a forma como o acontecido operou ou atuou no imaginário ou no próprio comportamento social não se constitui em elemento fundante. A história enquanto representação do real se refaz, se reformula, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes. A elaboração da história está sempre voltada para o que se expressou ou se manifestou de forma pública ou privada. Essa manifestação, no ato mesmo de se projetar na sociedade, adquire, ao ser tratada historicamente, uma dimensão

cronológica ou mesmo temática que, em princípio, não resgata a reação ou a dimensão do vivido que o acontecimento ou o fato provocou. A história opera sempre com o que está dito, com o que é colocado para e pela sociedade, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói, sua narrativa, sua versão, seu mosaico. Este evidente se apresenta bastante distinto do vivido; no entanto, sua ancoragem são os elementos resgatados da realidade, dos acontecimentos, dos fatos e mesmo, e muitas vezes, de outras histórias já produzidas. Com a memória, o processo de construção ou de produção opera em uma dimensão onde, partindo-se do real, do acontecido, esta, como um elemento permanente do vivido, atende a um processo de mudança ou de conservação. A reação ou a resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo ou o grupo constituirá a marca que o caracteriza. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo formando todo um imaginário que se constitui em uma referência permanente de futuro.<sup>62</sup>

O campo da memória se construiria, dessa maneira, a partir dos acontecimentos e dos fatos que também se transformam em elementos fundantes da história. Mas, enquanto a memória resgata as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e coletiva, a história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador. Os diversos órgãos formadores de opinião - rádio, televisão, jornais, revistas ou instituições como o Estado, a Igreja, os sindicatos, caracterizam-se como produtores de todo um conjunto de explicações/representações acerca da realidade.

O material produzido por essas diversas instâncias é que se constituirá em uma das fontes predominantes do historiador. Entretanto, à medida que o historiador passa a trabalhar, não mais apenas com documentos que retratam um passado longínquo<sup>43</sup>, o resgate da memória coletiva e individual se projeta como uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos<sup>44</sup>.

Nessa senda, a grande dificuldade de aliar as fontes históricas tradicionais ao depoimento oral é que, em princípio, a fonte da memória é constitutivamente distinta da fonte histórica pela dimensão do próprio efeito que os fatos, acontecimentos ou situações desencadeiam. A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja vista que sua construção está associada ao vivido, <sup>45</sup>como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente.

Nosso itinerário foi o de documentar a memória das camadas populares. Através do estudo das entrevistas, destacamos aquelas passagens das narrativas que constituem elementos de memória e guardam relação com os acontecimentos da história descrita pelos meios oficiais ou não, pela esquerda - especificamente, o partido comunista - além daqueles resultantes das próprias condições de vida, trabalho e das diversas formas de associativismo.

### 1.3 O ESPELHO NO RETRATO

Desfazer-se da visão histórica e metodológica da verdade factual ou, ainda, da versão falso/verdadeiro é trilhar um longo caminho.<sup>44</sup> A ideia de história como uma construção, uma representação dos fatos, mas desprovida de uma instância maior ou menor que lhe outorgue "status" de cientificidade, é, de certa forma, uma ruptura radical de uma tradição que tinha, na lanterna de Diógenes,<sup>47</sup> um modelo exemplar da prática historiográfica. Sócrates, Platão<sup>48</sup> e Aristóteles que, de maneira tão radical, marcaram a cultura ocidental cristã, apesar das significativas diferenças entre eles, estiveram sempre em busca do bem, da verdade, quer os localizassem na alma, no mundo das ideias ou em categorias vazias a serem preenchidas no contacto com a realidade.<sup>49</sup>

No entanto, são ainda os gregos os construtores de uma visão completamente oposta à busca de uma certeza e de um conhecimento que receberam, no século XIX, o estatuto de positivo. Esse outro pólo, que institui o movimento como a base para a explicação do mundo, tem, em Heráclito, a imagem de um conhecimento sempre a fazer-se, a construir-se incessantemente. O símbolo do "fogo" e a assertiva de que "o homem não entra duas vezes no mesmo rio" são bastantes para projetar uma compreensão de mundo radicalmente oposta à que, por longos períodos históricos, se estabeleceu como dominante.<sup>74</sup>

A posição Heraclitiana se constituiu em um desafio tão radical a um mundo organizado a partir de certezas acabadas, que, durante séculos, foi completamente "esquecida".

A dialética que se instaurou como formulação moderna - via Hegel e Marx - da visão Heraclitiana parece ter sido esquematizada a tal nível<sup>74</sup> que perdeu a sua força analítica de apontar o novo no próprio desvendamento do real.<sup>75</sup> Ou, em outros termos, a prática do historiador estava marcada pela "exigência de recortar uma determinada região revertendo-a em mapa".<sup>76</sup>

No entanto, redescobre-se em autores diversos um constante resgate da problemática do "vir-a-ser". E não se poderia deixar de estabelecer uma relação com a tese de Walter Benjamin, quando este afirma: "Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo como ele efetivamente foi. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo".<sup>74</sup> Ou mesmo com a citação do conto de Borges "O outro", por Edgar de Deça: "...esta aparição espectral terá procedido dos espelhos do metal ou da água ou simplesmente da memória que faz de cada um espectador e um ator. Meu dever era conseguir que os interlocutores fossem bastante diferentes para serem dois e bastante parecidos para serem um".<sup>75</sup>

Apesar da distância e das diferentes representações entre Heráclito, Borges e Walter Benjamin, é fortíssimo o elo entre "o fogo", "a lembrança que fulgura" e "a aparição espectral". É como se a certeza monadista escorresse como a água entre os dedos, embora, por um instante, houvesse água nas mãos.

Esse debate se situa no próprio campo da discussão epistemológica, com sulcos profundamente demarcados na história da filosofia, sobretudo no que tange ao confronto entre realistas e idealistas. A polêmica, que teve como pano de fundo a questão do conhecimento matemático e a do conhecimento da natureza, sofre hoje um profundo abalo, a partir das novas teses da filosofia da ciência. Isso porque a natureza e o mundo ao nosso redor - que se

colocavam como eterno desafio ao desvendamento de suas leis - tornam-se também uma construção : " o universo é uma invenção e os cientistas estão criando, e não descobrindo, o mundo ...".<sup>76</sup>

O próprio foco da questão epistemológica, o debate entre realistas e idealistas recebe um outro estatuto, a partir da visão do universo que a ciência contemporânea estabelece. Não se busca mais captar a proeminência ou o equilíbrio do sujeito ou da realidade na construção do conhecimento, mas como, a partir de determinados acontecimentos, experiências, fatos, estabelecem-se outros estatutos de saber.<sup>77</sup>

Levando-se em conta os problemas que as representações sociais colocam, inclusive e fundamentalmente o de instituí-las como paradigma, preferiu-se utilizá-las como sinalização de uma construção que está demarcada pela efetividade da relação do sujeito com a realidade, sem jamais pressupor a possibilidade de esgotamento ou de completude.<sup>78</sup> Nessa perspectiva, a forma de análise de Michelle Perrot vem de encontro à maneira como temos trabalhado o conceito de representação: "...toda ação se inscreve num modo de representação; não existe consciência de classe sem visão do mundo ou cultura, sem elaboração de uma simbologia".<sup>79</sup>

Vale ainda destacar a contribuição da psicanálise ao ampliar significativamente a perspectiva do ato de conhecer, ao buscar uma base material como referência necessária à construção do conhecimento, mas introduzindo o conceito de "representação" como elemento fundante da ação. O sujeito é o centro do conhecimento pelo ato mesmo de representar o mundo ao seu redor, mas sem nunca perder a relação com o fato, o acontecimento, a experiência. No entanto, esse sujeito tem do mundo ao seu redor representações, não se colocando como questão se estão mais próximas ou mais distantes da verdade, se são mais objetivas ou subjetivas, mas

como elas operam no governo da ação social e individual. Freud estabelece, com o conceito de representação, o próprio instrumento de demarcação do processo de construção do conhecimento. Pela leitura de alguns dos seus trabalhos, como "A interpretação dos sonhos", <sup>88</sup> "O chiste e sua relação com o inconsciente", <sup>89</sup> "Totem e tabu", <sup>90</sup> "Mal-estar na cultura", <sup>91</sup> "Por que da guerra", <sup>92</sup> pode-se descobrir uma enorme variedade de sentidos para o conceito de representação e como este se torna, no corpo dos seus trabalhos, o conceito sinalizador do processo do conhecimento.

Em alguns estudos, o conceito de representação em Freud poderia ser associado à imagem; em outros, à idéia, ao pensamento, como também a recriações mentais próprias e mesmo a um certo modo de operar-se intelectualmente. Mas, enquanto a imagem se define pela representação sensível da natureza das coisas, a idéia - representação intelectual - e o pensamento - "a matéria do conhecimento - realizam um grau de síntese mais elevado que a percepção, a memória, a imaginação".<sup>93</sup> Já o conceito de representação utilizado por Freud não se dissocia em natureza sensível ou intelectual, mas se afirma como o próprio conjunto de processos mentais do conhecimento. Um outro aspecto indissociável do referido conceito em Freud é o fato de ele estar voltado para a ação. A representação é sempre a referência que funda, que justifica a ação.

A adoção do conceito de imaginário por Castoriadis, de alguma maneira, coloca para a história a importância do consciente e do inconsciente. O fato em si é fundamental, mas temos que trabalhar com o que foi elaborado a nível de idéias, imagens, pensamentos, representações; ou seja, a nível do simbólico:

"O simbólico comporta, quase sempre, um componente 'racional/ real': o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para o agir".<sup>96</sup>

Resgatar o simbólico, o imaginário, a representação na análise da ação é trabalhar com um nível de elaboração da memória individual e coletiva onde elementos conscientes e inconscientes se misturam, de forma a estabelecer na história sempre um grau de indeterminação, surpresa e suspense. Michelle Perrot, analisando o confronto do patronato com o operariado na França do final do Século XIX (mas também as próprias questões internas ao movimento sindical), indaga:

"E os operários, em sua massa e diversidade, como percebiam essas mudanças do real, social e sindical? Como elas se inscreviam em seu imaginário? A análise do discurso de greve mais espontâneo, menos modelado pela pedagogia sindical - gritos, insultos, slogans, todos os tipos de propostas - nos anos 1900-1914, trabalho considerável, pois os conflitos são aos milhares, certamente nos tiraria quaisquer dúvidas. Ver-se-ia aflorar esse trabalho surdo do inconsciente coletivo, onde se tramam novas representações, motor de futuras formas de ação".<sup>97</sup>

Essas considerações de Michelle Perrot colocam em pauta como o historiador vem crescentemente utilizando-se do campo da memória. A história passa a trabalhar com a dimensão fragmentada, que esteve muitas vezes perdida para o mosaico que se construía. Em outros termos, no historiador não há necessariamente a procura de grandes linhas ou eixos para se enquadrar. Nesse plano é que o campo da memória individual e coletiva, recuperando toda uma dimensão do vivido, do imaginário, das visões parciais, das reações que se desencadeiam a partir do confronto com a realidade, constitui um universo de fragmentos que resgata toda

uma dimensão de diversos passados e, por extensão, projeta explicações do presente e projetos de futuros.

A história oral, nesse sentido, vem prestar uma significativa contribuição, ao possibilitar o registro de toda uma historicidade que, com raras exceções, tem deixado poucas marcas. Sobretudo porque essa história oral se superpõe à versão do sindicalismo, dos partidos, ou mesmo da história oficial, possibilitando que 'outras' versões dos acontecimentos e fatos não sejam relegadas ao "esquecimento".<sup>68</sup>

#### 1.4 A FITA NA TELA

As questões colocadas ajudam a repensar o caminho percorrido neste trabalho de construção do acervo de entrevistas a partir de diversos projetos.

A problemática epistemológica, associada à forma como o "objeto histórico é definido", remete ao próprio fazer da história oral, centrada nos processos de rememoração.<sup>69</sup>

Nesse sentido, tornou-se extremamente revelador o fato de que, na forma de narrar, encontra-se um dos elementos determinantes da fonte documental que se está construindo. A autobiografia, a narrativa ou o testemunho individual estão sempre sendo postos em tela como variações do trabalho de história oral. Maria Isaura chega mesmo a afirmar que "estabelecer diferenças entre histórias de vida e depoimentos pessoais não constitui exagero de pesquisador demasiadamente escrupuloso".<sup>70</sup>

Para o historiador, o encontro com o entrevistado é sempre uma interrogação, como diante de um documento desconhecido.

Observa Alessandro Portelli que "o controle do discurso histórico permanece firmemente em mãos do historiador"<sup>91</sup>, sobretudo porque seria este que selecionaria o que o entrevistado deverá narrar, e quem, em geral, responsabiliza-se pela forma final da entrevista para publicação/divulgação.<sup>92</sup> No entanto, inúmeras vezes, o entrevistado, apesar de ter vivido uma série de experiências, participado ativamente de diversos acontecimentos marcantes no período em foco, tem uma narrativa que em nada ou muito pouco ajuda na reconstrução do passado. Nesse sentido, se o entrevistador tem uma parcela de responsabilidade no encaminhamento da entrevista, a capacidade de narrar, de descrever, de contar, de analisar nem sempre se encontra em todos os entrevistados.

A questão de se privilegiar ora o depoimento oral ora a história de vida ou a autobiografia se mostra bastante problemática. Isso porque se, por um lado, o depoimento traz a possibilidade de um resgate descritivo, analítico de um momento ou de um processo, por outro, as informações cognominadas de autobiográficas vêm fornecer maiores elementos que ajudam a compor um amplo quadro de razões, de informações, de associações do depoimento registrado.<sup>93</sup> Nesse sentido, o depoimento oral e as fontes documentais escritas se complementam,<sup>94</sup> embora requeiram tratamento técnico/metodológico específico.<sup>95</sup>

O processo de rememoração se torna, muitas vezes, mais rico quando o caminho da abordagem se faz através de um processo diversificado de relembrações, através do qual a chave para alcançar visões, opiniões, análises sobre o passado surge de forma inusitada, já que a abordagem direta de um determinado assunto, acontecimento nem sempre desencadeia um processo de relembração.<sup>96</sup> Portelli ainda sugere que uma das condições do

trabalho do entrevistador é que ele "aceite" o entrevistado e dê prioridade ao que este deseja contar, mais do que o entrevistador desejar ouvir.<sup>97</sup>

Um outro fato que as diversas entrevistas começam a evidenciar é que, para muitos e muitos entrevistados, a vida se resume a sua história de vida e trabalho. O mundo é praticamente reduzido a esses dois universos e a própria linguagem do entrevistado aponta para esse fato.

As coisas da família, dos filhos, da moradia e a luta em torno desses aspectos, associadas ao fazer do trabalho, são os elementos fundantes de sua narrativa.<sup>98</sup>

No momento em que os entrevistados narram acontecimentos que transcendem o fazer mais imediato das suas vidas, são sempre os elementos que têm aspectos comuns com experiências do cotidiano as marcas lembradas. Nas entrevistas, por exemplo, a revolução de 1930 é sempre lembrada nos aspectos que estão direta ou indiretamente relacionados ao seu fazer cotidiano - o assassinato de João Pessoa, a velocidade com que o motorista de João Pessoa levou a notícia na viagem de carro entre o Recife e a Paraíba, os tiroteios nas ruas.

As implicações políticas, sociais, econômicas de 1930 não aparecem nas narrativas dos depoimentos populares. O componente da prática cotidiana determinando a consciência não pode ser desvinculado da análise; no entanto, a articulação do mundo particular com outros níveis de acontecimentos da sociedade só é alcançada através da leitura de jornais, folhetos, revistas, livros ou em discussões em associações, sindicatos, partidos.

É necessário que se construa um outro imaginário que articule o mundo particular com as explicações e análises adotadas, crescentemente, por outros segmentos da sociedade, para

que seja então possível a construção de uma representação do passado que transcenda o mundo das experiências imediatas e das explicações do senso comum.

### 1.5 BATALHAS NAS SOMBRAS

Na seção referente à historicidade popular, voltaremos a discutir esse tema como demarcador de uma fronteira de práticas sociais e de histórias que se cruzam, determinam-se e que, na multiplicidade de intersecções, expressam uma compreensão de responsabilidades, limites e desafios do outro mundo, que também é o mesmo.

É na tensão, convergência de todos esses fatores que este trabalho vem alinhar-se. Escolheu-se mergulhar nas histórias construídas em torno de acontecimentos que têm como palco Pernambuco/Recife, primordialmente, mas que, inexoravelmente e das formas as mais diversas, estão relacionados, associados ao que se passa no Brasil e no resto do mundo.

Privilegiaram-se três focos produtores de história a partir dos registros que a população tem gravados em sua memória: a história construída a partir das experiências de vida e trabalho; a história produzida pelas elites e a história da esquerda.

Buscou-se estudar relatos que os segmentos populares fazem de acontecimentos ou histórias dos quais se conhece apenas a versão dos dois outros setores considerados - a história oficial e a da esquerda.

Resgatou-se a abordagem dessas histórias, estabelecendo-se, como contraponto, a forma como as mesmas são registradas,

rememoradas pelas camadas populares. Hobsbawn aponta a importância do registro oral - "a história feita pelo povo" - como enclave que nos possibilita descobrir se existe ou não correspondência entre o que a história oficial estabelece que deve ser lembrado e o que de fato ficou gravado.<sup>99</sup>

O processo de registro da memória popular se realiza através de entrevistas gravadas nas quais se buscou reconstituir as histórias que as camadas populares têm da sociedade a sua volta e de fatos relacionados a sua vida e trabalho. A questão da memória e suas alterações face às novas vivências do sujeito no presente foi intensamente discutida por Eclea Bosi em Lembrança de Velhos. A análise da concepção Bergsoniana para quem - "o passado se conserva inteiro e independente no espírito" - terá como contraponto Halbwachs e Bartlett. Nestes, a concepção de memória, embora considerada mais em uma perspectiva histórica, está marcada pelo caráter livre onde "lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado".<sup>100</sup>

As mudanças na memória tornam o campo da história oral extremamente fugidio. Sobretudo porque, como já assinalava Hobsbawn, a memória não é um mecanismo de gravação, mas de seleção, que constantemente sofre alterações.<sup>101</sup>

Nesse sentido, decidimos trabalhar metodologicamente memórias que tinham referências em muitos entrevistados. Construímos diversos quadros históricos onde o próprio depoimento é inserido no texto. A fala do entrevistado - transcrita - estabelece campos narrativos e possibilita estudar de forma detalhada as identidades e diferenças do mundo das memórias.

A entrevista livre tendo como ponto de partida a história de vida foi o instrumento privilegiado para se resgatar essa outra

história que tem, na tradição oral, o elemento fundador de seu registro e reprodução. No entanto, a utilização do recurso da história oral como meio de se instituir a história popular colocou ainda problemas referentes à apropriação do saber que alguns segmentos dos setores populares apontam.

Seu Biu do Maracatu, durante a entrevista, afirmava: "Mas é que eu já conversei muito, né?! Conversei muito. Eu de primeiro, tinha grande entrevista, eu cortei por causa da sabedoria do povo, eu digo: eu não quero mais ser entrevistado por ninguém, porque, o que tava dando, e se dá, é o camarada fazer um livro presente com as minhas palavras, e se saírem vendendo, ganhando dinheiro, e eu nada tenho".<sup>108</sup>

Dona Tôta, também irá expressar o sentimento de apropriação do seu saber: "O que eu vinha dizendo é que o projeto: o que a gente vê de projeto é que, dentro do nosso Brasil, maior parte da riqueza todinha é projeto. É cada projeto que aparece e no fim ô !!! Os pobre é ... quem dança nos projetinho, né? É quem dança porque ... a gente vê que seu Fulano chega fazendo um trabalho desse, nem um carro para andar não tem, não tem nada na vida, que quando é com um ano que passa mais a gente, dois anos, não chega dois anos, não ... Aí vai logo com um carrinho do ano de uma banda e a gente dance. O que a gente vê é isso. Quando a gente dá fé, chega seu Fulaninho para verificar, para conversar, dizer as coisas. Pra gente: conta como foi. Conta como é isso. Quando é depois ... tum, tum, tum, ... aí leva. Aquele ali pode ficar na certeza que ele ganhou, ele ganhou, e eu dancei. Um dia desse eu me arretei, que chegou lá bem uns três para filmar. Filmar, com aquelas falas safadas deles. Depois que eles filmaram tudinho, eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que a gente dizia. Eu digo: vai sair alguma coisa sobre isso? Vai sair nada, não é?!"

Aí vai ficar tudo assim, é ? Somente filmar, chegar lá, vocês vão receber o dinheirinho desse filme, né ? Alguma coisa aí, e a gente fica nessa, né ? Já faz mais de duas horas que eu tô aqui com vocês, um querendo me conquistar, era negócio de dez e meia pra onze horas. Eu digo: o menino com fome, o comer pra cuidar, eu aqui empalhada com vocês, não vai sair nada não, é ? Aí ele disse: não, porque a gente sempre anda sem dinheiro, não sei o quê. Eu digo: é, pra vim pra conversar besteira com a gente, vocês só anda sem dinheiro, agora quando vier aqui, vou cobrar. Aí saiu, quando chegou lá fora, aí depois, antes deles entrar no carro, aí vai um né, vai um, aí pegou cem cruzado, aí me deu. Olha aí. Eu digo: óia aí, eu tava sem dinheiro da carne amanhã, já ganhei. Se eu não tenho gritado" (1992)

Essa sensação de exploração que diversos entrevistados expressaram apontou a necessidade de que a realização dessas entrevistas estivesse imbricada a projetos que, de alguma forma, possibilitassem aos entrevistados uma participação direta no produto final obtido com os seus depoimentos.

Dessa forma, se já havia um primeiro conjunto de entrevistas realizadas com moradores do bairro de Peixinhos/Olinda, que eram utilizadas nas escolas comunitárias do bairro, partia-se, agora, para um trabalho mais sistemático de registro da memória popular.

Havia, então, a preocupação em não apenas captar a história de um bairro e suas lutas, mas a própria memória dos velhos e a relação desta com a história produzida por outros segmentos da sociedade em diversos períodos das suas vidas.

A criação de um Departamento de Memória na Federação das Associações de Moradores, Centro Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (Feaca) foi o primeiro passo para um amplo registro da memória popular do Recife. Num período de dois

anos, foram realizadas mais de cem entrevistas. Simultaneamente, publicavam-se dois livros, realizavam-se dois vídeos e seis programas de rádio com diversos depoimentos de velhos moradores entrevistados pela equipe do Departamento de Memória. Dessa maneira, tinha sido alcançado um dos objetivos do projeto, que era tornar a história dos velhos objeto de fortalecimento de sua identidade cultural e de socialização de suas experiências e do seu saber.

Garantido esse estatuto, não existe mais o risco de apropriação, já que a própria Federação dos Moradores é a diretora do projeto, estando sob seu critério o acesso ao material registrado e sua divulgação.

Um outro projeto que também teve suas entrevistas com velhos moradores e trabalhadores utilizadas neste trabalho foi o "Memória em Movimento".

Articulado a um projeto institucional da Prefeitura do Recife, o "Memória em Movimento" foi criado como uma das formas de apoio ao trabalho de urbanização do bairro do Recife, área portuária, sítio histórico onde antigos moradores e moradoras vêm das formas mais diversas preservando as marcas do passado. O "Memória em Movimento", trabalhando com essa população, caminhou no sentido de garantir que o processo de reurbanização contemplasse, além dos setores comerciais e bancários, antigas moradoras e moradores, trabalhadores e trabalhadoras que, pela sua teimosa permanência no bairro, têm garantido que antigos casarões existentes não se tornem ruínas. Um livro contendo oito entrevistas com mulheres e homens que viveram/vivem e trabalharam/trabalham ainda no bairro, um vídeo, além de um significativo acervo de entrevistas e fotografias da população do

bairro e seu casario são a documentação inicial organizada pelo "Memória em Movimento".

A história oral, no trabalho com a população, tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes. Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental que, muitas e muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento dos seus narradores.<sup>104</sup>

Os depoimentos divulgados começam a criar uma outra referência histórica, cultural, que até então estava circunscrita apenas a sua própria classe, pequenos grupos de amigos e familiares. A vida, as experiências, as lutas, as visões de mundo, o trabalho adquirem um novo estatuto ao serem socializados. Transformam-se em documentos apresentando um retrato da realidade, que passa a disputar a hegemonia do imaginário social com outras versões/representações construídas de outros lugares e por outros interlocutores. A diferença significativa é que a fala, a história, a representação não estão descoladas do sujeito. O popular não é projetado mais apenas como conceito genérico e abstrato. Ao contrário, ele se afirma como materialidade singular, refletindo e projetando um conjunto de ações no palco da sociedade, onde os diversos segmentos comumente reconhecidos e autorizados fundam a história da sociedade. Fortalece-se, dessa maneira, o campo da história como campo de luta. Registram-se, em um outro nível, os conflitos, contradições, diversidades, ausência de governabilidade que a própria realidade expressa, mas que, no entanto, os registros oficiais comumente insistem em 'esquecer'.<sup>105</sup>

## NOTAS

- <sup>1</sup> MATOS, Olgaia. Os arcanos do inteiramente outro. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.72. "único campo válido da experiência moderna, a cidade é corpo onde se inscrevem emoções e paixões, experiências intransmissíveis e singulares que o poeta-alegorista canta. A cidade é um mundo em miniatura - mônada da modernidade, e como toda mônada benjaminiana é cristalização de tensões: passagem de um espaço flutuante entre o interior e o exterior das Passagens, o real e o irreal, a desvalorização mercantil de tudo e a nova aura do imprevisto".
- <sup>2</sup> BERLMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.15 "A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia".
- <sup>3</sup> FINKIELKRAUT, Alain. A derrota do pensamento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.16.
- <sup>4</sup> VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Edições 70, 1983. p.74-75.
- <sup>5</sup> Ibid., p.255. "O primeiro dever do historiador é estabelecer a verdade e o segundo é fazer compreender a intriga: a história tem uma crítica, mas não tem método, pois não há método para compreender".
- <sup>6</sup> AGULHON, Maurice et al. Ensaio de eco-história. Lisboa: Edições 70, 1989, p.9-11.
- <sup>7</sup> NORR, Pierre. A nova história. Lisboa: Edições 70, 1986. p.46. Este quadro ainda nos aponta para uma conversa de R.C com F. Braudel que analisando seu tema de estudo, comentava su ligação a um período de depressão.
- <sup>8</sup> MATOS, Olgaia C. F. Os arcanos do inteiramente outro. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 275-276.
- <sup>9</sup> CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981. p.39.
- <sup>10</sup> Ibid., p.41.
- <sup>11</sup> BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.39.
- <sup>12</sup> Ibid., p. 17.
- <sup>13</sup> ARANTES, Antonio Augusto. (Org.). Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-59.
- <sup>14</sup> CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.25.
- <sup>15</sup> BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres in: VALLE, Edenio, QUEIROZ, José I: A cultura do povo. São Paulo: Educ, 1982. p.25-34.
- <sup>16</sup> ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.16. Um outro aspecto é que, eventualmente, alguns grupos (principalmente entre os intelectuais) tomam o popular como fonte de verdade e projetos que se contrapõem ao instituído como cultura dominante.
- <sup>17</sup> O extenso debate que cerca a questão da cultura popular evidencia como estamos marcados pela dicotomia dominante/dominado, conformismo/resistência, elite/povo, totalidade/fragmentação, democracia/autoritarismo, e poderíamos resgatar uma série de outros aspectos que surgem no interior desse debate. ORTIZ, Renato. A consciência fragmentada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.67-89. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981. & Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.121-179. ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1988. & (Org.) Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.43-51. BOSI, Alfredo. Tradição e contradição. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.31-58. RUANET, Sérgio Paulo. Razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p.124-146. Mesmo reconhecendo que se tem procurado

superar a visão dicotomizada, estabelecendo uma relação de mútua influência entre a cultura popular e a cultura dominante ou produzida pela elite, preferimos trabalhar com a idéia de cultura oficial, como a que é comumente veiculada pelos meios de comunicação, pelas escolas, onde os valores e as representações de mundo mantêm a reprodução da ordem que procura incessantemente se projetar ou se instituir a representação de dominante. Sem com isto desconhecer que também o popular, muitas e muitas vezes, conquista espaços dentro dos meios de comunicação, essa é uma luta pela interminável busca de uma sociedade justa e pluralista.

<sup>18</sup> Ibid., p.17.

<sup>19</sup> CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo, Moderna, 1981. p.63-71.

<sup>20</sup> BOSI Ecléa et al. A cultura do povo. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, 1982. p.27. "Na raiz da vida do povo está a fadiga. Não há compreensão possível do espaço e do tempo do trabalhador manual se a fadiga não estiver presente e a fome e a sede que dela nascem".

<sup>21</sup> ORTIZ, Renato. A consciência fragmentada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.89.

<sup>22</sup> Ibid., p.43.

<sup>23</sup> FÁRIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudança na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos, in Sociedade e política no Brasil Pós 64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.154 - 155. "O Brasil, no curto espaço de trinta anos, tornou-se uma sociedade urbano-industrial complexa e diferenciada. Tanto a estrutura de seu sistema urbano como a de suas ocupações moveram-se no sentido de maior heterogeneidade, aguçando os desequilíbrios e desigualdades. Os inegáveis ganhos no que se refere aos níveis de produtividade e riqueza a nível macroeconômico tiveram como causa e contrapartida o crescimento da oferta de bens e serviços ao consumidor, tendo a oferta de bens duráveis crescido de forma particularmente intensa. Entretanto, segundo quase todas as análises disponíveis, isto se deu, paradoxalmente, às custas de um agravamento ou pelo menos de escassas melhorias nos níveis e nas condições de vida de diferentes segmentos da população: apesar do relativo dinamismo do emprego industrial e da difusão da urbanização, persistiram acentuados níveis de desigualdade e de pobreza, como procura mostrar nesta parte do trabalho." Vale ainda destacar a análise de SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo: Hucitec, 1978, p.36. "A modernização atual, uma consequência do modelo tecnológico, é ainda motivada pelo novo peso da tecnologia (que atribui certa autonomia à pesquisa dentro do sistema) e por elementos de apoio, tais como as formas modernas de difusão da informação.

As repercussões desse novo período histórico sobre os países subdesenvolvidos são múltiplas e profundas. Pela primeira vez na história, variáveis elaboradas fora do país usufruem de uma difusão geral em grande parte do território e entre a maioria da população, se bem que em diferentes graus. A o e novas formas de consumo constituem dois importantes dados da explicação geográfica. Suas repercussões são, ao mesmo tempo, geradoras de forças de concentração e de dispersão. Essa dialética define as formas de organização do espaço. A revolução na área de consumo tem sido acompanhada de uma mutação da estrutura do consumo, incluindo novas formas de produção e de troca.

Considerando o progresso tecnológico atual, a indústria cria apenas um número limitado de empregos, porquanto é "capital intensivo". Além do mais, uma boa parte do emprego indireto é criada nos países centrais ou a partir deles. A agricultura também se moderniza: industrializando-se, expulsa sua população. Isso explica o êxodo rural e a chamada urbanização terciária. Uma alta percentagem da população fica sem atividade e sem salário permanente, o que, por sua vez resultana deteriorização do mercado de trabalho."

<sup>24</sup> VOLVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.226-227.

<sup>25</sup> DANTON, Robert. O grande massacre dos atos. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.13-18.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.124. "Tomar uma ciência porque ela é interessante, porque é importante ou porque sua história teria alguma coisa de exemplar não me parece um bom método. Será, sem dúvida um bom método se o que se quer é fazer uma história correta, limpa, conceitualmente asséptica. Mas desde o momento em que se quer fazer uma história que tenha um sentido, uma utilização, uma eficácia política, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que se esteja

ligado, de uma maneira ou de outra, aos combates que se desenrolam neste domínio. Dos domínios cuja genealogia tentei fazer, o primeiro foi a psiquiatria, porque eu tinha certa prática e certa experiência de hospital psiquiátrico e senti que ali havia combates, linhas de força, pontos de confronto, tensões. A história que fiz, só a fiz em função desses combates. O problema, o desafio, o prêmio era poder formular um discurso verdadeiro e estrategicamente eficaz; ou ainda, de que modo a verdade da história pode ter efeito político".

<sup>27</sup> FERRO, Marc. A história viada. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.1.

<sup>28</sup> Ibid., p 1-4.

<sup>29</sup> FERRO, Marc. Falsificações da história. Lisboa: Europa América, 1981. p.15-21.

<sup>30</sup> LE GOFF, Jacques. Enciclopédia Einaudi: Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p.46. Memória. "A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção".

<sup>31</sup> JOHNSON, Richard, GRAHAM, Dawson. Popular Memory; theory, politics, method in making histories - studies in history - writing and politics. London: Hutchinson, 1982. p.213.

<sup>32</sup> FERRO, Marc. Falsificações da história. Lisboa: Europa América, 1981. p.16. "Assim, para cada nação ou quase, sobrepõem se ou confrontam se hoje várias histórias: na Polónia, por exemplo, a que se apresenta na escola difere sensivelmente da que é contada em casa. Os Russos estão longe de desempenhar nelas o mesmo papel... A memória colectiva e a história oficial arrostam se assim numa autêntica prova de força, que patenteia, sem dúvida melhor do que os trabalhos dos historiadores, os problemas levantados pela história."

<sup>33</sup> JOHNSON, Richard, GRAHAM, Dawson. Popular memory: theory, politics, method in Making histories - studies in History, writing and politics. London: Hutchinson, 1982. p.219.

<sup>34</sup> JOUTARD, Philippe. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.11-12. "Los archivos orales también permiten el tomar más exactamente "lo vivido por los diversos actores históricos" o "la historia en proceso", lo que los estadounidenses llaman "la atmósfera". Yo agregaría que ellas son las únicas que pueden hacer aparecer una "microsociología" del poder y de las relaciones interpersonales que, a menudo, da mejor cuenta de una decisión, de una acción, que tal o cual gran separación reconocida. Para el estudio de las masas populares, o más generalmente de los grupos usualmente silenciosos "olvidados por la historia", las minorías étnicas, el mundo campesino, o las mujeres, el aporte de la encuesta oral es insustituible. Pero hay, talvez, una razón fundamental, que concierne al conjunto de nuestra sociedad alfabetizada desde hace mucho tiempo, y es que lo esencial de nuestra cultura sigue transmitiéndose oralmente, a nivel de formación (Pierre Chaunu dice que en un 80%).

<sup>35</sup> ACUNA, Victor Hugo. Fuentes Orales e Historia Obrera: el Caso de los zapateros en Costa Rica. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.50, 1987. "En última instancia la fuente oral, la historia obrera y la recuperacion de la memoria popular sólo tiene un real interés en la medida en que aporten a la produccion de nuevos saberes más criticos."

<sup>36</sup> PORTELLI, Alessandro. Las peculiaridades de la historia oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.25. "La historia oral no es el lugar en donde la clase obrera hable por sí misma. La afirmación contraria, por supuesto, no deja de tener fundamento: la narracion de una huelga a través de las palabras y memorias de los trabajadores en lugar de los de la policía y los de la prensa dominada por la empresa ayuda obviamente (aunque no automaticamente) a corregir una distorsión implícita en las fuentes tradicionales. Por lo tanto, las fuentes orales son condición necesarias (si no suficiente) para una historia de las clases no hegemónicas."

- <sup>37</sup> CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- <sup>38</sup> NIETHAMMER, Lutz. La historia oral como canal de comunicacion entre obreros e historiadores. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.41, 1987.
- <sup>39</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.85-89.
- <sup>40</sup> Ibid., p.85. "Isto é o que entendemos por ela. Certamente, podemos distinguir a história da França, a história da Alemanha, a história da Itália, e ainda a história de tal período ou de tal região, de uma cidade (e mesmo de um indivíduo). Na sequência da exposição ainda coloca Halbwachs: "Mesmo quando escreve a história de seu país, ele se esforça em reunir um conjunto de fatos que poderá ser justaposto a outro conjunto, à história de um outro país, de maneira que não haja de um a outro nenhuma solução de continuidade, e, que dentro do panorama total da história da Europa, encontremos não a reunião de vários pontos de vista nacionais sobre os fatos, antes porém a série e a totalidade dos fatos tais como são, não para tal país ou para tal grupo, mas independentemente de qualquer julgamento de grupo." "O mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais. Não é de estranhar que na origem da história, e mesmo em todas as épocas, se tenha sonhado escrever tantas histórias universais. Tal é a orientação natural do espírito histórico".
- <sup>41</sup> Ibid., p.80-84.
- <sup>42</sup> FERRO, Marc. A história vivida. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.8. "A intensa pressão da história que está se fazendo, ligada essencialmente à revolta dos povos colonizados fez com que se percebesse que o discurso unificador sobre a história era um engodo; que a história "universal", que era a expressão disso, não passava da transcrição de uma visão eurocêntrica do desenvolvimento das sociedades; que nada mudaria, quer a construção desse modelo tivesse sido obra de todo o Ocidente, quer apenas de Moscou."
- <sup>43</sup> VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Edições 70, 1983. p.32.
- <sup>44</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.80. "Enquanto uma lembrança existe, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança."
- <sup>45</sup> Ibid., p.80-84.
- <sup>46</sup> LE GOFF, Jacques. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p.47. "A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".
- <sup>47</sup> Idem. Ensaio de Ego-História. Lisboa: Edições 70, 1989. p.172 O desejo pela história.
- <sup>48</sup> Ibid., p.172.
- <sup>49</sup> THOMPSON, Paul. The Edwardians - the remaking of British Society. London: Butler & Tanner, 1984. p.382.
- <sup>50</sup> PORTELLI, Alessandro. Las peculiaridades de la historia oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p. 17-27, 1987.
- <sup>51</sup> PASSERINI, Luissa. Work ideology and working class attitudes to Fascism. In: THOMPSON, Paul (Org.). Our common history: the transformation of Europe. London: Humanities Press, 1982, p.333.
- <sup>52</sup> ELLWOOD David, BRAVO, Anna. Oral history and resistance history in Italy. In: THOMPSON, Paul (Org.). Our common history: the transformation of Europe. London: Humanities Press, 1982, p. 333.
- <sup>53</sup> JOUTARD, Phillipe. La Historia Oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.5-14, 1987.

- <sup>54</sup> NIETHAMMER, Lutz. La historia oral como canal de comunicación entre obreiros e historiadores. Cuadernos Elacso, Costa Rica, n.19, p.31-42, 1987.
- <sup>55</sup> ACUNA, Victor Hugo. Fuentes orales e historia obrera: el caso de los zapateros en Costa Rica. Cuadernos Elacso, Costa Rica, n.19, p.45-53, 1987.
- <sup>56</sup> THELEN, David. Memory and american history. The Journal of American History, Bloomington, v. 75, n.4, p.1325, 1988.
- <sup>57</sup> SHOPEL, Linda, FRISH, Michael. Oral History. The Journal of American History. Bloomington, v.75, n.2, p.1354-1368, 1988.
- <sup>58</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.80. "De tudo o que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão "memória histórica" não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva.
- <sup>59</sup> THOMPSON, Paul. The Edwardians. The remaking of British Society. London: Butler & Tanner, 1984. p.7.
- <sup>60</sup> Ibid., p.6.
- <sup>61</sup> THOMPSON, Paul (Org.). Our Common History: the transformation of Europe. London: Pluto, 1982. p.9.
- <sup>62</sup> ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p.5, 197. "Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória. O processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado. Isso não quer dizer - e as ciências da psique já o disseram - que tudo o que é importante é recordado; ao contrário, muitas vezes esquecemos, deliberada ou inconscientemente, eventos e impressões de extrema relevância".
- <sup>63</sup> BORDERIAS, Cristina, VILANOVA, Mercedes. Memories of hope and defeat: catalan miners and fisherman under the second spanish republic, 1931-193. In: THOMPSON, Paul (Org.). Our common history: the transformation of Europe. London: Pluto, 1982. p. 43.
- <sup>64</sup> ROGERS, Kim Lacy. Oral history and the history of the civil rights movement. Journal of American History, Bloomington, v.75, n.2, p. 567-576, Sept. 1988.
- <sup>65</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990. p.60. "Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória".
- <sup>66</sup> FERRO, Marc. A História Viglada. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.7. "História providencial, história laica e positiva, marxismo, cada uma dessas visões do mundo julgava-se mais correta que as outras; e, pensava-se, um dia a história decidiria. Na verdade, acreditar que uma interpretação da história pudesse revelar-se exata, à exclusão das outras, tinha como corolário uma outra certeza: a de que existia uma única maneira de explicar o desenvolvimento das sociedades. Certamente, essa visão diferiria conforme as ideologias; seria dominada, contudo, por concepções unificadoras e teleológicas cujo signo poderia mudar, mas não o sentido".
- <sup>67</sup> Ibid., p.123. "Por outro lado, conhecer e compreender o passado, seus vínculos com o presente, consiste primeiramente em conhecer e confrontar as narrativas que a memória histórica conservou e compôs, mas

sem identificar uma dessas narrativas como a única que secreta a verdade histórica - outra diferença em relação à "história dos avós".

- 68 KATOS, Olgária C.F. Os arcanos do inteiramente outro. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 357. "A destruição do sujeito na razão objetiva é sua abstração. A razão objetiva é aquela que, na tradição filosófica, de Platão aos grandes sistemas racionalistas, tem por si mesma e em si mesma seu conteúdo (para Sócrates, ela reflete "a verdadeira natureza das coisas"); sua essência é a estrutura inerente à realidade".
- 69 BRÉHIER, Émile. História de la filosofia. Buenos Aires: Sudamericana, 1942. p. 133, 143, 199.
- 70 EFESO, Heráclito de. Fragmentos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 90. (Os Pensadores, 1).
- 71 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.5. "Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A dialética é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-se ao esqueleto hegeliano."
- 72 CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 82. "Os homens, portanto, não fazem sua história mais do que o planeta "fazem" suas revoluções, são "feitos" por ela, ou melhor, os dois são feitos por outra coisa - uma Dialética da história que produz as formas de sociedade e sua superação necessária, garante seu movimento progressivo ascendente e a passagem final, através de uma longa alienação, da humanidade ao comunismo".
- 73 Editorial. Revista de história, Campinas, v.1, n.1, p.5, 1989.
- 74 BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. São Paulo: Ática, 1985. p.156: Teses sobre filosofia da história.
- 75 DECCA, Edgar de. Apresentação. In: RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.1.
- 76 BROCKMAN, John. Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein. São Paulo: Companhia de Letras, 1988. p.16.
- 77 Ibid., p.264. "Não descobrimos o universo, inventamo-lo e o tornamos a inventar. Nós, seus observadores, somos parte dessa invenção e feitos da mesma substância. Se formos falar do universo como existindo separado de nós, devemos dizer que ele é construído de modo a poder observar a si próprio. No fim, o universo sendo tudo, não é comparável a nenhuma outra coisa. Ele simplesmente é."
- 78 DUBY, Georges, LARDEAU, Guy. Diálogos sobre a nova história. Lisboa: Dom Quixote, 1989. p.32-33.
- 79 PERROT, Michelle de. Os excluídos da história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.81.
- 80 FREUD, Sigmund. Obras escolhidas. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, v.I, p. 343-713.
- 81 Ibid., p.1029-1132.
- 82 Ibid., p.1745-1810.
- 83 Ibid., p.3017-3067.
- 84 Ibid., p.3207-3215.
- 85 LALANDE, André. Vocabulário Técnico e Crítico de la Filosofia. Buenos Aires: El Ateneo, 1953. v.2, p.957-958.
- 86 CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.155.
- 87 PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.99.

- <sup>70</sup> LE GOFF, Jacques. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p.45. "Goy (1978) definiu e colocou esta história oral, nascida sem dúvida nos Estados Unidos onde, entre 1952-1959, grandes departamentos de "oral history" foram criados nas universidades de Columbia, Berkeley, Los Angeles, desenvolvida em seguida no Canadá, no Québec, em Inglaterra e em França. O caso da Grã-Bretanha é exemplar. A Universidade de Essex constitui uma recolha de "histórias de vidas", funda-se uma sociedade, a Oral History Society, criam-se numerosos boletins e revistas, como "History Workshops", que é um dos principais resultados e uma brilhante renovação da história social e, antes de mais, da história operária, através de uma tomada de consciência do passado industrial, urbano e operário da maior parte da população."
- <sup>71</sup> JOHNSON, Richard, DAWSON, Graham. Popular memory: theory, politics, method in making histories. London: Hutchinson, 1980. p.213.
- <sup>72</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, 1988. p.22.
- <sup>73</sup> PORTELLI, Alessandro. Las peculiaridades de la historia oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.25, 1987.
- <sup>74</sup> Ibid., p.25.
- <sup>75</sup> NIETHAMMER, Lutz. La historia oral como canal de comunicacion entre obreros e historiadores. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.38-39, 1987, describe um projeto desenvolvido por dois historiadores, Ulrich Borsdorf y Hans-Otto Hemmer na sede dos sindicatos operários alemães. Foram realizadas uma série de entrevistas com destacados líderes operários aposentados. Uma das análises realizadas acerca do conjunto das fitas gravadas: "Sin que les preguntáramos nada en particular, cada uno habló de lo que consideraba importante en su niñez, de sus primeras experiencias laborales, y de los pasos iniciales de su socialización política. En la mayoría de los casos los resultados fueron excelentes pues eran una cadena de historias, imágenes y evaluaciones, todas muy concretas y personales, que presentaban la experiencia individual: momentos y situaciones significativos y formativos. Muchos de nosotros habremos oído narraciones autobiográficas similares, especialmente sobre la niñez y el período que senala el inicio de una carrera. A mí me parecen de capital importancia por dos razones. Primero, destruyen las premisas intelectuales sobre la homogeneidad de la clase trabajadora, y senalan formas de reconstruir un marco de comprensión más complejo, dinámico y cálido. La segunda razón por la cual las narraciones son importantes es que este tipo de recuerdos senala los momentos que generan una experiencia duradora y que se recuerdan de forma espontánea, antes de que se dé una reconstrucción más ambiciosa, bilateral o colectiva."
- <sup>76</sup> JOUTARD, Philippe. La historia oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n. 19, p.12, 1987. "El texto oral requiere, pues, los mismos métodos críticos que cualquier documento. En particular deve ser confrontado con diferentes fuentes, archivos escritos e otros testimonios: las contradicciones deber ser cuidadosamente identificadas, ya que si bien no implican fozosamente errores sino diversidad de puntos de vista, en todo estado de causa, son significativas".
- <sup>77</sup> PORTELLI, Alessandro. Las peculiaridades de la historia oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n.19, p.16, 1987. "De hecho, las fuentes escritas y las orales no son mutuamente excluyentes. Poseen características comunes así como funciones autónomas y específicas que sólo cada una puede cubrir (o que un conjunto de fuentes cubre mejor que la otra); por lo tanto requieren instrumentos interpretativos diferentes y específicos".
- <sup>78</sup> BOSI, Eclea. Memória e sociedade. lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983. p. 331-336.
- <sup>79</sup> PORTELLI, Alessandro. Las peculiaridades de la historia oral. Cuadernos Flacso, Costa Rica, n. 19, p.23, 1987. "Por lo tanto, el primer requerimiento es que el investigador "accepte" al informante y dé prioridades a lo que él o ella desea contar, más que lo que el investigador desea escuchar. (Cualquier pregunta que parezca que no ha sido respondida puede ser reservada para una entrevista posterior). La comunicación siempre es bideireccional, el entrevistado siempre está aunque quizás calmadamente estudiando ao entrevistador, así como es estudiado".
- <sup>80</sup> BOSI, Eclea, op cit., nota 96, p.398.

- <sup>77</sup> HOBBSBAWN, E. J., A outra história - algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). A outra história. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p.23.
- <sup>100</sup> BOSI, Eclea op. cit, nota 96, p.17.
- <sup>101</sup> HOBBSBAWN E.J., op. cit., nota 99, p.23.
- <sup>102</sup> Bui do Maracatu (Severino Lino), entrevistado para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição p. 35-36.
- <sup>103</sup> Tôta, (Antônia Vidal de Lima) apud Federação das Associações, Centros Comunistários e Conselhos de moradores de Casa Amarela. Casa Amarela: memórias, lutas e sonhos. Recife: Departamento de memória, 1988. p. 35-36.
- <sup>104</sup> THOMPSON, Paul.(Org.). Our Common History: the transformation of Europe, London, Pluto, 1982. p. ii.
- <sup>105</sup> BOMMES, Michael, WRIGHT, Patrick. Charm of Residence: the public and the past in making histories, studies in history. Writing and politics. London: Hutchinson, 1982. p.255.

## 2 A LÍNGUA NO ASFALTO

### 2.1 "EU JÁ FUI BURRA"

A história, enquanto narrativa, opera de forma permanente com representações. São essas que, em princípio, governam a sociedade. Em torno de acontecimentos passados e presentes, constantemente estão se estabelecendo representações que projetam um campo de ação.<sup>4</sup> Eder Sader, analisando a nova configuração social que os movimentos sociais produzem entre os trabalhadores, resgata as matrizes discursivas, instituintes de um outro conjunto de significados, de representações e de práticas.<sup>5</sup>

No entanto, há de se reconhecer que as representações, em uma sociedade com um certo grau de liberdade, não são exclusividade do estado ou das classes dominantes, embora possam ter enorme controle e poder sobre os meios que, cotidianamente, produzem a história. A força e o poder da indústria cultural, assinalados por T. Adorno, sofrem, entretanto, uma mediação das próprias condições sociais, econômicas, culturais, conscientes e inconscientes que os diversos segmentos da população assimilam e elaboram, instituindo um diversificado imaginário.<sup>6</sup>

A história produzida cotidianamente pela mídia, selecionando e projetando as informações que irão compor o amplo espectro do imaginário social, demarca um espaço de guerra. Outras histórias são também produzidas, em veículos alternativos, em organizações paralelas, rememorando fatos e

acontecimentos, principalmente a partir de associações, sindicatos, partidos de esquerda e alguns setores da igreja.<sup>4</sup>

As populações pobres, que vivem na periferia das cidades, numa luta diária contra a falta de tudo, constroem suas representações, instituem um imaginário, perpassado também por essas experiências cotidianas. Nesse embate, marcado pela ameaça, pela incerteza de ter alimento, essa população constrói um saber que lhe possibilita viver o avesso da vida, a qual, insistentemente, se quer outra.<sup>5</sup>

A cultura popular é aqui tomada como a produção de uma parcela da população marcada pela radicalidade de sua condição, representando e instituindo um imaginário do mundo a sua volta que, em alguns momentos, descobre-se 'o mesmo' dos demais segmentos da sociedade, mas constantemente se descobre 'outro'. Nesse sentido, os depoimentos gravados com as populações pobres nos aproximariam da idéia de cultura popular de Mikhail Bakhtin, e também abraçada por Carlo Ginsburg, de "uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante".<sup>6</sup>

No entanto, quer para os entrevistados que têm uma postura crítica, quer para os que se colocam inteiramente conformados com as coisas do mundo, ou ainda para aqueles que oscilam entre uma crítica e uma crença ingênua no destino, um elemento é comum: a consciência de que as camadas pobres têm de viver em um universo separado da riqueza (entendida como ter comida, casa, saúde) e detêm um outro saber.<sup>7</sup>

A própria língua é demarcadora dessa fronteira. Em diversas entrevistas, a consciência de uma língua diferente da língua dos ricos, "da outra classe", provavelmente não é tão acentuada como na época de Rabelais e que Bakhtin registrou; mas é indicativa

da ruptura: "a fronteira que dividia as duas culturas, a popular e a oficial, passava diretamente em uma das suas partes, pela linha divisória das duas línguas: a língua vulgar e o latim".<sup>4</sup>

Maria Gilda, quatro séculos distante do período em que Rabelais escrevia seus trabalhos, durante uma entrevista, afirmava: "Eu já fui burra, eu já fui burra que ninguém botava nada na minha cabeça, mas agora, meu filho, continuação do tempo, eu acho bonito, eu aprendi a falar, aprendi me expressar nos canto, convivendo com pessoas assim, sabe como é ?... As pessoas mais ... Quando as pessoas tá conversando assim, quando eu vou pagar a casa, que eu chego assim, lá no escritório do Doutor Romero, tem aquelas moça, aquelas pessoa conversando, aí eu fico assim prestando atenção aos modos, né ? Delas conversarem, o jeito delas conversarem porque ... aí eu boto na cabeça o jeito de se sentar, sabe ? Delas se sentarem e tal, aí eu fico olhando. Elas sabem se expressar muito bem, aí eu fico assim, né ? Olhando. Aí quando eu chego no canto assim, aí eu ... eu tenho que ser assim, eu tenho que falar do jeito que aquela pessoa tava falando. Tem gente já viu eu conversando, disse assim: Ô Dona Maria Gilda, a senhora sabe ... a senhora sabe ler ? Eu digo: não sei não; porque a senhora se expressa melhor do que algumas pessoas que sabem ler; eu digo: não, eu não sei ajuntar uma letra, eu não sei..."<sup>5</sup>

Essa compreensão de que há uma outra fala, um outro jeito de falar, de sentar, de se comportar, de ser, uma outra geografia do corpo, com outros desenhos, outra lógica denota uma consciência de um outro saber e de outras práticas. A consciência desse outro lado estabelece também, em princípio, uma relação com o outro mundo onde a fala é, indubitavelmente, a porta de entrada ou não ...

Eder Sader ao discutir a questão da 'identificação do sujeito' analisa esse processo da palavra com extremo rigor e clareza: "A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados, é na verdade a primeira delas e que dá o molde primordial através do qual daremos a forma a qualquer de nossos impulsos. Ela é condição tanto no sentido de que nos condiciona, nos inscreve num sistema já dado quanto no sentido de que constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas".<sup>10</sup>

Na perspectiva abordada por Eder Sader, a fala é um instrumento de luta - fundamental - porque estabelece outras realidades a serem alcançadas; para Maria Gilda esta é um meio de se sentir inserida em uma realidade que cotidianamente a exclui. A fala funciona como elemento mágico a que Gilda recorre para se sentir parte deste "outro mundo". Nesse aspecto, é reveladora a força instituinte da escola, ao definir padrões culturais, lingüísticos demarcadores de um outro universo distinto do que as camadas pobres da população vivenciam como seu. O acesso a educação escolar, formal ainda é representado como algo não intrínseco a sua condição de cidadania. Dessa forma a educação (mesmo elementar, ler e escrever) ao não ser oferecida de forma ampla e irrestrita a toda população, possibilita mais um plano de dominação e controle nas relações que se estabelecem entre a classe dominante e as camadas populares.<sup>11</sup> O universo significante da língua, na medida em que é apropriada de forma restrita pelas camadas populares, as distancia das matrizes discursivas definidas como verdadeiras, justas, corretas. Não dominá-las projeta um imaginário de limitação e impotência, no embate cotidiano com os agentes do Estado - juizes, polícias, fiscais - e do capital, em síntese

com os valores e as práticas instituídos como dominantes na sociedade.

## 2.2 A FALA COMO AÇÃO

A fala é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do 'não ter'.

Aprender, apreender, apropriar-se de um saber que estabelece direitos: a capacidade de articular o ato de pensar à fala, desenvolvendo argumentos em torno de um saber que muitas vezes é cerceado às camadas populares exige um longo processo de socialização. A escola poderia ser o lugar privilegiado desse aprendizado. No entanto, para muitos e muitos dos velhos entrevistados, foram outros os territórios onde se desenvolveu o processo de socialização do falar. A Igreja, as Associações de Moradores, os Clubes de Mães, os Sindicatos, os Clubes Recreativos são locais onde, lentamente, a população vai-se treinando na arte da fala. Aprender a discutir, a defender uma idéia, a ouvir outras idéias, a inventar argumentos na defesa do seu ponto de vista, da sua opinião é um caminho a ser trilhado.<sup>18</sup> O exemplo de Maria Gilda (supracitado) é mais uma mostra da necessidade do aprendizado de uma fala no sentido amplo, como condição para se relacionar com o mundo à volta.<sup>19</sup>

Eder Sader, discutindo a questão da linguagem das camadas populares e a relação com a tradição de toda cultura, aponta a importância do discurso para a atualização de carências que até sua explicitação se encontrava em estado virtual: "Assim, se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto

de bens materiais necessários à sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade. Mas essas demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico encontram-se, antes dos discursos, apenas em estado de existência virtual. Existem sem forma nem atualidade. E é claro que, quando nos referimos a essa existência virtual antes dos discursos, trata-se apenas de uma situação lógica, já que tais demandas jamais existem nesse estado mudo; em cada situação concreta se encontram materializadas de um modo particular. É através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas. É através dos discursos que a carência virtual de bens materiais se atualiza numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos ou de vestido, de feijão com arroz ou carne-de-sol, de escola para os filhos ou televisão. É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política".<sup>14</sup>

A própria condição de cidadania se adquire no esforço de aprender a fala e todos os códigos sociais que ela tem incluídos.

Circunscrita à fala está a questão da relação com a cultura oficial, por um lado e, por outro, a produção de um saber - pelas camadas populares - que tem as mais diversas marcas, e se constrói em muitos lugares: "É no local de moradia, nas associações reivindicatórias e agremiações recreativas, nas praças, esquinas e bares, na rua e na casa que transcorre este

vasto processo dinâmico de formação cultural, tornando o mundo denso de significados nem fixos, nem finais, nem únicos".<sup>15</sup>

A história oral se descobre um processo de socialização de uma visão de passado, presente e futuro que as camadas populares desenvolvem de forma consciente/inconsciente. Entretanto, a aquisição da capacidade de falar, de comunicar idéias é elemento determinante dessa historicidade. Uma historicidade de luta, de resistência, que, evidentemente, tem suas marcas de conformismo e repetição do "status quo".

A descoberta e a apropriação da fala resultam num processo de interiorização e transformação do imaginário popular que se reconhece, que se redesenha em um outro lugar da sociedade. Essa mudança é, sobretudo, a redefinição de um outro plano da cidadania e, por extensão, de poder.

Poder falar, reivindicar, discutir, defender idéias contrárias, ou mesmo se fazer notar, ocupar um lugar entre as diversas falas é uma conquista das camadas populares através dos mais diversos processos de socialização. Na conquista desse poder está uma das chaves para se compreender por que tem sido, tão tímido, ao longo da história do Brasil, o processo de ampliação da rede de educação formal.<sup>16</sup>

Há de se registrar entretanto, que setores populistas, em nome do espontaneísmo e de uma idealizada cultura popular, "prosseguem na mesma tarefa de sabotar a linguagem e o pensamento".<sup>17</sup>

Nesse sentido, afirma Rouanet: "Sabemos por sociolinguistas, como Basil Bernstein, que o 'código restrito', falado por pessoas de classe baixa, está associado a estruturas de pensamento também restritas - concretas, autocentradas, contextuais - que bloqueiam a capacidade de abstrair e

generalizar. Só o domínio do 'código elaborado' assegura acesso pleno ao estágio do pensamento crítico, que supõe a capacidade de descontextualizar, de virtualizar certezas, de conceber outros modelos de sociedade".<sup>16</sup> Essa forma de colocar o problema da língua e sua relação com o pensamento deve ser relativizada; ou do contrário se estabelece um reducionismo linguístico. A experiência cotidiana das camadas populares, muitas vezes recria, e atribui aos conceitos uma conotação e uma denotação muito mais abrangente do que se tem estabelecido oficialmente. O código linguístico adquire uma densidade significativa, em função dos embates com a realidade, que transcende as formas contumazes de representação, recriando e projetando outros imaginários. Dessa forma, definir como restrito o código falado pelas camadas populares é atribuir à língua oficial uma função que efetivamente não se encontra no campo linguístico estritamente, mas nas relações sociais. Magda Soares, discutindo este conceito de Bernstein, aponta suas limitações, através dos trabalhos desenvolvidos por Labov, para quem a tese da deficiência linguística não teria sustentação teórico-metodológica.<sup>17</sup>

Ainda quanto à relação da fala com o poder, deve-se destacar as práticas de dominação que Pierre Clastre registra, de maneira bastante precisa, como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história: "Falar é antes de tudo deter o poder de falar. Ou ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Extremos inertes cada um por si, poder e palavra não subsistem senão um no outro, cada um deles é substância do outro e a permanência de sua dupla, se parece transcender a história, alimenta todavia seu movimento: há acontecimento histórico,

quando, abolido aquilo que os separa e assim os condena à inexistência, poder e palavra se estabelecem no próprio ato de seu reencontro".<sup>60</sup>

Essa análise, embora se refira a um estudo comparativo entre as sociedades indígenas (da América do Sul) e a sociedade de classes aponta sobretudo para a importância de quem fala, o que fala e quando fala, que constituem o próprio desenho das práticas de poder.

Pierre Clastres resgata uma dimensão fundante do próprio fazer histórico ao estabelecer, como relação indissociável, poder e palavra. Em outros termos, a fala, ao instituir planos, projetos, determinações, estabelece campos de representação que consubstanciam a própria prática do poder. Nesse sentido, é possível compreender a análise de Foucault, ao relacionar o poder à capacidade de produzir verdade. A verdade é o próprio discurso produzido em sociedade pelo poder, onde cada sociedade estabelece "sua política geral de verdade".<sup>61</sup>

### 2.3 O MUNDO DE TÔTA

Antonia Vidal - Tôta - , moradora de Casa Amarela, ao rememorar e descrever, de maneira detalhada, como e por que foi importante o aprendizado da fala, remete-nos a um plano onde o cultural, o político, o histórico, o econômico refletem e informam sua narrativa.

Afinal, para uma paraibana de Itabaiana, nascida em 1937 e que, aos treze anos, já era operária da fábrica têxtil da Macaxeira, o mundo já havia ensinado muito, faltava aprender a dizer - o que devia ser dito - . "Depois que começou esse negócio

de reunião. Tem gente que dizia assim: eu não vou pra reunião, não vou tá falando da vida dos outro, porque no canal tem muito assim, vou tá falando da vida dos outros, não sei o quê ... Não! Mas na reunião a gente aprende muita coisa, muita mesmo, a gente tanto aprende como diz. Passa de um pro outro, mas quando é pra princípio, assim quando eu comecei, eu acho que a gente aprende mais do que passa a idéia. Porque eu não sabia de nada, eu ficava somente de escutar o povo conversar, olhando pra cara do povo. Quando um dizia uma coisa, pegava a coisa e ... é isso mesmo. E nisso eu fui ficando. Fui começando a me espalhar, mas aí eu comecei. Eu comecei a fazer reunião "...

Para Tôta, "reunião" localiza um acontecimento político a que se assiste em diversas partes do Brasil, ou seja, a reorganização do movimento operário, do movimento popular de bairro e, por extensão, da sociedade civil. É ao final da década de 1970 que está se referindo quando fala do início das reuniões, como ela própria localiza: "Eu acho assim pra mim ... de umas épocas assim ... dez anos, quinze ... A gente ficou mais sem medo de falar "...

O cerceamento do direito à livre expressão, que se estabeleceu durante o regime militar, instaurado a partir de 1964, induzia a um controle social da fala através da institucionalização de um medo capaz de atingir amplamente as mais diversas camadas da população. Esse medo tinha uma materialidade própria nas inúmeras histórias, transmitidas de boca em boca, de prisões, mortes, perseguições de trabalhadores, líderes comunitários e, muitas vezes, de pessoas que não tinham atuação política relacionada a qualquer organização. Ser solidário com a problemática sócio-econômica de grande parte da população era suficiente para ser preso, torturado e até morto.

Os informes que o governo permitia transmitir sobre a "guerra" estabelecida contra os opositores do regime, através da imprensa escrita, falada e televisiva, completavam o quadro de um grande medo generalizado.<sup>24</sup>

As reuniões foram o elemento decisivo para a construção de uma prática capaz de destruir o medo. Elas produziram, além da negatividade necessária à destruição do fator cerceador - o medo - (no interior de um processo dialético), simultaneamente, um sujeito que fala.

Mas o medo que perpassa as notícias de pessoas desaparecidas, o fantasma do comunismo, as proibições e ameaças veladas também se materializam nos olhos e vozes dos que estão próximos.

Segundo o relato de Tôta, tanto o povo olhando as reuniões que se realizavam em um pé de barreira, como a fala temerosa do marido dão a dimensão do controle e do medo que se tem interiorizado e reproduzido das mais diversas formas: "a gente começou a se reunir lá nos pés da barreira do Burity, todo domingo. Quando a gente via o pessoal tava olhando muito pra gente, a gente se mudava daquele pé de barreira e ia pra outro.

Agora, quando eu saía, Antonio dizia assim (meu velho, nera?):

Tôta, me diz uma coisa: pronde tu vai ?

Eu digo: meu véi, vou pra reunião.

Tôta! Quem é que faz essa reunião ?

É uma doutora e ... uma enfermeira ainda.

Tôta, esse negócio pode ser algum comunista. Tu não te mete nessas coisas, tu sabe que danado essas mulheres conversa, umas mulher sabida dessa ?

Eu digo: elas são sabida, vão passando para mim e eu vou ficando sabida também".<sup>25</sup>

Romper o medo, a cadeia visível/invisível foi também adquirir um outro conhecimento, construir uma outra visão da sociedade. "Ser sabida" é uma possibilidade plenamente realizável. As reuniões demonstravam que a "fala competente", até então inexpugnável, democratizava-se. Deixava de ser apenas de uma classe ou de um grupo.<sup>26</sup>

E, nesse aspecto, "Tôta", como muitos outros entrevistados, evidencia a maneira como as camadas populares se apropriam da cultura oficial, incorporando e construindo sínteses próprias a partir de suas diversas experiências cotidianas.

No ato de ser entrevistada, a população dá continuidade a um ofício que vem desenvolvendo há muito tempo. O de contar casos, experiências, lições que a vida ensinou. As reuniões são o momento de ouvir, de "apreender a idéia". Mas se aprende também a dizer. A necessidade de adquirir esse saber está presente em inúmeras passagens de diversos entrevistados. Desde a perspectiva de se tornar sabido, até contar para os outros, divulgar, ampliar essa sabedoria. É esse novo saber que se luta por adquirir encontra resistência em práticas e visões tradicionais de aprisionamento da vontade popular.

## 2.4 CONTANDO CASOS

Muitos entrevistados vão unir o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida

e do mundo que transcende as determinações imediatas. Eles se descobrem narradores na acepção Benjaminiana, ou seja, "figuram entre os mestres e os sábios", sabendo dar "conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio".<sup>27</sup>

Rememorar discussões e acontecimentos é também ensinar aos ouvintes como enfrentar situações semelhantes; um convite à participação na história, ao acompanhamento, ao forte envolvimento no que está sendo contado. E "Tôta", com sua memória aguçadíssima, "descreve com a maior exatidão o extraordinário e o miraculoso", que faziam W. Benjamin descobrir, em Leskov, a característica fundante do narrador.<sup>28</sup>

Nos depoimentos destacamos passos e contrapassos da luta vi-vida cotidianamente, das motivações "do real concreto e do concreto pensado"<sup>29</sup>, colocados, lançados de uma forma em que não poderíamos deixar de ver também um lado épico. Na continuação da discussão de Tôta com Antônio (o marido), registra-se a seguinte passagem: "Quando a gente invadiu aqui, você não queria vir pra'qui, pagando um quartinho que não tinha dez metros de largura nem de comprimento não tinha. E você queria morar lá por fim de força, pagando, e eu invadi aqui, entrei, porque a terra é de todo mundo, eu entrei e fiquei. Por seu gosto você taria pagando mocambinho dos outros. Com medo de falar com os homens. E eu quero aprender como é que se fala com os home.

Aí ele: Mas fala, tu tem boca pra falar.

Eu digo: eu tenho boca pra falar, mas pra dizer besteira, mas aquilo que eu há de dizer, eu não tenho ainda esse saber, tenho que aprender.

Aí ele: No dia em que tu tiver presa por aí, eu não digo nada.

Eu digo: eu me solto, quando a polícia chegar, que é que eu vou dizer? Que ele perguntar o que é que eu tô conversando. Ah! Eu tô conversando assunto de dentro de casa: fome, criar menino, marido parado, doença ... e o que eu vou dizer à polícia é isso ...<sup>20</sup>

Essa não é apenas uma discussão de "Tôta" com o marido. Mas a redifinição do papel da mulher que "Tôta" afirma. É um outro jeito de se relacionar com o mundo, onde a intermediação do homem - como aquele que estabelece o espaço para a mulher transitar no mundo - é substituída.<sup>21</sup>

Uma mudança que não se dá de forma tranqüila. A ameaça é contundente - a polícia, o comunismo, a prisão - ; no entanto, o contra-argumento esvazia o poder de aterrorizar da fala, que propugna o imobilismo. E todo esse quadro é rememorado, é narrado, carregado de um tom heróico de quem descreve uma batalha onde " a vida está por inteira" .<sup>22</sup>

A memória resgatada foi uma construção realizada sobre inúmeras resistências. Estabelecia-se um imaginário na vontade de mudar as próprias condições materiais. Entretanto, esse passado hoje relembrado (enquanto memória) registra "sua redenção, é luta contra a morte, como relembração e transcendência" .<sup>23</sup>

Para "Tôta", o aprendizado de uma outra representação da sociedade, a criação de um outro imaginário estabelecendo outras formas de inserção e participação social e política se deu com uma doutora e uma enfermeira, nos pés da barreira do Burity; para Maria Gilda, no consultório do doutor onde se ia pagar o aluguel; para Manoel Marques, nas discussões entre os camaradas do Partido Comunista, na década de 1940.

" Apesar de eu ter feito uma misturada danada de uma coisa com outra, mas eu não tenho nem o 2 ano primário completo, sabe ? Alguma coisa que eu falo, ou eu conheço, aprendi com vocês que já estudaram. Aprendi na luta, conversando com gente mais adiantada e gente mais atrasada do que eu, foi, foi isso; a esse povo que eu devo alguma coisa. Não tenho acanhamento de falar nem com camponês, nem com camarada que não saiba nada; nem também com um doutor ou um governador ou um deputado, não tenho nenhum receio, nem acanhamento de ficar com medo de lhe dizer a palavra, o que eu sei eu digo, é isso".<sup>34</sup>

Mesmo para o militante do Partido Comunista é na fala, na conversa que se penetra no universo do saber. Este não é visto como privilégio ou exclusividade das elites - gente mais adiantada - mas também de pessoas semi-alfabetizadas como o próprio Manoel Marques. Meio e fim, a fala é fonte de aprendizagem mas é também instrumento de luta - como já destacava Eder Sader<sup>35</sup> - . Interpelar o poder, não ter acanhamento é se saber detentor também de um conhecimento, de um direito, de uma cidadania que circunscreve e estabelece um plano formal de práticas sociais, que se afirmam em ações diretas no quadro das relações sociais. Afinal, dirigir a palavra "ao poder" significa reconhecer-se também como poder e até mesmo contra poder. Esse é o palco das práticas discursivas, que através de ritos e signos, em princípio, instituem barreiras sociais 'invisíveis' às camadas populares. Entretanto, através de múltiplas e diferenciadas estratégias, muitas vezes o campo minado é atravessado.

## NOTAS

- <sup>1</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p.143.
- <sup>2</sup> Ibid., p.143. "Ao observarmos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público na segunda metade dos anos 70, nós nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos sentidos nem se despreendem "naturalmente" do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas - quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade. A potencialidade das novas matrizes está, portanto, tão ligada à consistência interna das suas categorias e modalidades de abordagem do vivido quanto à sua abertura, às fissuras que deixa para poder incorporar o novo, aquilo que era ainda indizível e para o que não poderia necessariamente haver categorias feitas.
- <sup>3</sup> HORKHEIMER, Max, ADORNO Theodor W. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.113-156.
- <sup>4</sup> FERRO, Marc. Falsificações da História. Lisboa: Europa-América, 1981. p.15. "Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida. Sobre esta representação, que é também para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades, enxertam-se em seguida opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor ... ao passo que subsistem, indeleveis, os traços das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções.  
Urge cortejar hoje em dia todas estas representações, porquanto, com o alargamento do mundo, com a sua unificação econômica a par da sua fragmentação política, o passado das sociedades é mais do que nunca um dos trunfos dos confrontos entre Estados, entre nações, entre culturas e etnias. Controlar o passado ajuda a dominar o presente, a legitimar ascendentes e contestações. Ora, são os poderes estabelecidos - Estados, igrejas, partidos políticos, ou interesses privados - que possuem e financiam mass media ou aparelhos de reprodução, livros escolares ou bandas desenhadas, filmes ou emissões de televisão. Cada vez mais outorgam a todos sem excepção um passado uniforme. A revolta surge daqueles cuja história está - interdita - ."
- <sup>5</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Anotações em torno do tema "Condições de Vida" na Literatura sobre a classe operária. O autor faz um estudo da abordagem teórica da questão operária, e suas transformações na década de 60 e 70 para então afirmar... p. 51. "Essa inversão de posições se cristaliza nas discussões da década de 1960 em diante, tem seus antecedentes nas iniciativas de vários dos autores aqui mencionados, como os Hammonds, Duvean e Simone Weil que de formas diversas enfatizam a importância das "mentalidades coletivas" da ideologia e da cultura, assim como das sensações experimentadas pela "condição operária". Essas novas ênfases abrem caminho para que a análise das "condições de vida" da classe trabalhadora, incluindo suas condições materiais, seja mediada através das disposições culturais dos grupos sociais como se desprender dos trabalhos de Hoggart, Thompson, Hobsbawn e Bourdieu."
- <sup>6</sup> GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.24.
- <sup>7</sup> CALDEIRA, Tereza Feres do Rio. A Política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.150 " Olhar a sociedade significa perceber imediatamente uma desigualdade básica: aquela que opõe a nós, os pobres, a eles, os ricos. Esta é a principal referência que todos os entrevistados utilizam para descrever a sua própria situação e o lugar que ocupam na sociedade. Em boa parte das situações do dia-a-dia basta falar de "rico" e "pobre" para se fazer entender - as palavras são fortemente carregadas de significados, mas não é necessário explicitá-los a todos os momentos, uma vez que são mais ou menos compartilhados por todo um grupo de pessoas, os iguais." Essa caracterização de Tereza Caldeira adquire uma maior radicalidade (no sentido de falta das condições mínimas de sobrevivência) nas entrevistas realizadas entre as camadas pobres por nós entrevistadas. Não sei se poderemos atribuir essa diferença às condições econômicas gerais do País que assistem a uma piora crescente, à diferença do grupo entrevistado, onde a maior parte em nosso trabalho era aposentada, ou à forma mesma de conduzir a entrevista.
- <sup>8</sup> BAKTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: Hucitec, 1987. p.410 - 411.

\* MONTENEGRO, Antonio Torres et al. Barro do Recife, porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989. p. 81- 82.

<sup>10</sup> SAUER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.57.

<sup>11</sup> GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1985. p.126. "Nós entramos em 1900 com um efetivo de 7 milhões de crianças sem nenhuma atendimento escolar. Chegamos a 1979 dando a apenas 12% das crianças brasileiras, a possibilidade de concluir 8 anos de escolaridade. Garantimos apenas a doze sobre cem o que a Constituição garante de direito para todos os brasileiros." "Não se pode criar um país democrático e desenvolvido sem que a educação tenha se estendido a todos. Um país democrático não precisa de grandes luminares da ciência e da técnica como precisa de um povo esclarecido, instruído."

<sup>12</sup> ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 56.

<sup>13</sup> FRETAG, Barbara. Escola, estado & sociedade. São Paulo: Moraes, 1986. p. 142. A autora faz uma análise da evolução histórica da educação, apontando a década de 1970 como sinalizadora de significativos investimentos nesse setor, pois esta é peça chave da reprodução dos valores e das práticas do regime capitalista. Embora a escola seja um espaço de reprodução, o que se constata é que o índice de analfabetismo continua extremamente elevado, o que evidencia a capacidade de a produção capitalista operar com uma força de trabalho com níveis de escolaridade baixíssimos. Afirma Bárbara Freitag em seu livro: "A valorização da educação na última década no Brasil reflete pois o fato de que o modo de produção capitalista, nas características específicas do "modelo econômico brasileiro", tinha-se definitivamente consolidado no início da década de 60. As mudanças estruturais que se tornaram necessárias, em decorrência deste fato, deveriam ser implantadas e consolidadas com auxílio e por intermédio da educação a fim de garantir a durabilidade do sistema. A importância atribuída à educação exigia que uma política educacional consciente facilitasse o seu funcionamento pleno em todas as instâncias da sociedade. Isso explica a concentração das atividades e decisões no campo educacional nas mãos do Estado, mediador e intérprete das classes capitalistas (nacionais e internacionais), interessadas na promoção do desenvolvimento capitalista. O regime pós-64 simplesmente introduziu uma dimensão mais tecnocrática e a exigência de uma eficácia mais radical dos AIE e entre eles o da escola, permitindo assim que se desse continuidade a uma tendência já anteriormente delineada:

a inserção do Brasil no sistema do capitalismo internacional, redefinindo em outro nível seus laços de dependência. Se em última instância a base econômica ditara as necessidades das mudanças estruturais ao nível da sociedade política e civil, a consolidação dessa base dependeria - a longo prazo - do perfeito funcionamento dos mecanismos de reprodução das relações sociais de produção, ao nível de superestrutura. A escola foi, por isso, totalmente reestruturada e redefinida para funcionar em toda a sua eficácia nas várias instâncias como divulgadora da ideologia dominante, como reprodutora das relações de classe, como agente a serviço da nova estrutura de dominação e como instrumento de reforço da própria base material, possibilitando a reprodução da força de trabalho. Nem todas essas funções eram abertamente declaradas. As intenções, em parte implícitas, em parte explícitas, precisam ser deduzidas da própria estrutura e do funcionamento da escola, como propostas nas diferentes leis da reforma. As intenções claramente explícitas tanto na legislação como no planejamento educacional se expressam na ênfase dada à educação como "human capital".

<sup>14</sup> SAUER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.58-59.

<sup>15</sup> ZALUAR, Alba. A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.p.56.

<sup>16</sup> GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1985. p.73. "A escola não é a alavanca da transformação social mas essa transformação não se fará sem ela, não se efetivará sem ela. Ela tem sido o lugar do retrocesso social e político; ela nunca está em "primeiro lugar" na questão social e política. Nem poderia sê-lo. Ela só poderá definitivamente ser o lugar onde os oprimidos adquirirão "lucidez e força" no dia em que eles aí estiverem. Por isso sua primeira tarefa seria abrir suas portas para eles e provavelmente ir buscá-los."

- <sup>17</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia de Letras, 1989. p.57.
- <sup>18</sup> *Ibid.*, p.312.
- <sup>19</sup> SÓARES, Magda. Linguagem e escola - uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1987. p.44 "Entretanto, Labov rejeita completamente o conceito de "deficiência linguística", que considera um "mito" sem nenhuma base na realidade social. A afirmação de que as crianças dos guetos vivem num contexto de "privação linguística", onde recebem pouca estimulação verbal, ouvem uma linguagem mal-estruturada e, por isso, tornam-se linguisticamente deficientes, é inteiramente falsa; ao contrário, afirma ele, as crianças dos guetos recebem muita estimulação verbal ("vivem banhadas em estimulação verbal da manhã à noite"), ouvem uma linguagem mais estruturada que as crianças de classe média; participam de uma cultura intensamente verbal. Essas afirmações são documentadas em pesquisas do próprio Labov e de outros pesquisadores, que mostram, por exemplo, o grande valor atribuído pela cultura negra, nos Estados Unidos, à comunicação oral, muito maior que o valor a ela atribuído pela cultura da classe média, que valoriza, prioritariamente, a linguagem escrita".
- <sup>20</sup> CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p.106.
- <sup>21</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p.12.
- <sup>22</sup> (Tôta) Antônia Vidal de Lima apud Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos. Recife: Departamento de Memória.1988. p.9.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p.12-13.
- <sup>24</sup> Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.
- <sup>25</sup> (Tôta) Antônia Vidal de Lima apud Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos. Recife: Departamento de Memória.1988. p.10.
- <sup>26</sup> CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981, p.95.
- <sup>27</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.221.
- <sup>28</sup> *Ibid.*, p.221.
- <sup>29</sup> MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.122-123.
- <sup>30</sup> (Tôta) Antônia Vidal de LIMA, apud Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos. Recife: Departamento de Memória.1988. p.10.
- <sup>31</sup> Nesse sentido, a análise de Tereza Caldeira, em relação a um grupo de mulheres entrevistadas em S. Miguel Paulista, apresenta diversas relações com o quadro que vimos analisando: "Tomando como referência o caso das mulheres, podemos pensar, por exemplo, no movimento feminista. Ele não está presente em São Miguel e não tem adpetos no Jardim das Camélias, onde é sistematicamente negado pelas mulheres. No entanto, provavelmente seria muito difícil conceber um movimento de creches sem a sua existência: foi ele que articulou a noção de "direitos da mulher", que atribuiu a ela uma individualidade. E é por este caminho que a idéia de que as mães podem deixar seus filhos serem educados por profissionais e saírem para trabalhar se tornou aceitável. O feminismo pretende criar toda uma nova cadeia significativa ao redor do papel da mulher, unindo-a ao mundo público e, ao final, quebrando a separação entre mulher e política. Para isso, terá de ser eficaz política e simbolicamente, criando novas articulações significativas, embora ninguém possa prever a priori por que caminhos se manifestará a sua eficácia. Seguramente as feministas, ao proporem a "saída de casa", não previram que a nova participação das mulheres reivindicando creche se daria em nome do seu papel mais tradicional.
- É na política que se destroem e se criam cadeias significativas. Mas para que seja possível entender essa afirmação é necessário conceber a política em termos amplos, como uma relação de forças, sem a mediação obrigatória de instituições e aparelhos ligados ao Estado. E é por isso que o exemplo das mulheres é bom. A difusão do feminismo, que no final acaba repercutindo no comportamento político e no

enfrentamento com o Estado, passa pelos mais variados caminhos, em geral bastante privados, e tem um desenvolvimento que está longe de ser linear. É de maneira transversal e fluida que ele se propagou e foi tecendo uma nova imagem de mulher e uma nova prática." in CALDEIRA, Tereza. A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.287.

<sup>32</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.221. "Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Daí a atmosfera incomparável que circunda o narrador, em Leskov como em Hauff, em Poe como em Stenvenson. O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo."

<sup>33</sup> MATOS, Olga C. F. Os arcanos do inteiramente outro - a escola de Frankfurt. A melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.58. "A memória, a lembrança acalentam a dor, o sofrimento e a morte no sentido de sua redenção. Não se age de forma a recalcar o passado, a fim de arquivá-lo e produzir a apologia acrítica do presente. A história é crônica da destruição e das coisas corroídas pelo tempo. A história é massacre, a memória é sua redenção, é luta contra a morte, como lembrança e transcendência."

<sup>34</sup> MARQUES, Manoel entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição p.18.

<sup>35</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.57. "Como insistem os lingüistas, a linguagem não é o mero instrumento neutro que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independentemente dela. A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados. É na verdade a primeira delas e que dá o molde primordial através do qual daremos forma a qualquer de nossos impulsos. Ela é condição tanto no sentido de que nos "condiciona", nos inscreve num sistema já dado, quanto no sentido de que constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas."

### 3 BATALHAS EM CASA AMARELA

#### 3.1 O REPENTE DA HISTÓRIA

O bairro de Casa Amarela, situado a seis quilômetros do centro do Recife, a noroeste, caracteriza-se como uma das áreas populares de maior densidade demográfica. Com uma geografia acidentada, tem, aproximadamente, cinco mil e quinhentos hectares e uma população em torno de duzentos mil habitantes. A população que vem ocupando essa área há mais de meio século é constituída de trabalhadores dos mais diversos setores. A fábrica têxtil instalada na década de 1930 forneceu um mercado de trabalho constante para grande parcela dos moradores do bairro, muitos migrantes das áreas rurais. Será também a partir dessa atividade produtiva básica que se definirá todo um perfil de luta sindical e militância política que contribuirá decisivamente para criação e ampliação de uma extensa rede de associações, clubes de mães, centros comunitários. Construiu-se dessa maneira ao longo de décadas um perfil de luta e resistência no Bairro. No entanto registra-se um assédio permanente de diversos grupos e mesmo do Estado em determinados períodos, no sentido de intervir na história, na tradição, no imaginário, nas práticas organizativas existentes. Nesse sentido "Tramita na Câmara Municipal um projeto de redifinição do Município Recife. Este eleva de 12 para 24 o número de aglomerados urbanos. O bairro de Casa Amarela atualmente com 5.489 hectares e 206 mil pessoas, com a nova divisão, passará a 194 hectares e 34 mil habitantes".<sup>4</sup> Esse projeto atinge frontalmente as lideranças populares, fragmentando

a força da sua representação, visto que legalmente não mais poderão se apresentar como representantes do conjunto dos moradores. Em última instância, evidencia-se como as lutas populares, sempre que estabelecem um outro conjunto de representações do presente, passado e futuro e, por extensão, de outras práticas sociais que não obedecem necessariamente às diretrizes oficiais estão sempre ameaçadas por um campo minado, em permanente ação de desmonte da história popular.<sup>12</sup>

Uma das muitas lutas em que a população se engajou foi a defesa do lugar de morar. Os agentes da especulação imobiliária, desde a década de 1960, vinham tentando expulsar os moradores, através da cobrança do foro da terra, que aumentava ou se prolongava através de critérios que a população desconhecia, por mais que tentasse conhecê-los.<sup>13</sup>

Essa longa e tortuosa batalha recrudesce a partir da metade da década de 1970, quando as imobiliárias procuram de uma forma mais sistemática - aproveitando-se do momento político, quando a sociedade civil está bastante desmobilizada - expulsar os moradores do bairro.<sup>14</sup>

A reação da população, que já havia tentado organizar-se em outras oportunidades, vai contar com o apoio da Igreja Católica. Os salões paroquiais passam a sediar as constantes reuniões de mobilização. Esta participação ao lado dos moradores - através de alguns dos seus padres - terá uma enorme influência no imaginário popular. Sinaliza a justeza da luta de resistência desses moradores mas sobretudo a aliança os faz sentir mais fortes para o enfrentamento com as elites. Esse processo será fortalecido com o resgate da história da ocupação das terras desde a década de 1920. É desenvolvido um trabalho sistemático de entrevistas com

velhos moradores, que vão ajudando a reconstruir a memória "esquecida".

Para os moradores mais jovens se reconhecerem na história da ocupação dos morros, córregos e baixadas de Casa Amarela, era fundamental se representar com um direito fundado pelos seus antepassados.<sup>5</sup>

Construir um imaginário capaz de manter o povo unido, organizado e confiante no seu poder de resistência e de conquista definitiva das terras nas quais construíram suas casas e moravam há anos, foi necessária uma longa luta, com fases de maior e de menor mobilização.<sup>6</sup>

Em 1976, quando a luta pela terra já alcançava um significativo nível de organização, esta foi batizada de "Movimento das Terras de Ninguém". Os moradores apropriaram-se do termo "Terras de Ninguém" após artigo publicado na revista "Veja", em 01/06/76, que assim intitulava a matéria sobre a luta dos moradores de Casa Amarela.

A representação do nome com que o movimento se intitula tem uma forte conotação de negação do direito de propriedade argüido pela imobiliária. O termo "ninguém" está dirigido no sentido de restaurar o direito de posse e, por extensão, o de propriedade. Dessa forma, é a própria legalidade que é enfrentada pelo princípio de legitimidade, nos termos como o movimento se reconhece e se interpela. É no campo da representação simbólica que os moradores estabelecem a chave, a matriz discursiva que sinalizará o processo de discussão, mobilização e organização.<sup>7</sup>

A tradição da poesia popular é o veículo requerido para divulgação da história de Casa Amarela, de sua luta contra o poder imobiliário e de suas possibilidades de vitória.

A História das Terras de Ninguém (extratos)

Vou contar uma história  
Por isso peço atenção  
E imploro a luz de Deus  
Pra ter mais inspiração  
E ser na rima fiel...  
Ajudai-me São Miguel  
E a Virgem da Conceição

Confesso que fiz promessa  
A estes santos amigos  
Que são muito milagreiros  
Por serem do tempo antigo;  
E o pessoal se gaba  
Do Monteiro a Guabiraba  
- Eles livram de perigos

Há muitos anos atrás  
Não lembro nem ano e mês ...  
Só sei que o "Vínculo Monteiro"  
Foi arrendado de vez  
A um velho de ação  
Chamado Pantaleão  
Ele era português

Antes do velho morrer  
Foi criada a irmandade  
De Santo Pantaleão

Com muita solenidade  
Para zelar a igreja  
E a terra que até sobeja  
Ser do santo propriedade

O grupo da irmandade  
Com o tempo foi morrendo  
Aí vem de Portugal  
Quatro donzelas dizendo  
Que vinham para cuidar  
Das terras para agradar  
Ao santo reverendo

Finalmente a irmandade  
Bota um novo tesoureiro  
Um velho muito sabido  
Que deu um bote certo;  
Nem precisou fazer guerra,  
Meteu a bota na terra  
Ligada ao "Vínculo Monteiro"

Com uns cem anos de idade  
Falece o velho Marinho:  
Seus moradores chorosos  
Como filhotes sem ninho  
Dizem: -Os filhos do velho  
Vão seguir outro evangelho  
Vamos dançar miudinho.

Pra começo de conversa

Vamos ver Dr. Roberto  
Da família Rosa Borges,  
Gente rica e quengo alerta;  
Seu pai entrou nos "Marinho"  
E arranjou um jeitinho  
De morar ali por perto

Estudando pra doutor  
Tratou de organizar  
As terras numa empresa  
Para dinheiro lucrar:  
Criou a Imobiliária  
Pernambuco Limitada  
Que agora vamos tratar

De uns três anos pra cá  
A coisa foi piorando...  
Para os pobres moradores  
Os aluguéis aumentando...  
E os capangas do doutor  
Quando chegam...faz terror  
São mais do que opressores

Mas todo mundo já sabe  
Que a empresa não tem  
A escritura das terras  
E muita gente já vem  
Dizendo: -Não vou pagar  
Vão pro inferno morar!  
Tou nas terras de ninguém

Essa terra vai ser nossa!  
 Deus é maior que o doutor  
 E a gente pobre ficou...  
 Cada vez eles enricam  
 Mas um dia a casa cai  
 Deus é justo, é nosso pai  
 Vamos sarjar o tumor

Agora vou terminar  
 Pedindo um grande favor  
 Pra que esta história  
 Não fique só com o leitor  
 Também pode acrescentar  
 O que deixei de apontar  
 Pra nada mudar de cor.®

Foi a memória ameaçada, que se colocou como elemento decisivo no confronto entre o presente que busca apagar o passado. É a própria experiência dos primeiros moradores que reage à possibilidade de ser arquivada.?

Os versos do poeta trazem a marca da história como campo de batalha. É no ato de contar, de narrar detalhadamente o processo de ocupação das terras de Casa Amarela, a forma como era exercida a posse e a propriedade, que se encontram os elementos de resistência à investida da especulação imobiliária. A força cultural do sagrado é incorporada como elemento fundante de uma aliança que se acredita mais poderosa sob as vistas dos santos (São Miguel e a Virgem da Conceição). Ter a bênção divina (Deus é justo, é nosso pai) é uma forma de enfrentar, de vencer o medo, a

força, a violência que as empresas imobiliárias, atendendo à lógica do capital, desencadeiam entre os moradores.

A história narrada em versos, fiel à tradição oral "popular", está em aberto. Novas estrofes podem-se somar ao campo que foi delimitado. Essa forma de construir a narrativa remete todos os moradores à participação na história que os versos registram.

A construção da história - em versos - recupera e documenta de maneira permanente o que estava na memória dos velhos. O que corria de boca em boca. O saber popular é devolvido com um sabor de narrativa de histórias contadas em rodas de conversa, onde todos têm um detalhe a acrescentar, remodelar. Essa história projetada em um campo minado, a partir da versão construída pela imobiliária, tem uma perspectiva teleológica ou heróica, ao projetar um sentido ou uma finalidade para a trama que é narrada. Ao mesmo tempo, situa uma historicidade popular que em muito se assemelha à de outros lugares em tempos os mais diversos. Recorre a elementos da tradição para projetar um campo de luta e resistência.<sup>10</sup>

### 3.2 QUEM SABE - DA HISTÓRIA - DAS TERRAS DE NINGUÉM

Arnaldo Rodrigues, um dos líderes do Movimento "Terras de Ninguém", apresenta uma significativa compreensão da importância que a história contada da perspectiva dos moradores tinha para a luta da terra.

A forma como argumenta é de uma dramaticidade própria de quem vive o risco de vencer ou ser derrotado pela história: "Eles nunca foram dono de nada e hoje ele se diz dono de tudo e todo

mundo acredita que ele é dono. Mas que eles nunca foram donos de nada, mas de nada mesmo, isso é preciso vocês botarem na cabeça de vocês, tirar da cabeça de vocês, porque tirando da cabeça de vocês, vocês levam pros outros conscientes, mas enquanto estiver na cabeça de vocês, vocês não leva, não! Não leva, não! Vocês vão dizer: não, mas ... Fica gaguejando. Negócio é que tira da cabeça de vocês que Rosa Borges nunca foi proprietário de nada. E como ele se diz proprietário? Aí é que é danado. Ele não se diz proprietário. E hoje não é proprietário. Aí é que tá a história. É o furto, a roubalheira, a ladroíce que existe dentro da política, junto com juiz, advogado, não sei quantos diabo, que fizeram isso. Fizeram Rosa Borges ser dono daquilo que não era dele. Que isso aqui não tinha dono, não. Isso era da Santa Casa da Misericórdia. Você ia tirar lenha, tirar madeira, tirar fruta, tinha vigia: o que é, Santa Casa de Misericórdia? É, tire aí. Pronto. De Rosa Borges não tinha nada. Aí Santos Marinho, que é um velho, vocês conhece Santos Marinho? Já morreu, né? Ele aí infiltrou-se como parente de Santos Marinho e veio para dentro de Casa Amarela, Rosa Borges, solteiro, moço, veio e se infiltrou com a família Santos Marinho. Ajudando Santos Marinho, mas com sentido de roubar, de tomar a parte. E aí ficou como ... Depois ele disse que foi administrador, que ele entrou como administrador. Ele dizendo na história: que entrou como administrador, mas não tinha ninguém para governar, ele foi que governou e por causa disso ele passou ... A história ele conta assim. Bom, ele fez tudo isso. E a lei, a própria lei é danado, é isso. É eu dá uma tapa em você, sem você abusar comigo, mas eu tenho dinheiro e chego lá na delegacia prendo você, você fica preso e eu venho mimbora, já entendeu? Acontece isso. Eu dá uma tapa em você, você sem tá fazendo nada, mas chega na delegacia,

você fica preso e eu não. Foi isso o que Rosa Borges fez, veio para Casa Amarela tomar conta de tudo, dominou tudo, hoje em dia se diz dono de Casa Amarela, propriedade imensa e ele diz que é dele, mas Santos Marinho foi que deu a mão a ele. Foi que botou ele aqui e ele ficou aqui dentro, depois ele passou a ser administrador, ele é que diz. Passou a ser administrador na história. Passou a ser administrador ele. E, através da administração, como não tinha dono, ele passou a ser dono. Ele que diz. Mas não é. Isso aqui era Santa Casa, era a dona de tudinho, era a Santa Casa de Misericórdia. É que mandava aqui. A Igreja perdeu. Que a Igreja tem a boca calada porque a Igreja também é outra ladrona, sabe? Com licença da palavra. Quem é católico? Que a Igreja também gosta de um roubo, não é? Aí Rosa Borges tomou a frente, ficou como dono de tudo, mas ele não é dono de nada. E, hoje em dia, ninguém pode dizer que ele não é dono, não, porque ele tá com a lei, ele passou tudo em lei, ele é sabido que é danado, tem cartório, a família toda estudou, formou-se, tem juiz na família dele, tem advogado, tem tudo, fez tudo na boa. Vocês é minha família, olha, eu aproveito vocês tudinho. Calou-se, cada um com um pão, foi o que Rosa Borges fez. Hoje tá Rosa Borges rico, dono disso tudinho; você quer um terrenozinho? Não pode. Agora, se Deus chegasse aqui, agora, e pedisse um terrenozinho: quanto ele ia cobrar de Deus? Porque quem faz terra é Deus..."<sup>13</sup>.

Esse trecho da entrevista de Arnaldo denota que a representação construída é determinante na condução da ação social. Representar que Rosa Borges não é dono, firmar um outro imaginário é condição necessária para que a luta pela terra não seja perdida. "Botar na cabeça, tirar da cabeça" é um trocadilho que evidencia o reconhecimento do papel consciente/inconsciente

no processo de luta pela terra. "Gaguejar" é o próprio risco de quem ainda não compreendeu que as terras de Casa Amarela não são de ninguém, porque são de quem as ocupa. O ninguém tem a força de negar, de virar de ponta-cabeça o projeto de propriedade, que a imobiliária procura outorgar-se.

A história, o lugar da história na perspectiva dos moradores, segundo Arnaldo, é que "Rosa Borges não é proprietário. Aí é que tá a história". Esse é o esforço, a luta para colocar a história dos moradores em confronto com a dos que tentam apoderar-se da terra. A expressão "Aí é que tá a história" pode ser lida como - aí é que está o caso, a luta, a disputa -. Ou ainda, a idéia de que por trás das aparências, de um presente que se intenta dissociado do passado, é que se pode resgatar a história, ou seja, o conjunto de práticas que fazem determinados segmentos se projetarem sempre como vencedores.<sup>1.12</sup>

Em outra passagem, Arnaldo, reforçando a linha de argumento do Cordel "Terras de Ninguém", afirma: -"ele disse que foi administrador". " Ele dizendo na história ... A história ele conta assim. Bom, ele fez tudo isso . E a lei, a própria lei".<sup>1.13</sup>

Fica estabelecido o confronto, ao se demarcar o campo de quem diz, de quem conta; a maneira de contar é a própria afirmação de uma representação que é particular de um grupo, uma classe. No entanto, apesar da parcialidade e da singularidade da história "contada", observa-se um outro passo que foi o da lei. Ter o domínio da história possibilita ter o controle da lei, ou mesmo instituir uma norma que é universal, pois se aplica a todos, igualmente. É esse o risco que Arnaldo detecta ao resgatar os diversos momentos do processo; ao evidenciar como se constrói, a nível das relações de poder, o aparato jurídico, institucional

e imaginário para a efetivação do processo de expropriação e expulsão da população dos morros de Casa Amarela.<sup>44</sup>

E a Igreja não é poupada por Arnaldo em sua crítica. É a fala de quem sente na pele a experiência de uma instituição que nem sempre se colocou como aliada da população. Entretanto, há uma certa clareza no depoimento quanto à diferença entre a instituição e a fé. Haja vista que Deus é interpelado como o verdadeiro dono da terra.

A aliança, a associação com o "sagrado" que Arnaldo expressa é a fotografia do que está expresso na poesia de cordel "Terras de Ninguém". Deus, os santos, ao serem interpelados como aliados dos moradores, são fonte de legitimação e crença na possibilidade de enfrentarem e serem vitoriosos em uma luta que cotidianamente enfrenta tantos reveses.

### 3.3 A TRILHA DE AGUIAR

Um outro morador de Casa Amarela, que esteve junto com Arnaldo, na luta em defesa da terra, foi José Severino de Aguiar. Líder sindical, foi operário têxtil na fábrica da Macaxeira durante "trinta anos, tres meses e três dias". Era um católico praticante e também comunista. Unia a religião à política, apesar de ambas estarem, oficialmente, em campos opostos durante grande parte da sua vida. Apresenta a luta do "Movimento das terras de Ninguém" com a prática e a visão de quem associa a experiência da luta do bairro às questões da organização através do partido.

Aguiar, com uma sabedoria muito própria, estabelece uma relação entre a religião católica e o partido: "Partido comunista é comunhão com o povo. E comunismo é uma coisa tão sagrada, é uma

coisa tão sagrada para o céu. Isso eu falo confiança em meu Deus. Em meu Deus segunda a mim".<sup>15</sup> Essa síntese, que antecipa a opção pelos pobres realizada pela Igreja em Medellín, recebia críticas radicais no final da década de 1950, pelo então arcebispo de Olinda e Recife.

O fato de o candidato a governador pela UDN, o usineiro Cid Feijó Sampaio, ter aceito o apoio dos comunistas, subindo em palanques ao lado de Luis Carlos Prestes, fez o arcebispo afirmar: "Candidatos que adotam princípios ideológicos e ações contrárias à doutrina da Igreja não poderão receber votos. Nem mesmo aquele que, apesar de oriundo de uma família católica, torna-se um mero instrumento dos vermelhos e sobe aos palanques em comícios promovidos por líderes comunistas cujas mãos estão manchadas de sangue".<sup>16</sup>

É nesse palco que José de Aguiar constrói seu saber. Apesar de Igreja Católica e comunismo se excluírem mutuamente, ele abre sua senda, independentemente das orientações oficiais.

Indubitavelmente, a vinda de D. Helder Câmara para o Recife, em 1964, terá um papel significativo para a quebra da cisma entre católicos e comunistas tendo reflexo direto nas lutas em Casa Amarela: "Em 1969 apenas eu consegui formar uma comissão de cinco companheiros, dali a gente fazer uma frente dentro de Casa Amarela pra ver se nós pela quinta vez se levantar para derrubar o dono da propriedade, que era Rosa Borges, que nunca foi dono. Antes da gente levar a imprensa em 1974, existia uma mobilização no meio dos moradores. Nós partimos para uma campanha de terço, rezando o terço nas famílias. Um dia na semana nós tava rezando, um dia na semana nós tava pregando o evangelho do povo, que era se mobilizar para lutar contra o inimigo. Nós rezava e conversava. Fui buscar um companheiro, que ele era fora das

lutas. Ele não tinha o sistema de complicação do passado porque ninguém olhava pra ele, porque ele não tinha o que olhar. Pra isso, eu convidei para ele fazer a frente comigo e hoje eu posso citar o nome dele, que é o companheiro Arnaldo. Em 1969, o companheiro Arnaldo e mais três companheiros, nós tava rezando e nós tava conversando com os moradores para não pagar para Rosa Borges e para que a gente se ajuntar para derrubá-lo... que ele não é dono da propriedade e de 69, 70, 71 em 72 nós tava em campanha de terço se mobilizando nas casas dos companheiros. Nesse mesmo ano de 72, já com uma frente de importância religiosa no meio da gente, que D. Helder fundou aquele movimento de evangelização. Nós deixamos a campanha do terço e partimos com a evangelização, porque já era um espaço aberto. A gente se reunia em todo canto. Dentro da Igreja e daí por diante começamos uma campanha mais livre... de mais comunicação diante ao povo para que ninguém pagasse mais por essa propriedade. Na evangelização, nós fomos 72, 73, 74 em 75 a gente já estava bem mobilizado junto aos padres, às freiras e com aquela coligação com D. Hélder, nós achamos que deveria procurar um advogado para nos ajudar. Nós já tava preparado para jogar esse proprietário nos poderes judicial e jamais ele podia explorar aquilo que ele não era dono".<sup>17</sup>

José de Aguiar registra a forma como se foi construindo, através dos anos, a luta da terra em Casa Amarela. Um trabalho lento de "rezas e conversas", onde se procurava aglutinar companheiros que se somassem ao trabalho de transformar a concepção que a população tinha de posse e propriedade. Mas o sentido de "conversas" é próprio de uma compreensão quanto à importância de uma pedagogia política. O ato de conversar era o próprio meio de construir uma outra compreensão da história, do direito de propriedade e de posse. A reza como fonte inspiradora

de uma resistência contra o poder - no caso contra aquele que se dizia dono - é uma outra estratégia no sentido de fortalecer os laços, a mobilização dos moradores, aumentando a convicção de vitória pois a "justiça divina" estava do lado da população.

A construção lingüística expressa a própria luta que se desenvolve. Um ritual de mudanças do imaginário e das práticas que até então garantiam o exercício da propriedade da perspectiva da imobiliária. Imbuir-se da idéia de que Rosa Borges não é dono é também suspender o pagamento do foro ou de prestações pela compra de terrenos em Casa Amarela.

A descrição detalhada do longo período de organização se associa um resgate histórico do papel da Igreja. A partir de reuniões para rezar o terço, é dado um outro passo: formam-se grupos de evangelização. Um evangelho que fortalecia a organização e o direito de luta dessa camada da população que, por muito tempo, ouvira, predominantemente, a voz de uma Igreja que apontava para o conformismo e a submissão.

Mas a história de José de Aguiar está marcada, também, pela visão de militante de um Partido que viveu, quase sempre, na ilegalidade.

O contacto com Arnaldo, como homem de Igreja mas "fora das lutas" traz a nítida consciência da necessidade de articulação e aliança com outras lideranças. Um outro elemento apontado por José de Aguiar, que fotografa com extrema precisão o sentimento dominante de uma vasta parcela da população em relação aos comunistas, manifesta-se na sua expressão: "ele não tinha o sistema de complicação do passado". Aguiar está trazendo à tona todo um imaginário de que lutar, reivindicar está associado ao comunismo e esse se constituía em um enorme perigo para a família, a propriedade, a religião e o Estado. É na convivência

com essas representações que Aguiar se digladiava e, no entanto, encontra alternativas que possibilitem fortalecer a luta dos moradores de Casa Amarela.

Arnaldo e Aguiar expressam alguns elementos comuns na batalha que se estabelece em Casa Amarela. A necessidade de instituir uma contra-história em oposição à versão da imobiliária colocou-se como uma missão inadiável. Estabelecer e garantir um imaginário dos moradores como os "verdadeiros" donos era construir as próprias bases de uma luta que se construía lentamente através dos anos -69, 70, 71, 72, 73, 74, 75 - . Associado a esse aspecto, percebe-se como ambos estabelecem o campo do sagrado como referência inspiradora e legitimadora. Afinal, denotam uma sabedoria popular dos processos de construção e transformação dos arquétipos conscientes e inconscientes, tão controlados e vigiados por tantas instituições mantenedoras e reprodutoras da governabilidade que se institui dominante.

### 3.4 SAPATEIRO DE TIMBAÚBA

Manoel Marques foi outro líder do "Movimento Terras de Ninguém". Sapateiro de ofício, nasceu no interior de Pernambuco em 1919, próximo da cidade de Timbaúba. Seguindo uma tradição histórica mundial, analisada por Joan W. Scott, e Eric J. Hobsbawm em "Sapateiros Politizados"<sup>18</sup> e também enriquecida pelo estudo de Victor H. Acuna sobre os sapateiros na Costa Rica, no período de 1930 a 1948<sup>19</sup>, M. Marques vem reafirmar, no século XX, assim como as pesquisas realizadas por Acuna na Costa Rica<sup>20</sup>, a vertente de que "os sapateiros, como ofício, tinham, no século XIX, uma reputação de radicalismo - eram militantes tanto nos assuntos que

diziam respeito a seu ofício quanto em movimentos mais amplos de protesto social".<sup>81</sup>

Muito jovem, M. Marques é atraído pela visão de mundo e de sociedade defendida pelo Partido Comunista.

"Trabalhei em quase todas as fábricas de sapato. Inclusive não tinha mais fábrica que me quisesse lá, pra trabalhar. Eu gostava de fazer um... Não era agitação não, era defender o direito do trabalhador porque o seguinte: os sapateiros de Timbaúba não querem que o operário tenha um sapato".<sup>82</sup>

É notória sua perplexidade ante uma exploração, que se poderia considerar "evidente" para uma grande maioria das categorias de trabalhadores, expressa no fato de esses trabalhadores não terem acesso àquilo que produzem, face às condições em que se apresentam as relações sociais de trabalho.<sup>83</sup>

Rememorando os tempos de militância, Manoel Marques fornece uma visão de sociedade e de conjuntura política que, muitas vezes, tem passado ao largo para uma grande parcela da população. O conceito de redemocratização aponta para um imaginário de marcação do enquadramento político institucional da sociedade onde a atividade partidária e sindical tem uma efetiva participação na socialização desse debate.

Nesse quadro, M. Marques descreve como se deu a opção pelo Partido Comunista. "O operariado muito explorado, o operariado, lá era sapateiro, muito explorado. E quando surgiu, em 1945, a redemocratização, a gente via aqueles discursos, aquele movimento, aí apareceu uns comunistas lá e achamos que a luta do operário estava enquadrada naquele partido, aí fomos formando um movimentozinho".<sup>84</sup>

No entanto, M. Marques - como já assinalamos - não foi apenas um militante das hostes corporativas ou partidárias. O

"Movimento Terras de Ninguém" tem nesse cidadão uma referência de luta e resistência. Será ao lado de Arnaldo e Aguiar mais um guerreiro na missão de fortalecer a contra-história. O trabalho de construir, de difundir entre a população uma outra história da ocupação das terras de Casa Amarela - em luta aberta com a história da imobiliária - deu a M. Marques um conhecimento detalhado de um bairro que ocupa uma área de 5.489 hectares, com uma média de 38 habitantes por hectare.<sup>25</sup>

As caminhadas marcam a força que o encontro diário com o povo, para conversar, deu ao conceito de reunião. Isso porque se vive uma época em que o fato de a população carente se encontrar para conversar, discutir é considerado, pelo Estado e pelas classes dominantes, como algo extremamente perigoso. Tôta (no relato supracitado) já dava a dimensão desse perigo. M. Marques detalha ainda mais o processo de repressão, mostrando como muitas casas que abriam suas portas para reuniões eram procuradas pela polícia e ameaçadas. Mas, mesmo sob fortes ameaças e com muitas casas não mais abrindo suas portas, as reuniões se propagam. A luta "silenciosa" da história, antecipa o perigo maior, a perda do lugar de morar; as marcas e as tradições construídas ao longo de décadas, ameaçadas de serem destruídas pelas máquinas e picaretas da imobiliária.<sup>26</sup>

Essa descrição que Manoel Marques resgata do trabalho de "reunião" com os moradores dá a dimensão do combate que se delineia.

O aparato policial do Estado era acionado para impedir que se construísse, se fortalecesse a outra história, da ocupação dos morros de Casa Amarela.

"Com esse movimento "Terras de Ninguém", eu conheço Casa Amarela de ponta a ponta, sabe como é? Córrego da Areia, Córrego

do Inácio, Córrego do José Grande, Córrego do Manoel das Meninas, aqueles córregos por ali na luta do Movimento "Terras de Ninguém", levando ao povo conhecimento de que isso podia mudar, mas não pagasse aluguel de casa, não pagasse chão de casa, não comprasse terreno. A gente dizia isso, quando marcava outra reunião pra outra semana, a gente chegava lá, o homem estava de porta fechada, que ia policiais dizer que, se abrisse a porta pra fazer outra reunião, eles iam prender tudinho. Aquele camboio de comunista tava fazendo, ia tudo para o pau, tanto quem fosse pra lá e quem deixasse. A gente chegava, muita gente, com medo, não abria as portas nas outras semanas pra gente se reunir. Enfrentamos tudo isso, mas hoje o povo não está pagando mais o aluguel da casa, não é? O aluguel do chão.

Um tempo desse estivemos na Cohab e o presidente da Cohab disse: Estamos fazendo um carnê para mandar para Casa Amarela pra pagar o terreno. Aí dissemos a ele: Não mande, não, porque o povo de Casa Amarela não pode comprar nem comer, quanto mais pagar terreno. Não mande, não, porque, quando chegar lá, não vai receber, não, talvez o camarada que for cobrar saia na carreira. E não veio esse, não vieram receber, chão lá, não. Eles compraram esse terreno de Dr. Roberto, a gente avisando que este terreno não era da família Marinho, esse terreno foi de uma irmandade de São Cosme e São Pantaleão, naqueles tempos antigos, e um dos velhos Marinho, pai desse outro que morreu há uns anos, com 100 anos, o pai dele era zelador da Igreja e era quem mandava o povo fazer casa. E quem manobrava era umas freiras, essas freiras, umas morreram, outras voltaram para Portugal e eles ficaram esperando que viesse outras, não vieram, eles ficaram resolvendo, aí foi nascendo outros, foram desenvolvendo, estudando, aí acharam que eram as terras dos Marinhos, ficou tudo conhecido,

Casa Amarela, como as terras dos Marinho. Ele mandava e desmandava, mas nunca compraram isso por dinheiro nenhum. Ficaram explorando, depois veio Rosa Borges, que casou-se com a filha do velho Marinho, e apareceu uns nos outros e fizeram uma partilha aí, não fizeram inventário, não, porque não tinha material para fazer inventário. E a gente, conversando com gente antigo e contaram isso aí, foi quando começou essa luta de terras de ninguém e ... foi isso, e aí a gente se desenvolveu e até hoje está aí".

O tempo histórico, comumente demarcado por toda uma documentação escrita, tem para a população a força de registro no momento em que intervém no seu cotidiano. O final da década de 1960 e início de 1970, marcado por uma intensa repressão política e de censura aos meios de comunicação face à guerra entre as forças policiais do Estado e alguns grupos políticos, alcança a população de Casa Amarela no ato de controlar, de proibir, de reprimir a livre organização da população.

O confronto que se estabelece entre a população, a Companhia de Habitação do Estado e a Imobiliária vai evidenciar o grau de organização que se alcança, apesar de todo o aparato repressivo. No momento em que a própria Companhia do Estado tenta cobrar os terrenos, essa proposta é rechaçada.

Vale ainda ressaltar, nessa fala de M. Marques, o papel que os velhos (a gente antiga) tiveram na luta das "Terras de Ninguém", ao guardarem na memória uma outra história sobre a ocupação de Casa Amarela. É fortalecendo-se na tradição oral que Manoel Marques aponta com uma das fontes produtoras da história da ocupação de Casa Amarela. Daí, sua perplexidade ante o fato de a Cohab estar disposta a indenizar Rosa Borges, que, na visão histórica do movimento, não teria esse direito.

### 3.5 PALCO DE HISTÓRIAS

Os líderes do Movimento "Terras de Ninguém" - Arnaldo Rodrigues, José de Aguiar e Manoel Marques - não reconhecem a Empresa Imobiliária Pernambuco, ou mais especificamente, seu Diretor Presidente - Roberto Sarmento da Rosa Borges - como proprietário das terras de Casa Amarela, conhecidas por propriedade Marinho.

Essa é uma convicção construída ao longo dos anos de luta baseada em uma tradição oral dos velhos (como dizia Manoel Marques) ou mesmo na situação confusa da documentação em poder da Imobiliária Pernambuco.

As histórias que se digladiam estabelecem um campo de guerra onde a vitória da história popular garante a criação de um imaginário que comandará uma ação de suspensão de qualquer forma de pagamento - aluguel, foro, prestação - à Imobiliária. Esse é o primeiro passo no sentido de romper a relação legal da Empresa com os moradores, buscando, em seguida, a intervenção do poder do Estado no sentido de garantir a desapropriação das terras.

No entanto, ainda em 20/08/79, o Movimento "Terras de Ninguém" publicava, em um jornal local, uma matéria onde reconhecia o parecer emitido por uma comissão nomeada pelo governo para estudar a situação jurídica da propriedade Marinho.

Afirmava a nota do movimento: - "Nossa opinião sobre os fatos: Em primeiro lugar, achamos que a comissão nomeada pelo Governo para estudar a situação jurídica da Propriedade Marinho - emitiu um parecer correto no seguinte sentido:

a - na falta de outros documentos que contestem o título de propriedade da Empresa, fica valendo "em termos jurídicos" os documentos que eles têm. (Seja lá como for que eles tenham conseguido esses documentos)".<sup>120</sup>

Nesse momento, para o Movimento, já não se colocava a questão legal da propriedade. O próprio crescimento do Movimento, com a suspensão dos pagamentos, tinha tornado esta uma questão secundária. Mas, menos que secundária, a questão estava já colocada por Arnaldo quando afirma que "eles" são muito sabidos: 'têm advogado, juízes e fazem as leis'. Logo se enuncia uma imensa clareza para a população acerca dos diferentes níveis onde a luta se realiza. No campo formal, legal, no que tange a documentos escritos, a população tem pouco acesso e controle. No entanto, ao se estabelecer a luta no campo social, as condições se transformam. Arnaldo demarca, com precisão, que a Imobiliária tem o acesso e o controle das instituições e de um discurso legal que produz efeitos de verdade. A estratégia do Movimento, em última instância, foi, como diria M. Foucault, "desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ele funciona".<sup>121</sup> Logo, neste momento, reconhecer, no parecer da Comissão, aspectos legais da propriedade, não traria maior influência para a questão social que estava no centro da disputa. E, nesse sentido, o Movimento resgata outros itens do parecer que contemplam pontos cruciais para um avanço nas negociações, favoráveis à população. Ainda em relação à nota, nela se pode ler:

"b - o parecer da comissão 'reconhece a exploração da Empresa sobre os moradores' quando diz: 'é aconselhável a intervenção estatal para evitar que os ditos bens (os terrenos) sejam simples objeto de transações meramente especulativas'. E

também quando afirma mais adiante: 'o direito de propriedade deve ser exercido de acordo com sua função social'... caso contrário esse exercício é abusivo... portanto em detrimento da coletividade".<sup>90</sup>

A comissão sinaliza para aspectos considerados estratégicos na luta pela desapropriação da Propriedade Marinho. O Movimento os destaca, consciente de que essa luta já é possuidora de um documento extremamente valioso, haja vista que foi produzido por uma comissão nomeada pelo próprio governo. Em última instância, a luta pela desapropriação ganha um novo aliado.

Em 16 de julho de 1979, o movimento lançava um documento intitulado "Dez pontos da Desapropriação", onde se colocava a "questão de terreno em Casa Amarela como problema social" e que postulava a desapropriação como sinônimo "do fim da exploração".

No entanto, o Movimento reivindica do Estado a defesa da população encaminhando o processo de desapropriação de forma diferente da sugerida pelo Secretário de Habitação, na Portaria 050/79 de 14 de Agosto de 1979: "Servir como mediadora nas negociações entre a Empresa Imobiliária Pernambucana e a Associação dos Moradores de Casa Amarela com a finalidade de aquisição pelos residentes das terras pertencentes à propriedade Marinho".<sup>91</sup>

Esse item da Portaria reduz a questão da terra em Casa Amarela a uma simples relação de compra e venda - morador "versus" empresa imobiliária - ; procura desconhecer ou apagar todo o processo de formação de um imaginário, de uma organização e de uma luta que caracterizam a própria historicidade popular dos moradores de Casa Amarela.

Não é fortuito que, apesar de a Nota do Movimento Terras de Ninguém reconhecer "como correto" o parecer da Comissão jurídica,

atestando o título de propriedade da Empresa Imobiliária, seus líderes supracitados continuam narrando uma outra história do direito de propriedade.

Há, por parte do movimento, o reconhecimento da "lei" como direito legal de propriedade e, ao mesmo tempo, a consciência de que esta se estabelece "mediante relações de classe existentes para proveito dos dominantes".<sup>92</sup> Entretanto, como não estabelecer pontos de contacto com a análise de E. Thompson acerca das transformações agrárias na Inglaterra, quando este conclui: "...a lei mediava relações de classe através de formas legais que continuamente impunham restrições às ações dominantes...", "...pois há uma enorme diferença entre o poder legal arbitrário e o domínio da lei?"<sup>93</sup>

É exatamente no domínio da lei que o movimento se coloca, ao exigir que o Estado assuma o papel de negociador, e, em face da realidade social, opte pelo caminho legal da desapropriação.

Sem dúvida, Marilena Chauí tem razão quando afirma que "os movimentos sociais populares, no Brasil e noutras partes, não agem no sentido de transformar a sociedade imprimindo-lhe um sentido novo mas atuam como 'grupos' de pressão cujo alvo é o Estado, do qual se espera a resposta".<sup>94</sup>

É como resultado desse longo processo de luta - onde a população, durante anos, reconstruiu sua história, estabeleceu alianças, pressionou o Estado, enfrentou o poder econômico, foi alvo da violência policial - que em Dezembro de 1980 é assinado o ato de desapropriação da Propriedade Marinho a favor dos moradores de Casa Amarela.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Documento básico (a ser transformado em lei) de redefinição do Município do Recife, em tramitação na Câmara Municipal. O bairro de Casa Amarela atualmente com 5.489 hectares e 206 mil habitantes, com a nova divisão (se aprovada) passará a 194 hectares e 34 mil habitantes; Jornal do Comércio, Recife, 16 out. 1989. Caderno C, p.3..
- <sup>2</sup> Pedro Jacobi, analisando a questão do saneamento básico e da saúde no período de 1974 a 1984, identifica uma série de práticas de organização popular em S.Paulo, mas que no entanto é um processo das cidades, ou mais propriamente da periferia de grande parte destas: "Os moradores organizados, a partir de estratégias diferenciadas, mas com objetivos, se não idênticos, semelhantes, representam a visibilidade das práticas reivindicativas dos excluídos, o questionamento da ação do Estado autoritário, e explicitam a constituição de um coletivo mobilizado". JACOB, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1989. p. 15.
- <sup>3</sup> Movimento terras de ninguém. Recife: Departamento de Memória da Feaca, 1975 - 1980 (Sér. Documentos).
- <sup>4</sup> Ibid.
- <sup>5</sup> Ibid.
- <sup>6</sup> Ibid.
- <sup>7</sup> SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.19. "Procedente, nas suas raízes, da filologia e da escola histórica alemã, oitocentista, houve no nosso século um reconhecimento categórico de que a linguagem está no centro de toda a atividade humana. Sabe-se hoje que, sendo ela produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, ela passou também a ser, a partir do próprio momento da sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações. A linguagem se torna, dessa forma, como que um elemento praticamente invisível de sobre-determinação da experiência humana, muito embora ela tenha uma existência concreta e anômada."
- <sup>8</sup> Ibid., p.19.
- <sup>9</sup> MATOS, Olgária. Os arcanos do inteiramente outro, a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.74. "A crítica benjaminiana (frankfurtiana) se faz em nome da individualidade que agoniza, antes da realização de seus valores. O esquecimento do indivíduo, sua integração na vida da grande metrópole é amnésia social: o passado é arquivado no sentido da perda simultaneamente da memória e do pensamento crítico. A amnésia é esquecimento, repressão da atividade humana e social que faz e refaz a vida social; é perda e impossibilidade da experiência, isto é, da individualidade, da aura, e tem sua matriz na questão do trabalho abstrato que liberta o trabalhador não do trabalho propriamente dito, mas de seu conteúdo. De onde a perda da experiência como perda da memória."
- <sup>10</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.224. "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento de perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado a centelha da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer."
- <sup>11</sup> CRUZ, Arnaldo Rodrigues da. apud Federação das Associações, Centros Comunistários de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos. Recife: Departamento de Memória, 1988.p. 89-90.
- <sup>12</sup> A perspectiva de Arnaldo de resgatar a memória, de ativar a lembrança sobre os primeiros moradores das terras de Casa Amarela, é uma postura histórica ativa. Como observa Wille Bolle (discutindo uma das

teses de W. Benjamin sobre o conceito de História), o ato de recordar não é uma atitude passiva. "Quer dizer: a lembrança surge no momento de perigo, e o sujeito da preservação deve conhecer esse perigo, deve compreender o presente para compreender o passado. No caso da Alemanha de 1933, ter uma compreensão lúcida do fenômeno do nazismo. Nessa situação, quem preserva não é de modo algum um memorialista confortavelmente reclinado na poltrona da contemplação, nem um arquivador que pudesse se contentar com a computação mecânica dos dados, ainda que tivesse à sua disposição um sofisticado equipamento de gravar, registrar e armazenar. Não. O autor da preservação é sujeito histórico, quer dizer, um indivíduo exposto e vulnerável, mas também capaz de agir. Preservar pressupõe um projeto de construção do presente": ARANTES, Antonio Augusto (Org.). Produzindo o Passado. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 12-13.

- <sup>13</sup> CRUZ, Arnaldo Rodrigues da, apud, Federação das Associações, Centros Comunitários, Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas e sonhos. Recife: Departamento de Memória, 1988. p.90.
- <sup>14</sup> Vale destacar o estudo de Jacques Le Goff apontando como o poder tem como uma de suas estratégias o controle da memória coletiva: "Mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permite compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. Balandier fornece o exemplo dos Beti dos Camarões, para evocar a manipulação das genealogias cujo papel da memória colectiva dos povos sem escrita se conhece: Num estudo inédito consagrado aos Beti dos Camarões meridionais, o escritor Mongo Beti relata e ilustra a estratégia que permite a fim de legalizar uma preponderância contestável. Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais, arquivos do áudio-visual) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a rádio e a televisão."
- LE GOFF, Jacques. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p.46.
- <sup>15</sup> AGUIAR, José de, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, segunda entrevista, transcrição p.8.
- <sup>16</sup> PAGE, Joseph A. A revolução que nunca houve. São Paulo: Record, 1989. p.74.
- <sup>17</sup> José de AGUIAR, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, primeira entrevista, transcrição, p.56.
- <sup>18</sup> HOBBSBANK, Eric J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 149 - 189: Sapateiros politizados.
- <sup>19</sup> ACUNA, Victor Hugo. Fuentes orales e historia obrera: el caso de los zapateros en Costa Rica. Cuadernos Elacso, Costa Rica, n.5, p.48, 1985.
- <sup>20</sup> Ibid., p.48 "la categoria ocupacional de los zapateros y su organización sindical tuvieron una posición de centralidade en los movimientos sociales y en las luchas políticas del período 1931-1948. El Sindicato de Zapateros constituyó el sector más avanzado del movimiento sindical de aquel período y los trabajadores del calzado aportaron numerosos y activos e influyentes militantes y dirigentes al Partido Comunista, precisamente en una fase en que éste tuvo una gran resonancia en la vida nacional."
- <sup>21</sup> HOBBSBANK, Eric J. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 149-189: Sapateiros politizados.
- <sup>22</sup> Manoel Marques, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição p.09.
- <sup>23</sup> MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p 100 -105. Salário, preço e lucro.
- <sup>24</sup> Manoel MARQUES, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição, p. 21.
- <sup>25</sup> Documento. Jornal do Comércio, Recife, 16 out. 1989, p 9.

- <sup>24</sup> FERRO, Marc. Falsificações da história. Lisboa: Europa - América, 1981. p.269. "No entanto, pode existir uma contra-história, também ela institucional, paralelamente à história dos vencedores - Igreja, nação, partido ou Estado. Não beneficiando dos mesmos suportes, somente é capaz de sobreviver, algumas vezes, sob uma forma oral, ou qualquer outra no caso de dominar a cultura escrita. Esta história sepulta, esta história dos vencidos, foram os povos coloniais os primeiros a formulá-la com força, mas aparece ou reaparecem em toda a parte onde o grupo social, outrora autônomo, se sente dominado, explorado, despojado da sua identidade, privado de história; então ele ressuscita os seus trabalhos e os seus dias: agem assim os Chicanos ou os Bretões, os Quebequenses, as ligas de mulheres, os excluídos. Outras vezes surge em tal caso uma história paralela."
- <sup>27</sup> Manoel MARQUES, entrevista para o Departamento de Memória de Casa Amarela, Feaca, 1987, transcrição p. 17.
- <sup>28</sup> Documento. Jornal Diário da Noite, Recife, 20 ago. 1979. p.5.
- <sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.14.
- <sup>30</sup> Documento. Jornal Diário da Noite. Recife, 20 ago. 1979. p.5.
- <sup>31</sup> Ibid., p.5.
- <sup>32</sup> THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987. p.356.
- <sup>33</sup> Ibid., p.356.
- <sup>34</sup> CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981. p. 131.

## 4 A HISTÓRIA OFICIAL: OS ESCONDERIÇOS DA MEMÓRIA

### 4.1 O OUTRO LADO DO ESPELHO

Muitos períodos da história oficial parecem passar despercebidos por uma grande parcela da população. É como se os acontecimentos da história narrada, divulgada pelos meios de comunicação e pelos diversos órgãos e agentes produtores do passado, nada de especial trouxessem, não deixando marcas que se constituíssem em referências de um passado, fundante de explicações de um presente, quizá de projetos futuros.<sup>1</sup>

A participação em determinados acontecimentos públicos e que muitas vezes são incorporados à história, essa sim, pode-se tornar um foco de memória. Dessa forma, quando um fato público ou a história oficial teve um registro nas lembranças da população (principalmente dos velhos), houve uma associação entre o acontecimento ou fato histórico narrado e suas vidas. É sempre ou quase sempre em decorrência dessa interferência que as marcas da memória se constituem.<sup>2</sup>

No entanto, como observa Ecléa Bosi: "A participação na cena pública eleva sem dúvida, o nível de informação do narrador, mas não o liberta, necessariamente, da modelagem a que, afinal, vão sendo submetidos homens e acontecimentos."

A lembrança de certos momentos públicos (guerras, revoluções, greves...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da História, um modo de sofrê-los na carne que os torna indelévels e os mistura com o cotidiano, a tal ponto que já não

seria fácil distinguir a memória histórica da memória familiar e pessoal"<sup>3</sup>.

Ao longo de mais de cem entrevistas, pudemos construir algumas referências do que a população tem como marcas coletivas de uma memória histórica do passado.

Destacamos, entre acontecimentos políticos, os seguintes itens para objeto de análise: a revolução de 1930, Getúlio Vargas, Agamenon Magalhães e Luis Carlos Prestes.

A forma ou a análise embutida na rememoração dessa história tem, indubitavelmente, a conotação do lugar que o entrevistado ocupa.<sup>4</sup> Em outros termos, um militante do PC terá uma visão distinta de um outro entrevistado ligado às seitas africanas ou ao movimento de bairro. No entanto, mesmo o olhar originário de um lugar comum apresenta semelhanças e diferenças, quer na sua forma de análise, quer nos aspectos trazidos à tona no processo de relembração.<sup>5</sup>

Iniciaremos este itinerário enfocando 1930.

#### 4.2 1930: MEMÓRIAS ADVERSAS

Há um desejo explícito dos produtores da história oficial, como de setores da esquerda, de detectar, demonstrar a participação ativa da população, do povo, nos acontecimentos ou fatos que se constituem em campos de demarcação historiográfica.<sup>6</sup>

Fotografar esse desejo, entretanto, não significa negar que exista uma correspondência com o real. Em outros termos, a questão é que, centrados nessa expectativa, estabelecem-se modelos de uma participação popular, quando, muitas vezes, um exame detido dessa tem demonstrado que participar nem sempre é

sinônimo de um controle ou de uma direção efetiva nos processos históricos em foco.<sup>7</sup>

Isso ocorre, principalmente, numa sociedade em que uma parcela significativa da população não tem trabalho regular, não é sindicalizada e não tem acesso a uma educação escolar formal ou mesmo informal. Nesse quadro, estabelece-se uma barreira à participação popular nos acontecimentos políticos, sociais, econômicos, culturais. Em outros termos, a história do presente, na grande maioria das vezes, não é representada como lhe dizendo respeito.

As lutas que epocaram em algumas regiões do País em Outubro de 1930, principalmente no Rio Grande do Sul e Nordeste, são fruto de uma trama entre militares e oligarquias descontentes com a derrota dos candidatos da aliança liberal de Getúlio Vargas e João Pessoa, para os do PRP, Júlio Prestes e Vital Soares.<sup>8</sup>

Há, na historiografia brasileira, uma certa unanimidade em torno do fato de 1930 resultar de um confronto entre as oligarquias, com forte participação dos setores militares e de segmentos das camadas médias.<sup>9</sup>

A não participação popular e mesmo operária, segundo análise de alguns dirigentes e intelectuais de esquerda, seria em parte resultado do manifesto de Prestes em maio de 1930, opondo-se ao programa da Aliança Liberal. Este teria repercutido "como uma bomba dentro do PCB"<sup>10</sup>. Gregório Bezerra, Cristiano Cordeiro e Paulo Cavalcanti, entre outros, criticaram esta posição de Prestes.<sup>11</sup>

Edgar de Decca evidencia como a participação operária, através do Boc, foi combatida tanto pelo governo, como pela oposição, por começar a se definir na órbita de um partido dos trabalhadores.<sup>12</sup>

No entanto, o Recife teria sido a única cidade onde a luta em 1930 adquiriu um caráter popular, segundo Leôncio Basbaum, citando Barbosa Lima Sobrinho.<sup>13</sup>

Boris Fausto, aponta algumas manifestações da classe operária em S. Paulo e uma participação mais efetiva em Recife.<sup>14</sup> Paulo Cavalcanti, em seu livro de memórias, relembra esse período, quando tinha seus quinze anos, registra a distribuição de armas pelas casas dos civis: "O movimento, de quartelada, passava a assumir na prática, característica de revolta popular".<sup>15</sup>

É exatamente sobre esse caráter "popular" que a revolução adquiriu em Recife que os depoimentos dos entrevistados podem nos trazer uma outra compreensão.

A morte de João Pessoa, transformando-se em estopim da luta armada que vinha articulando-se, teve um efeito de mobilização contra as forças que apoiavam o perrepeismo.

Arnaldo, que, nesse período, tinha apenas quatro anos de idade, diz o que recorda de 1930: "Ah, eu fiquei sabendo porque a gente via o tiroteio, né? Vinha lá do centro, a bala chovendo aí no centro. Eu morava aqui pertinho. Casa Amarela, ia a pé pra cidade. A gente via a bala: pil, pil, pipocando. A gente aí sabia, a revolução de 30. Os perrepistas e os liberais, é. A gente então sabia".<sup>16</sup>

A lembrança de perrepistas e liberais em luta evidencia como esse confronto se configurou como uma polarização, a tal ponto que o tempo não é capaz de fazer esquecer. Essa lembrança traz à tona a forma como se projetaram na memória popular as lutas desencadeadas em 1930. Todo o quadro de profundas desigualdades sociais e injustiças reinantes na sociedade é projetado como responsabilidade dos perrepistas. Essa forma simplista,

simplificada de constituir imaginários políticos é capaz de mobilizar e direcionar a insatisfação social latente na sociedade. Sobretudo porque são associadas representações carregadas de um forte apelo emocional, autoritário e irracional.

Tôta, nascida em 1937, relembra 1930 pelo que seus pais contavam. Muito nítidos estão, em sua memória, o caráter armado da luta e a forte oposição entre perrepistas e liberais: "Em trinta, a minha irmã, Nina, ela ... Mãe tava buchuda dela na revolução de 1930. De João Pessoa com os perrepistas. Aí mãe contava também à gente que ela se escondeu debaixo da cama ... e a barriga era tão grande que não podia entrar debaixo. Quando pai chegou aí, com um lenço encarnado no pescoço, correndo com a enxada nas costas. Foi pau, o pobre dos homens apanhavam dentro do rio, dentro dos engenho da palha. Tudinho apanhava, pra dizer que era João Pessoa e outro tinha que dizer que era perrepista. E o perrepista, o lenço era verde e João Pessoa era encarnado, que João Pessoa queria guerra. Tanto que mataram ele. Mas pai não queria de jeito nenhum botar o lenço verde. Aqueles que não queria se danavam na carreira. A polícia corria atrás, atirava nas canelas dos caras na revolução".<sup>17</sup>

A viva memória de Tôta reflete que ela veio de uma família de bons contadores de histórias. A riqueza de detalhes, a dramaticidade e a clareza de suas lembranças denotam que o veio narrativo foi mantido.<sup>18</sup>

Essas lembranças de Tôta, que Halbwachs classifica de memória social ou memória histórica, encontram-se em vivo contraste com a memória pessoal. Entretanto, a memória histórica registrada através do que se ouviu ou leu é comumente lacunar, vazia de outros níveis explicativos.<sup>19</sup>

A questão de 1930, nessa breve passagem de Tôta, aponta para uma luta que não se restringiu às áreas urbanas. Entretanto, a opção do seu pai pelo lenço vermelho estava muito mais ligada a uma luta entre os coronéis do que a qualquer outro alinhamento político. A própria forma como as relações de trabalho se mantinham e se reproduziam nesse período vem caracterizar as possibilidades de inserção popular na luta: "Se você morasse nessa terra aqui, que nem a gente morava, era terra dos Paulinho. Ela saía daqui, ia trabalhar pra esse que pagava mais. Quando dava fé, esse daqui chegava com a Polícia. Tirava de dentro do roçado e levava pro quartel. Mãe foi presa duas vezes por causa disso: morava numa terra e ia trabalhar na outra. Era pra onde morar, trabalhar. Trabalhava três dias pra pagar a casa e três dias pra comer, e quando não tinha trabalho, ele trabalhava dois dias e esses dias ela não recebia, ficava pra casa. Era uma época muito desgraçada. Ninguém tinha o direito de gritar".<sup>100</sup>

Esse direito para Tôta, que viveu nas terras dos Paulinhos, era a conquista das condições mínimas de vida e trabalho as quais o capitalismo, que se atualizava de forma gradual, propugnava também no campo.<sup>101</sup> No entanto, na memória de Tôta, 1930 ficou estabelecido como marco de ruptura, com um conjunto de práticas que lhe cerceava direitos fundamentais. Foi essa a história que ouviu dos seus pais e que relacionará a sua memória pessoal. Projetará um presente e um futuro sempre a partir de um tempo passado em que não se "tinha direito de gritar".<sup>102</sup>

Manoel Marques relembra 1930 pela passagem do trem com o corpo de João Pessoa na sua cidade, no interior de Pernambuco, Mocó, distrito de Timbaúba, caminho da estrada de ferro em direção a João Pessoa: "Mataram João Pessoa em 26 de Julho, a gente morava em Mocó, e quando o trem: João Pessoa foi de Recife

pra Timbaúba, uh; pra João Pessoa de trem, era tanta gente na estação, que parece que não ficou ninguém em casa, dentro de Timbaúba, tava todo mundo na estação esperando. O trem parou uma coisinha mas ninguém podia ver nada".<sup>233</sup>

Relembra ainda Manoel Marques os tiroteios, em outubro, quando estourou o movimento. Timbaúba era terra de perrepistas: "Você vê, naquela época, mataram João Pessoa em 26 de julho, 4 de outubro estourou o movimento. Era os perrepistas que mandava em Timbaúba e o liberal ele disse que ia matar, ia sangrar liberal. Acontece que esse soldado morreu pendurado num pau, na frente da delegacia".<sup>234</sup>

A cena forte na memória de M. Marques, criança de 11 para 12 anos, em Timbaúba, é a morte do soldado que era perrepista e ia sangrar os liberais, mas acabou morto em frente à delegacia.<sup>235</sup>

Para Diniz, nascido em 1912, o movimento de 1930 vai encontrá-lo trabalhando como telegrafista: "Tava aprendendo telegrafista, mas chegou a revolução de 1930. E por isso eu fui demitido. Ele disse que era tipo de economia".<sup>236</sup>

Gregório Bezerra, em suas memórias, relata uma cena de repressão da polícia civil e militar a uma manifestação da aliança liberal em Recife, que nos dá a dimensão do nível de acirramento que se projetou na campanha eleitoral para presidente em 1929: "A caravana da aliança liberal chegada do sul do país realizou um ato público no teatro de Santa Isabel, atraindo uma grande multidão. Antes de terminar a solenidade, as polícias civil e militar cercaram todas as entradas e saídas da praça Santa Isabel e, quando o público deixou o teatro, a polícia o espancou violentamente. A tudo assistiu o próprio governador, que se encontrava na sacada do palácio".<sup>237</sup>

A repressão realizada pela polícia civil e militar à manifestação da Aliança projeta a dimensão do conflito que se antevia com o exército em Recife. É esse e outros confrontos que a população tem depositados na memória.

O conjunto de lembranças, deixado pela luta desencadeada em 1930, traz à tona a forma como a população se insere muitas vezes nas representações instituídas pelos setores dominantes.

O discurso da aliança liberal estabelecendo no imaginário popular que todas as dificuldades vividas pela sociedade brasileira eram resultado do perrepismo, será capaz de canalizar e desenvolver na população um potencial de revolta latente que em última instância determinará as condições sociais e políticas para o levante militar articulado pelas forças aliancistas. E, mesmo hoje, o olhar popular guarda 1930 como um marco de um tempo "desgraçado" que se conseguiu superar como rememora Tôta.

Nadja Brayner, estudando o operariado do Recife, nos anos 30, afirma: "Referindo-se a este fato, Agildo Barata nos observa ainda: era singular a constituição do grupo de Muniz de Farias. Não contava com mais de 30 homens e dispunha de armas e munições para milhares de homens. A experiência era inteiramente oposta a tudo que ocorrera aos tenentes até então: os tenentes, às vezes, tinham soldados e contavam com voluntários, mas não dispunham de armamentos nem munição. Pela primeira vez ocorria algo de oposto a isso: Muniz de Farias tinha armamento e munição para armar e municionar um regimento ou talvez mais de 5.000 homens, mas só dispunha de algumas dezenas de comandados.

A adesão da população ao movimento revolucionário se deu nessa mesma madrugada, quando começaram a trafegar os primeiros bondes da Pernambuco Tramsways repletos de trabalhadores que se dirigiam aos seus trabalhos.

Convidados a participar da revolução imediatamente atendiam ao chamado dos revolucionários passando a constituir um exército muito especial composto por operários, comerciários, funcionários públicos, entregadores de pão e leite, jornaleiros e um particular destacamento formado pelos motorneiros e condutores de bondes da Pernambuco Tramsways, que a partir de então passaram a ser conhecidos entre a população como a heróica linha azul numa referência à túnica azul-marinho usada por esses trabalhadores”<sup>66</sup>.

José Pinto relembra 1930 pela maneira como se engajou na luta e pela sua intensidade: “Eu fui pegado nos Quatro Cantos. Aí no Dérbi, tem um lugar chamado Quatro Cantos, não tem? Pronto! Eu fui pegado ali, com o exército. Eu trabalhava em caminhão para Bebinho Salgado, isso no Dérbi, fui pegado ali às quatro horas da tarde. Aí seguimos no meio do mundo, com o capitão num carro da época, carro de 28, que não tinha automóvel. Aí tocamos no meio do mundo, não sei por onde. Anoi-teceu, amanheceu ... Eu sei que quando chegamos em casa foi com oito dias, voltamos com oito dias. Comendo metra... só tirar a bala e botar na metralhadora. Pegava o caminhão, quem tava no caminhão não saía, tinha que ir, quem queria, quem não queria, viajava, ia sim-bora, levava mesmo. Haja revolução ... pa, pa, ra, pa, pa, ... Fogo de quarenta e oito horas, e não se apagava o fogo. Ali no Pronto-Socorro, pra baixo, onde é a fábrica da Fratelli Vitta. Eu contei ao senhor ali. Lá ainda tem poste furado de bala. Não tem, já viu? Sabe o que foi aquilo ali? Onde foi aquele encontro? Foi os carros blindados, prepararam não sei quantos carros blindados, quando fizeram a parte do quartel general ... Do quartel Cinco Pontas, pra ali, ali se encontrou, foi um encontro da ... parte do ... da Polícia

com o exército e a bala comeu, a bala comeu, bala comeu, bala comeu. As ruas todinhas... Ali, a revolução de trinta".

Da fala de José Pinto, que foi 'pegado' para lutar, deduz-se que o cidadão do Recife, quando o exército encontrava, era obrigado a participar da luta, quisesse ou não. A descrição detalhada dos combates mostra a memória de um motorista de caminhão transformado, subitamente, em soldado.

Pode-se imaginar que a adesão à luta não deveria se constituir em algo tão pacífico, haja vista que estava em jogo a própria vida. Apesar de como já vimos assinalando, o Perrepismo ter sido definido pelos aliancistas como responsável por toda a crise por que passava a sociedade, o entendimento mais detalhado do processo histórico não era elucidado para a população.

Deve-se ainda observar que a campanha aliancista irá projetar-se sob uma representação salvacionista, onde toda a injustiça e corrupção dos governantes seriam definitivamente erradicadas. Dessa forma, o movimento atraía para si o apoio de diversos segmentos da sociedade que já expressara sua insatisfação com o status quo vigente, manifestando seu apoio ao movimento tenentista, à coluna Prestes, às inúmeras e constantes greves. Nesse sentido, é que a população, mesmo com acesso restrito a jornais, ao debate e à linguagem própria da classe dominante através da qual esta expressava seu projeto, irá de alguma maneira se identificar por um dos lados em que se polariza a luta política naquele momento.

Os aliancistas, catalizando todo esse clima de insatisfação, irão obter o reconhecimento e um certo apoio da população nas lutas que se travam em 1930.

Entretanto, o intrincado político de forças que se opõem hoje e se aliam amanhã será um elemento a mais para dificultar a

compreensão do jogo político por parte de grande parcela da população. Nesse sentido é que a expressão final de José Pinto - "Ali a revolução de trinta" - resgata o significado da luta, que começa e termina naqueles combates. Esse é também mais um significado de trinta que estabelece suas marcas na memória.

A adesão à luta, embora não tenha sido tão voluntária e espontânea como atesta o depoimento de José Pinto entre outros, deve remeter sobretudo à questão das razões da inserção nos combates de rua. O controle, a direção do movimento esteve sempre sob a tutela das classes dominantes, embora os tenentes "tenham tido importância crucial para deflagração do movimento de 1930".<sup>90</sup>

#### 4.3 UM CERTO INSPETOR GERAL

As representações que alimentam o imaginário popular de 1930 têm a força emblemática de estilhaços que se associam à história pessoal dos entrevistados. José Pinto, motorista de caminhão na época, participou ativamente, durante o curto período de uma semana, dos combates de rua. No entanto, 1930 está também marcado na memória pelo governador da época - Estácio Coimbra - e o inspetor geral da polícia - Ramos de Freitas - que deixou marcas de grande admiração: "Em trinta foi a revolução de Estácio Coimbra com Ramos de Freitas, foi o delegado geral da cidade. Foi homem que foi delegado dentro desse Pernambuco, que eu gostei dele. Que aquilo ali é que foi um cabra bom. Entrou de cima a baixo, de baixo a cima, deu em quem quis; ou chegava para razão ou senão, já sabe, era pau".<sup>91</sup>

A memória de José Pinto está marcada, entre outras características, pela representação de uma historicidade onde a relação "contra ou a favor" se perde para a demarcação apenas dos agentes que eram mais noticiados. Trinta, o governador contra o qual o movimento também lutava e o delegado são projetados em um único bloco.

Bajado, pintor de cartazes para cinema em Catende, interior de Pernambuco, lembra o Recife quando chegou em 1929. Sobre 1930, nas vésperas de estourar a revolução, assinala o artista: "Quando foi um dia antes de rebentar a revolução, me chamaram para fazer uma caricatura. Aí, Félix, que era um caricaturista, decidiu comigo, disse: - Bajado inventa aí qualquer coisa - . Aí eu fiz. Era sobre Ramos de Freitas e Estácio Coimbra. Eu cheguei, inventei, eu e ele. Eu não posso dizer que fui eu só. Foi esse Félix. Fizemos Estácio Coimbra. Ramos de Freitas com Estácio Coimbra no colo assim. Estácio Coimbra era o governador do estado e Ramos de Freitas era delegado de Polícia. Foi o maior policial que Pernambuco botou até hoje. Ainda não vi igual".<sup>32</sup>

A coincidência entre ambos (José Pinto e Bajado), ao rememorem 1930, resgatando o governador e o inspetor geral da polícia, tecendo elogiosos comentários a este último, descortina a força de uma simbologia própria da época. No entanto, onde poderiam ter ido buscar elementos para construir essa representação do inspetor de polícia? Possivelmente, essa não parecia ser uma visão que se difundia no seio da população através de suas próprias experiências em situações de conflito com a polícia ou da imprensa oposicionista.

Segundo Costa Porto, a campanha contra Estácio Coimbra, realizada por Carlos de Lima através dos jornais que fundara, foi enorme: "Quem, hoje, compulsar as coleções destes jornais, se não

tiver isenção bastante para descontar a porcentagem, altíssima, das paixões ensandecidas, pode ter a impressão de que o quadriênio de Estácio lembraria o consulado de Canínio, do qual, exercido poucas horas - entre o almoço e o jantar -, disse Cícero em ironia atroz: - Caninio consule, scito neminem prandisse nec dormiisse" -. Ninguém comeu nem dormiu ...

Exagero, sem dúvida, mas, de algum modo, está presente esse tipo de crença em muitas camadas e isso em decorrência da campanha mortífera dos jornais de Lima Cavalcanti.

Este, na verdade, o cavalo de batalha da oposição em luta contra o situacionismo, desde o Império e alargado na República, nos tempos de Barbosa Lima, de Rosa, de Dantas, de Borba e de Sérgio: os desmandos dos esbirros policiais, as violências - reais ou fantasiadas - das administrações, na linha do "quem tiver o que perder e quiser viver em paz forme com o governo ..."<sup>99</sup> eram a tônica.

E ainda segundo Costa Porto, o governador estimularia essa situação ao levar para a chefatura dr. Eurico de Souza Leão, que reagia por vezes em explosões desvairadas, como no incidente em que o chefe de polícia agrediu, em plena rua, o jornalista Fernando de Lima Cavalcanti.

"E, como se achasse pouco, trouxe do Rio, fazendo-o figura central da polícia, o inspetor Ramos de Freitas, cujas truculências se tornariam proverbiais - o beicola, dos dichotes do vulgo - novo Vidigal do Capibaribe, a espalhar terror, provocando reação da comunidade"<sup>99</sup>

Costa Porto fornece um histórico da vinda de Ramos de Freitas. E apesar da ressalva quanto à versão dos jornais de Carlos de Lima, apresenta o inspetor vindo do Rio como "aterrorizante".

Paulo Cavalcanti refere-se a Ramos de Freitas em uma passagem de suas memórias. Após a missa de sétimo dia em memória de João Pessoa, na matriz da Boa Vista, no Centro do Recife, a população se concentrou na saída. Iria ouvir, do primeiro andar de um sobrado próximo, o tribuno popular João Barreto de Menezes. Ramos de Freitas interfere, impedindo o orador de continuar a elocução: "Proferidas as primeiras expressões, vimos uma pessoa aproximar-se do orador, no primeiro andar do prédio, falando-lhe ao ouvido. O povo prorrompeu em insultos: "Beicola!" "Filho da puta!" "Deixa o homem falar, seu covarde!"

Era Ramos de Freitas, inspetor-geral da polícia civil, aquele que, vindo do Rio, dizia "estar com a mão calejada de tanto dar na cara de pernambucano", o terror dos marginais e dos agitadores políticos, tratando uns e outros no mesmo pé de igualdade. Seu Freitas, o beicola, era o símbolo da reação dominante, sempre de bengala na mão, como o feitor com o seu azorrague".<sup>95</sup>

Embora uma parcela da imprensa da época e mesmo a história escrita posteriormente (como já assinalamos) descrevam Ramos de Freitas como símbolo da truculência e do terror, formou-se, no imaginário popular, uma representação de admiração.

E aqui vale retomar a complexa formação da historicidade popular, onde o imaginário se constrói a partir de um conjunto de determinações que nem sempre se atrelam às versões dominantes da história oficial ou mesmo da esquerda.

Ramos de Freitas traz a marca de um período histórico em que os levantes militares são a tônica. Há uma forte representação de que a única maneira de mudar a ordem social seria o uso da força militar.

Edgar Carone chega a afirmar que de "Canudos a 1930, ele (o exército) representa a ordem (situação) contra a anarquia (oposição) e é instrumento de intervenções nos Estados e lutas contra-revolucionárias".<sup>96</sup>

Uma outra construção da época era a do militar como aquele que vem do seio da própria população e, por não estar ligado aos políticos, pode estabelecer uma ordem 'justa'.

Afirmava Juarez Távora: " A força armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna"<sup>97</sup>. José Murilo de Carvalho, analisando a visão de Juarez Távora, observava: "Juarez, o tenente que mais amplamente tentou articular as posições do grupo achava que o dispositivo constitucional dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais".<sup>98</sup>

Bajado, ao representar em caricatura o governador no colo do inspetor de polícia de alguma forma, se associa às particularidades da política local, de outra não pode deixar de estar relacionado a este plano geral da concepção do papel do militar na sociedade.

#### 4.4 PERIODICIDADE HISTÓRICA POPULAR

Um outro aspecto ainda a considerar sobre a força do papel do militar no imaginário popular se relaciona ao fato de a população assistir ao processo de rompimento da exclusividade do policiamento privado dos coronéis. Ou, ainda como analisa José Murilo de Carvalho: "O controle semi-privado da força armada,

característico da sociedade ainda predominantemente rural legada pelo império..." começava a se extinguir.<sup>39</sup>

Joventino, operário têxtil aposentado, durante parte da sua vida foi trabalhador rural. Em sua entrevista, rememorando a década de 1920, expressa um profundo descontentamento com a ausência da polícia (que dava lugar à ação de forças particulares), apontando 1930 como um divisor de águas nesse processo: "A revolução de trinta ganhou, aí melhorou a situação. Foi outra situação, outro regime, aquele regime malvado acabou-se, o camarada trabalhava tranquilo mesmo, mas antigamente, não, era machucado, certo? O camarada, eu trabalhei dois anos em Rio Tinto. O Camarada ia dormir de oito horas, o vigia com aquela bengala... dormir de oito horas, e tinha que dormir, era ordem do coronel, veja. É, e era aquele desespero, não tinha polícia, a polícia era o vigia, compreendeu? É quem manobrava aquele lugar".<sup>40</sup>

Para Joventino, como para muitos outros entrevistados, 1930 tem uma simbologia própria. É uma marca significativa. Aponta a lenta inserção do Estado em um domínio que até então se mantinha sob caráter privado.

As inúmeras transformações visíveis e invisíveis nas relações de poder, que Joventino descortina, estão exatamente no exemplo por ele rememorado. O vigia, a bengala, a fiscalização da hora de dormir expressam as práticas de disciplinarização, que se estabelecem sob a forma de um regime rigoroso de controle do corpo para o trabalho. São estratégias pontuais, mas teleologicamente dirigidas para a quebra de todas as resistências a qualquer tentativa de não aceitação por parte dos trabalhadores da submissão radical às relações de trabalho estabelecidas nos engenhos e fazendas. Afinal, o controle do coronel retirava ou

tentava a condição de homem, de liberdade, de escolha e remetia às heranças inconscientes do feitor, do capataz, do administrador anterior à abolição. Era o passado ainda presente. Em última instância, assistia-se a uma forma de controle do corpo e a toda uma estrutura de subordinação ao trabalho onde o poder privado tinha um domínio quase absoluto.

Esse permanente recriar de ações, que esquadriham e determinam, nas mais diversas épocas históricas, uma política do corpo indissociável da dominação, foi analisado com muito rigor por Foucault: "Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso".<sup>41</sup>

A íntima e dialética relação - produtivo/submisso - é o resgate de uma dimensão das relações sociais de produção que, mesmo em sociedades modernas, mantêm marcas de práticas extremamente tradicionais. Ou talvez o moderno, na realidade, seja apenas uma outra maneira de nomear formas de controle que se recriam e se reinventam, deixando inalteradas as estruturas de produção da sociedade.

Joventino, que ainda morava no interior da Paraíba, em 1930, descreve a perseguição aos perrepistas atribuindo a estes toda a responsabilidade pelo terrível quadro social existente. Resgata também as condições de vida e trabalho, onde determinadas práticas denunciam a reinvenção de estratégias que, em última instância, intentam estabelecer marcas permanentes de dominação.

O ato formal de pagamento da força de trabalho que em si já trazia embutido o fetiche da 'igualdade' da relação de compra e venda, além da constante apropriação da mais-valia, era então acrescido de um ritual que deixou marcas indeléveis na memória de Joventino: "Olhe! Esses senhor de engenho, tudo era ruim. Que antigamente era manobrado pelos perrepistas, era um pessoal desumano, tudo era malvado, era, era um pessoal malvado naqueles engenhos... Tinha um senhor de engenho lá, era ... Napoleão, não, ora bolas. Nós trabalhava lá, ganhava mil e duzentos por dia. Trabalhava seis dias pra ganhar sete e duzentos, nera? Sete e duzentos, e não pagava na mão não, pagava avoando. Se trepava nessa fila, assim, fulano de tal -vem apanhar o quê-? Dois tonhe, tostão, cruzado, dez tonhe. Aí nós trabalhava. Só ... faltou me esqueço do nome dele ... Joca Raposa! Era o dono do engenho, porque antigamente não tinha Usina, tudo era engenho compreendeu? Aí a tempo chegou um camarada magro, disse: colega, tem trabalho aqui? Eu disse: fala com o administrador, aí ele falou. Tinha até um negócio de um búzio qualquer coisinha... Para os caceteiro dá um, o camarada abusasse ali, ia pra o pau. Aí o camarada chegou: rapaz aqui é bom, mas o pagamento ele não dá na mão, ele avoa. Ele disse; olhe, vocês fica tudo ao meu lado, porque ele hoje vai pagar na mão. Eu disse: é mesmo? Fulano de tal, vu, vu, vu. Olha, pra apanhar sete e duzentos, é seis dias a mil duzentos, né? Sete e duzentos. Ah, meu filho, quando chegou a vez dele, ele com uma

camisa branca punho virado. Aí o camarada, chegou a vez do camarada, somente uma semana que ele trabalhou, ele disse pra mulher em casa: mulher te cuida na burrinha, bota cangalha na burra, que eu hoje vou ensinar. A mulher já ficou prontinha, sabe? A mulher e o filho, que ele chegou, nós tudo na fila. Aí seu ... o nome dele era ... Seu Antônio ... fulano de tal ... vu, vu, vu, ... Ele subiu, pela escadinha, chegou lá, cara meteu, levantou um punhal deste tamanho, pegou ele assim disse - você vai pagar é na mão - . Aí botou aquilo aqui no rosto e desceu com ele e disse: apanhe! Mandou. Ele apanhou, apanhou, apanhou, deu na mão dele, agora ajele pra morrer. Ele disse: Não, mas eu sou um pai de família. Ele disse: Agora?!- Não, mas eu cumpria a ordem do senhor de engenho. Ele disse: Todas as ordens não se cumpre, não, você vai morrer! Ele disse: Apois antes de você morrer, você faz um juramento, faça. Você ainda paga um pobre de um trabalhador assim? Ele disse: Não, senhor. Ainda assim, você é perrepista ou é liberal? Sou liberal, o que dizia que era perrepista morria na hora.

As indústrias também, encarnado e preto, encarnado e preto, compreendeu? Naquelas usinas, naqueles engenho, encarnado e preto pra não morrer. Doutor Paulo Ribeiro era um médico especialista, passou um mês dentro do mato pra não morrer. Era a Usina Santa Rita, ainda hoje tem a usina dele. Ele morreu, mas tem os filhos. Pois bem, e começou, e começou, e começou. Aí quando foi com um mês, chegou Juarez Távora do Ceará ... Era um exército medonho, era de culote, sabe? Culote, perneira e... só o quepe fazia medo, aquele encarnado danado, roupa verde, pois bem... Juarez Távora veio com o exército, chegou na Paraíba, tinha dois mil e tantos soldados. Veio aqui em Recife. Chegou ali, ali no quartel de Socorro, foram para o quartel-general, que era o vinte e um,

em Olinda; em Paudalho fizeram o seguinte: cavaram aqui, cavaram ali, quando acabou encheram de mato e de barro. Os caminhões que viesse caíam ali.

Soldado, corneta cantando ... chegava ali no Socorro e haja bala. Quem mais agüentou bala foi aqui em Recife, Alagoas não deu um tiro. Bahia deu, mas foi pouco, Rio de Janeiro deu, mas foi pouco, chegou em São Paulo; aí ... a Aliança Liberal ganhou, mas ganhou na bala. É como esses partidos que eles querem que nunca, nunca no Brasil ... é o Partido ... Comunista, não... O Partido. Ora bolas. Tem vontade de ganhar mas não pode. é o Partido Comunista. é o Partido Comunista".<sup>18</sup>

Joventino e suas memórias de 1930 descortinam um amplo mosaico de representações. Da sua fala, pode-se evidenciar como a Aliança Liberal tinha um caráter hegemônico entre a população do Recife e da Paraíba. A Aliança Liberal se fortalecia pela perspectiva de uma outra ordem social. Poderíamos até resgatar um caráter messiânico. Afinal, malvados, perversos, desumanos eram os tempos do perrepismo. A Aliança - que venceu na bala - trouxe um novo tempo. E Joventino não titubeia em mostrar por que a vitória dos aliancistas acabou com os tempos desumanos. Ele nos fornece pistas para compreender o imaginário que se instituiu ao longo da luta.

No seu recordar dos tempos de trabalho nos engenhos, na década de trinta, sua memória está sempre resgatando as formas de dominação, de opressão - mas também a chave que se instituiu em trinta -.

Até o trabalhador - Antônio - que sozinho se rebela contra a terrível prática - de avoar - o dinheiro, pergunta no final da 'peleja' com o administrador, se este é liberal ou perrepista,

evidenciando mais uma vez como se define profundamente no imaginário social os campos da luta política.

Joventino aponta ainda os sinais da força com que se construía o apoio à representação do discurso produzido pela Aliança Liberal, quando relembra os engenhos colocando "o enearnado e preto", símbolo indicativo da opção política.

A morte de João Pessoa, que havia sido derrotado nas eleições, foi mais um forte elemento para mobilizar a população do Recife e da Paraíba na sua revolta contra a ordem estabelecida, em que a política dominante era perrepista. Waldemiro Silva, trabalhador do Porto na década de 1930, analisa hoje como foi criado na época um fato político em torno da morte de João Pessoa, quando as razões básicas do assassinato eram de ordem particular - passional - e, na sua perspectiva, até justificavam o crime: "O que se falava naquela época era em política, era a revolução, era a morte de João Pessoa, que só depois de uns tempos é que a gente veio saber por que foi, que não era aquilo que contava. Aliás, o rapaz o assassinou como um homem, em defesa da sua honra e foi considerado marginal, terminou sendo assassinado na Casa de Detenção"<sup>49</sup>

O momento político pré-revolucionário forneceu as condições próprias para que o assassinato de João Pessoa fosse projetado no campo da disputa política onde este era uma peça chave. Cercada de uma propaganda e de um culto salvacionista, aquela morte apenas acrescentou mais um elemento à revolta que crescia. A derrota da Aliança Liberal nas eleições presidenciais frustrava todo um imaginário de justiça, moralidade, paz social que se construía ao longo da campanha.

Benedito Moraes é outro entrevistado que esteve engajado nos combates em 1930. Nascido em Goiana, cidade do interior de

Pernambuco em 10/06/1887, a revolução vai encontrá-lo com uma longa experiência de militância política nas hostes do Partido Comunista. Vale destacar, em seu relato, a visão popular dos combates e a intimidade com os personagens que irão se tornando as referências da construção da 'história oficial de 1930'. "Em 1930 eu estava como barbeiro do exército. Em 30 ... Juarez Távora percorreu todo o Brasil, todo o território brasileiro, ajuntando o povo para fazer revolução, né? O último, o derradeiro foi dado aqui, ele entrou lá no quartel nosso, hoje, lá no Cais de Santa Rita, onde é um prédio que ... pertence ao INPS... Ali era o quartel, eles chegaram era umas cinco horas da tarde, quando eles chegaram lá, no quartel, aí todo mundo tava assistindo. Entrou um padre aí, era ele em traje de padre. Ele vendeu balaio, fez tudo por aqui para ajuntar o povo. E eu tô lá, aí ele foi, conversou lá mais o ... capitão Muniz Farias e, quando ele foi embora, aí o capitão Muniz Farias mandou o clarim; tocar o clarim, tocou, e todo mundo se reuniu, aí ele passou o visto e disse: Nós vamos ter uma marcha de resistência, de meia-noite nós vamos partir pra Socorro, uma marcha de resistência. Preparou-se todo mundo e haja esperar, deu 10 horas, deu 11 horas, deu meia noite, e , quase uma hora da madrugada, a gente vimo foi o estouro dentro do quartel, foi 333, que era o Batalhão de Estudante foi quem puxou o fogo, fomos a gente lá e ... perguntamos assim ... Não, nós vamos agora, é a Revolução, vamos tomar ... vamos tomar o Palácio, aí nós saí ...

Nós partimos, quando chegemos na avenida Arquimedes Oliveira, o exército parou ali, o capitão Muniz Farias disse: 107. Eu disse: Pronto comandante! Ele disse saia fora da fileira. Eu saí fora da fileira; disse: Que danado eles querem comigo fora da fila? Aí ele disse: acompanhe o Juarez, aí Juarez disse pra mim:

Tome minha direita. Eu digo: Comandante, eu, tomar a direita do senhor? Sim! Fique na minha direita, vombora. Aí eu saí, quando chegou em cima do quartel da cavalaria, hoje é o Quartel do Bombeiro, o sentinela tava lá, aí ele disse: olhe, o sentinela tá ali, agora vá você de frente. Eu digo: comandante, eu vou me acabar. Ele disse: nada, parta de frente, soldado não tem medo. E se Muniz de Farias tirou você, é um homem pequeno, mas é de coragem. Aí eu parti e fui em cima do sentinela, botei a baioneta calada em cima dele, ele encostou-se assim. Eu digo: Como tá isso, disposto a tudo no mundo. Eu digo: Dá um, disparo pra dentro. Aí, pou, pou, pou, alarmou tudinho, aí o exército avançou de vez. Avançamos de vez, quando deu cinco horas da manhã, nós tinha tomado a cavalaria, aí saímos por ali tomando quartel, o único mais pesado que a gente enfrentamos foi o Quartel do Bombeiro, no Cais José Mariano e a Detenção, mas o resto foi bom, tomou-se ligeiro tudo isso. E ... não serviu de nada tudo isso que eu fiz, porque hoje não me reconheceram".<sup>11</sup>

O depoimento de Benedito é o resgate de um soldado, em momentos diversos de uma luta, onde sua vida esteve por um fio. Os nomes dos comandantes estão na memória associados a momentos de grande perigo e medo. E Benedito não esconde o medo que o discurso militar quer apagar - 'soldado não tem medo' - diz Juarez Távora, quando ele reluta em enfrentar a sentinela.

Sua descrição está marcada pelos momentos de combate, de perigo e também, ao final, por um profundo ressentimento de não haver sido reconhecido. Seu heroísmo, sua coragem, sua vida, jogados no campo de batalha, não lhe trouxeram nada - tudo "não serviu de nada" -.

Este lembrar de Benedito como o de José Pinto fundam em um mesmo plano uma memória pessoal e social para um acontecimento

que se projetará na memória histórica nacional. No entanto, como analisa Halbwach, para que a memória pessoal alcance "a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, por que penetrou num círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais".<sup>45</sup> Essa articulação mais ampla de um acontecimento histórico vivido pessoalmente e o encadeamento histórico exigem ou requerem níveis de elaboração e explicação que muitas vezes não se realizam para o conjunto maior da população. A força da história oficial operando com representações simplistas e carregadas de uma visão maniqueísta, ou ainda o fato de outras instituições ou setores da sociedade não apresentarem, com a mesma intensidade, versões históricas distintas, contribui para que se fixem na memória popular apenas fragmentos. Por outro lado, além das condições de vida e trabalho de grande parcela da população dificultando essa relação com o conjunto dos acontecimentos de interesse geral da sociedade, assinalava Halbwachs que "em nossas sociedades tão vastas, muitas das existências se desenrolam sem contacto com os interesses comuns do maior número daqueles que lêem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos".<sup>46</sup>

#### 4.5 À GUISA DE CONSIDERAÇÕES

O movimento de 1930, na ótica popular de velhos trabalhadores e trabalhadoras, está fundado em uma forte oposição entre perrepistas e aliancistas. Aos perrepistas, se associam o governo, a morte de João Pessoa e toda a opressão que aflige os trabalhadores da cidade e do campo. Resgatando a década de 1920 em Recife e no Brasil, pode-se reconhecer o clima de luta armada conduzida pelos tenentes em 1922 e pela coluna Prestes, no período de 1924 a 1927.<sup>47</sup>

A constante luta entre setores dominantes é indissociável da pressão dos trabalhadores nas greves e nos diversos movimentos pela criação de uma organização em defesa dos interesses dos trabalhadores.<sup>48</sup>

O relativo descolamento entre as lutas sociais e os levantes armados tenentistas, e mesmo a coluna Prestes, evidencia a falta de articulação e organização entre os setores que faziam oposição ao governo.

Por outro lado, há de se reconhecer que a falta de uma hegemonia, no interior da classe trabalhadora, capaz de construir uma vontade dominante, dirigida para a transformação da sociedade, fez com que a participação na luta armada não significasse qualquer interferência na direção ou nos resultados a serem alcançados.

Muitas das pregações da oposição que têm uma forte influência, nesse momento, no imaginário popular, estão carregadas de um personalismo e de um maniqueísmo exacerbados.

Para a população de Pernambuco e da Paraíba, é pôr fim a uma época na qual o trabalhador não tinha direitos.

A ampla campanha eleitoral da Aliança, com a realização de comícios, em diversas cidades brasileiras, a que a população afluía em massa, será um elemento de consolidação da pregação contra o governo. Vale ainda ressaltar que a morte de João Pessoa, candidato derrotado nas recentes eleições presidenciais, associada a motivos políticos, será um fator de indignação e de apoio da população desses Estados à luta armada que se desencadeia.

No interior do imaginário popular de 1930, a figura do inspetor geral de polícia de Pernambuco quebra uma certa unidade de representações contra a ordem dominante. Homem de confiança do governo Estácio Coimbra, Ramos de Freitas é alvo de uma certa admiração popular.

Esse sinuoso itinerário percorrido através dos depoimentos sobre 1930 fornece elementos para entendermos como a forma utilizada pelos segmentos populares para resgatarem as representações instituídas pelos diversos agentes formadores de opinião e da memória coletiva está marcada pelas suas próprias condições e necessidades concretas.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Nesse sentido, Hobsbawm, ao resgatar os fatores que concorreram para que o povo ocupasse o palco da história, observa: "Um aspecto importante da história feita pelo povo é o que as pessoas comuns lembram-se dos grandes fatos, em contraste com o que seus superiores acham que devem lembrar, ou o que historiadores podem provar que aconteceu e, na medida em que transformam memória em mito, como são estes formados." HOBSBAWM, E. J. A Outra História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p.23.
- <sup>2</sup> Maurice Halbwachs, citando Stendhal, reconstitui a relação que se estabelece entre a memória e a história, recorrendo à experiência desde criança: "Escrevendo minha vida em 1835, observava Stendhal, nela fiz muitas descobertas... Ao lado de pedaços de afrescos conservados, não há datas; é preciso que eu vá à caça das datas... A partir de minha chegada a Paris em 1799, como minha vida está envolvida com os acontecimentos da gazeta, todas as datas são seguras... Em 1835, descubro a fisionomia e o porquê dos acontecimentos." (Vida de Henri Brulard). As datas e os acontecimentos históricos ou nacionais que elas representam (porque é bem nesse sentido que os entende Stendhal) podem ser inteiramente exteriores, em aparência pelo menos, às circunstâncias de nossa vida; mas, mais tarde, quando a refletimos, "fazemos muitas descobertas", "descobrimos o porquê de muitos acontecimentos". Isto pode entender-se em vários sentidos. Quando folheio uma história contemporânea e quando passo em revista os diversos acontecimentos franceses ou europeus que se sucedem desde a data de seu nascimento, durante os oito ou dez primeiros anos de minha vida, tenho com efeito a impressão de um quadro exterior do qual ignorava a existência, e aprendo a recolocar minha infância dentro da história de meu tempo. Porém, se esclareço assim essa primeira fase de minha vida externamente, minha memória, no que ela tem de pessoal, não fica muito enriquecida, e, no meu passado de criança, não vejo brilhar em novas luzes e novos objetos surgirem e se revelarem. É sem dúvida porque então não lia ainda os jornais e porque não participava das conversas dos adultos. No presente, posso fazer uma idéia, mas uma idéia necessariamente arbitraria, das circunstâncias públicas e nacionais pelas quais meus pais se interessavam: desses fatos, não mais do que as reações que eles determinaram junto aos meus, não tenho nenhuma lembrança direta. Parece-me que o primeiro acontecimento nacional que penetrou na trama de minhas impressões de criança foi aquele do enterro de Victor Hugo (então eu já tinha oito anos). Eu me vejo ao lado de meu pai, dirigindo-me na véspera para o Arco do Triunfo de étoile, onde estava colocado o catafalco e, no dia seguinte, assistindo de um balcão na esquina da rua Soufflot e da rua Gay-Lussac" HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.58. O fato de ir com o Pai ao catafalco é que torna esse acontecimento marcante. É uma forma de participação, que deve ainda estar mais presente pela forte emoção que existia em torno do fato.
- <sup>3</sup> BOSI, Ecléa. Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. p.381-382.
- <sup>4</sup> Ibid., p.381.
- <sup>5</sup> As reflexões de Foucault em Nietzsche, A Genealogia e a História sem dúvida oferecem elementos para se trabalhar sobre narrativas pontuais marcadas pela fragmentação: "Outro uso da história: a dissociação sistemática de nossa identidade. Foi esta identidade, bastante fraca contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam; os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. Quando estudamos a história nos sentimos "felizes, ao contrário dos metafísicos, de abrigar em si não uma alma imortal mas muitas almas mortais". E, em cada uma destas almas, a história não descobrirá uma identidade esquecida, sempre pronta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina: "é um signo de cultura superior manter em toda consciência certas fases da evolução que os homens menores atravessam sem pensar... O primeiro resultado é que nós compreendemos nossos semelhantes como sistemas inteiramente determinados e como representantes de culturas diversas, quer dizer, como necessários e modificáveis. E em contrapartida: que em nossa própria evolução nós somos capazes de separar pedaços e considerá-los à parte". A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la: ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam." FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.34.
- <sup>6</sup> A análise de E. J. Hobsbawm, acerca da participação do povo no cotidiano da história na Europa, apresenta indicações significativas para se repensar esta participação no Brasil. KRANTZ, Frederick (Org.). A outra

história, ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, - Artigo de E. J. Hobsbawm, A Outra História - Algumas Reflexões, p.19: "Bem, os negócios práticos da política da classe dominante podiam, durante a maior parte da história e até fins do século XIX, e na maioria dos lugares, ser realizados sem mais que uma referência ocasional à massa da população. Ela podia ser ignorada, exceto em circunstâncias muito excepcionais - tais como grandes revoluções ou insurreições sociais. Isto não significa que ela estivesse contente ou que não devesse ser levada em conta. Significa apenas que os termos da relação eram organizados de modo a manter o descontentamento dentro de limites aceitáveis, isto é, de tal maneira que as atividades dos pobres não ameaçassem habitualmente a ordem social".

<sup>7</sup> REZENDE, Antonio Paulo. História do movimento operário no Brasil. São Paulo: Ática, 1986, p.33.

<sup>8</sup> CARDNE, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Difel, 1975. p.76-77.

<sup>9</sup> Luiz W. Vianna, discutindo as forças vencedoras em 1930, e seu projeto observa: "Entre nós, a singularidade da estruturação que denominamos de "prussiana" estaria no fato do setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas - o agro-exportador - ter sido desalojado do poder pelo menos desenvolvido. Isso se explica, como vimos, pela impossibilidade daquele em dirigir o processo de modernização dado o seu isolamento e incontornável das demais classes, camadas e estratos sociais em emergência na sociedade civil".

<sup>10</sup> MORAES, Denis de, VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p.52.

<sup>11</sup> BEZERRA, Gregório. Memórias - primeira parte: 1900 - 1945. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979; CORDEIRO, Cristiano. Memória e história. São Paulo: LECH, 1982. 256 p.; CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. São Paulo: Alfa Ômega, 1978. 287 p..

<sup>12</sup> DE BECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 282.

<sup>13</sup> BASBAUM, Leôncio. História sincera da República, de 1930 a 1960. São Paulo: Alfa Ômega, 1976. p.282.

<sup>14</sup> FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano São Paulo: Difel, 1977. T. III, v.2, p. 425.

<sup>15</sup> CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. São Paulo: Alfa Omega, 1978.p.84.

<sup>16</sup> Arnaldo Rodrigues da Cruz, apud Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos. Recife: Departamento de Memória. 1988,p.85.

<sup>17</sup> (Tôta) Antônia Vidal de Lima, apud Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos. Recife: Departamento de Memória. 1988. p. 3 - 4.

<sup>18</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.199.

<sup>19</sup> Na comparação que estabelece entre a memória pessoal e a histórica, Halbwachs define de maneira detalhada a forma como a memória histórica é a própria base de apoio da memória individual. No entanto, esta é resgatada de forma resumida e esquemática: "Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso". Ainda referindo-se às suas próprias vivências históricas, observa o autor: "é o mesmo com todos os fatos histórico que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa seqüência de detalhes, algumas vezes uma anedota ou uma citação: é o epitáfio dos acontecimentos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas". HALBWACH, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.55.

- <sup>20</sup> Ibid., p. 5-6.
- <sup>21</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 139-140. "De certa forma o controle do Estado pela oligarquia não-exportadora não impôs uma pauta acelerada de modernização no campo, uma vez que inaugurou novos horizontes de realização capitalista para essa fração de classe. Não obstante, nos anos 30 verificou-se a modernização como na produção do açúcar, do algodão, do cacau e de outros bens agrícolas. A manutenção da propriedade da terra como um exclusivo oligárquico - obra da violência política do Estado, que o movimento político-militar de 1930 ratificou - e a subsequente modernização, acarretou a liberação de mão-de-obra dos campos para a cidade".
- <sup>22</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.55.
- <sup>23</sup> Manoel Marques, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, Recife, 1987, transcrição, p. 30.
- <sup>24</sup> Ibid., p. 30 - 31.
- <sup>25</sup> HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.55.
- <sup>26</sup> Diniz Gomes Cabral, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, Recife, 1988, transcrição p. 3.
- <sup>27</sup> BEZERRA, Gregório. Memórias - primeira parte: 1900 - 1945. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979. p.216.
- <sup>28</sup> BRAYNER, Nadja Maria Miranda. Luta e Resistência - O operariado do Recife nos anos 30. Recife, 1985. Dissertação(Mestrado em C. Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 1985. p. 123 - 124.
- <sup>29</sup> José Pinto, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição pp. 31-33.
- <sup>30</sup> ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora. São Paulo: Cortez, 1988. p. 68.
- <sup>31</sup> José Pinto, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição, p.31.
- <sup>32</sup> BAJADO. Vidas Secas. Revista Trimestral, Recife, v.1, n.2, p.6, 1980.
- <sup>33</sup> PORTO, José da Costa. Os tempos da República Velha. Recife: Fundarpe, 1986. p. 608 - 609.
- <sup>34</sup> Ibid., p. 608 - 609.
- <sup>35</sup> CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. São Paulo: Alfa Ômega, p. 78.
- <sup>36</sup> CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil contemporâneo. São Paulo: Difel, 1975. p. 19.
- <sup>37</sup> Juarez Távora apud CARVALHO, José Murilo de. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1977. T. III, v. 2, p. 211: As forças Armadas na Primeira República.
- <sup>38</sup> Ibid., p.211.
- <sup>39</sup> Ibid., p. 311.
- <sup>40</sup> Joventino Francisco de Almeida, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição , p.22.
- <sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir.Rio de Janeiro: Vozes, 1983. p. 28.
- <sup>42</sup> Joventino Francisco de Almeida, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição pp.18-21

- <sup>43</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres et al. Bairro do Recife. Porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1988. p. 58.
- <sup>44</sup> Benedito José de Moraes, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição pp. 15-16.
- <sup>45</sup> HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p. 61.
- <sup>46</sup> Ibid., p.55 - 56.
- <sup>47</sup> DULLES, John W.Foster. Anarquistas e comunistas no Brasil. São Paulo: Nova Fronteira, 1977.
- <sup>48</sup> RODRIGUES, José Albertino. Sindicatos e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel, 1968. p.131.

## 5 VARGAS: O ENTARDECER DA MEMÓRIA

### 5.1 A INVENÇÃO LEGAL

O longo período em que ocupou o cargo máximo na estrutura de poder do Estado por si só seria capaz de tornar Getúlio Vargas uma presença marcante na memória coletiva.

No entanto, a forma como se construiu essa memória, a partir do movimento aliancista no final da década de 1920 e nos períodos em que Vargas esteve efetivamente no poder (1930/1945 e 1951/1954), precisa ser compreendida dentro de um contexto histórico nacional e internacional. Vargas chegava ao poder em 1930, após um golpe militar que trazia no seu bojo um longo período de lutas intestinas no interior da classe dominante, acompanhadas por uma crescente insatisfação das classes trabalhadoras com a situação dominante.<sup>4</sup>

O avanço das esquerdas em diversos países, após as lutas de 1917 na Rússia, pôs a questão da revolução, da luta de classes, da ditadura do proletariado como temas candentes que, crescentemente, se propagavam entre a população.<sup>5</sup>

A propaganda anarco-sindicalista, os congressos operários, a fundação dos PC em 1922 apontavam para um quadro onde a classe operária ganhava em consciência e organização. As greves do período, muitas vitoriosas, mostravam um aumento do confronto capital/trabalho.<sup>6</sup>

Ao Estado coube a necessidade de aparelhar-se para enfrentar as reivindicações por melhores condições de vida e trabalho que as classes trabalhadoras vinham colocando crescentemente. Desde o

final da década de 1920, começava a se articular, entre os empresários, em especial na burguesia industrial, a idéia de que o bem-estar da população era indissociável do desenvolvimento desse setor. Logo, caberia ao Estado uma ação de proteção ao desenvolvimento da indústria.<sup>4</sup>

É no interior dessa filosofia protecionista, procurando-se retirar da classe operária e dos políticos o poder de decisão e de luta no que tange às questões trabalhistas, que é criado, em novembro de 1930 - um mês, portanto, após chegar ao poder o governo provisório - o Ministério do Trabalho.<sup>5</sup>

Inicialmente, o empenho do Ministério em destruir toda a estrutura autônoma dos sindicatos através de propostas corporativas apresentou uma certa eficácia, como registra a tabela do Ministério do Trabalho.<sup>6</sup>

Tabela I

Número de sindicatos reconhecidos anualmente  
entre 1931 e 1936: DF, SP e Brasil (1933=100)

	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
DF	21	105	25	125	20	100	8	40	13	65	11	55
SP	2	4	6	11.5	52	100	27	52	16	31	13	25
Br.	39	15	116	45	259	100	208	80	69	27	106	41

Fonte: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

número 11 de Julho de 1935 e número 31 de Março de 1937.<sup>7</sup>

No entanto, a partir de 1936, a estrutura sindical oficial parece ir perdendo sua capacidade de arregimentar e representar as diversas categorias de trabalhadores. A consciência dos perigos da organização autônoma dos trabalhadores faz o Estado criar, em 1940, o imposto sindical. Dessa maneira "o assalariado

não sindicalizado se acha duplamente obrigado perante o sindicato que legalmente o representa: pela disciplina da sua profissão e pelo pagamento do imposto sindical que a lei pública o obriga a sustentar com os ônus das suas atividades".<sup>10</sup>

No corramento desse lento trabalho de controle do Estado sobre a vida sindical brasileira, está a criação da CTOS - Comissão Técnica de Orientação Sindical -, que "tinha uma função missionária, pedagógica, educativa, trabalhando indivíduos ausentes da vida sindical".<sup>11</sup>

Nesse sentido, a criação da "Hora do Brasil", programa radiofônico diário, procurava estabelecer uma comunicação direta do governo com o povo e fortalecer as linhas definidas pelo Ministério do Trabalho.

Todo esse esforço do Estado para efetivar um controle sobre o mercado de trabalho, procurando, de todas as formas, anular a influência dos sindicatos autônomos e livres, resultava na criação de uma estrutura corporativa.<sup>12</sup>

As normas que apontam para um completo controle do trabalho, dos sindicatos, do sistema previdenciário e da justiça trabalhista se formalizarão em um conjunto de leis, conhecido por Consolidação das Leis do Trabalho.<sup>13</sup>

Esse longo, sinuoso e contraditório percurso se inspira na luta ou no empenho de setores dominantes e do Estado em se apropriarem das reivindicações que o movimento operário colocava organizada e crescentemente, a partir das primeiras décadas do século XX.<sup>14</sup>

Setores dominantes e Estado não apenas se apropriaram de muitas das consignas da classe trabalhadora, como as devolveram revestindo-as de uma conotação paternalista. Os desfiles do primeiro de Maio, quando patrões e empregados caminhavam lado a

lado, são a extensão de um ritual que procurava definir o espaço do trabalho, como projeção da estrutura familiar. O patrão simboliza a autoridade do Pai mas também é aquele que "proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os a história de sua família".<sup>13</sup>

Os patrões, de sua parte, talvez tenham deixado menos, na memória coletiva, as marcas desse espírito benfeitor - principalmente pela prática de alguns patrões que, intransigentemente, reagiram à modernização corporativa -.<sup>14</sup>

No entanto, a legislação que se instala será direcionada no sentido de fortalecer a imagem de Getúlio.

Essa imagem de "pai dos pobres", tão longamente cultivada através de ações que atingiam o cotidiano dos trabalhadores, era acompanhada por um trabalho sistemático de produção de uma história.<sup>15</sup>

Controlar o presente, refazendo o passado e estabelecendo o futuro é uma prática indissociável da governabilidade getulista. O Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - será um órgão de extrema eficiência na consecução desse objetivo.<sup>16</sup>

Em julho de 1931, o governo provisório já criava o Departamento Oficial de Propaganda, demonstrando uma nítida preocupação com a formação da opinião pública.<sup>17</sup>

No entanto, é só a partir do golpe de Estado de 1937 que o controle de rádios, jornais, revistas será exercido através de uma vasta rede que tem, em cada Estado, seus departamentos de censura.

Essa enorme estrutura de controle da opinião pública, ao mesmo tempo em que reprimia qualquer oposição ao governo, tinha, por outro lado, um profundo efeito sobre a memória coletiva.<sup>18</sup>

## 5.2 O HOMEM DA NAÇÃO

Felipe Santiago Neri, nascido em 1904, começou a vida como gazeteiro de diversos jornais do Recife e se aposentou como portuário. Relembrando Getúlio, afirma: "Para mim político nunca fez nada... Ah, Getúlio era o homem da nação. Eu tenho hoje o Instituto por causa dele, de Getúlio. Outro não dava, não. Ele deu. Só quem fez foi Getúlio, mais nenhum, pra pobreza. Estou comendo do que ele deu. Eles não querem dar, mas tã comendo. Aquele foi um homem de bravura do Brasil. Aquele cara foi um homem de qualidade gaúcho. Pode ser que apareça outro, mas é custoso, pode ser".<sup>19</sup>

A representação é tão forte - sobretudo, como já assinalamos, por unir uma intervenção direta na cotidianidade do trabalhador a um discurso em que este chega a unir o governante à nação. "O homem da nação" é uma expressão que sintetiza o todo em um, refletindo formas de construção do imaginário político fundamentais aos regimes ditatoriais. Alcir Lenharo analisa como a construção da idéia de nação foi resultado de um trabalho meticuloso de um grupo de intelectuais, trabalhando junto a Getúlio, no sentido de cuidar da "verdade doutrinária" do regime.<sup>20</sup>

A fala de Felipe Santiago é representativa de uma vasta parcela da população, hoje aposentada, para quem a história das lutas operárias foi apagada e o que restou foi o beneplácito do governante.

Essa representação é deliberada e insistentemente construída por Getúlio em declarações diversas, ao afirmar reiteradas vezes

que a "revolução de 1930 deu aos trabalhadores brasileiros direitos de que jamais haviam gozado, incluindo o direito à representação de classe em direitos iguais com os empregadores".<sup>101</sup>

É sobre essa construção de que a representação sindical é uma conquista do Estado Vargas que Ricardo Antunes apresenta uma detalhada pesquisa a se contrapor. É a documentação trabalhada pelo autor demonstra "que a atuação da classe trabalhadora, particularmente através das greves, forçava o Estado Vargas a dar cumprimento a algumas das promessas feitas desde a campanha da Aliança Liberal. Daí que é de todo necessário questionar e negar o decantado - mito da outorga - segundo o qual o Estado ter-se-ia antecipado aos interesses da classe trabalhadora. Isso não ocorreu em relação à questão sindical".<sup>102</sup>

Esse esforço do autor em evidenciar, através de detalhadas pesquisas, como não tem correspondência nos fatos "a antecipação do Estado em relação aos interesse da classe trabalhadora" é mais um sinal da disputa no campo da história.

A classe trabalhadora, os sindicatos, os movimentos organizados tiveram e tinham condições reduzidíssimas de estabelecer uma outra representação da história que o Estado de então massivamente propagava.

Não é fortuito o constante aparecimento, em depoimentos realizados entre velhos, de uma memória coletiva sobre Getúlio nas mais diversas regiões. Tereza Caldeira em "A Política dos Outros", Eclea Bosi em "Lembrança de Velhos" apontam para representações em torno de Getúlio e do seu período de governo, que também se descobrem nos depoimentos em Recife.

A constância e expressiva presença na memória coletiva de representações como "Pai dos Pobres", "Justiciero", "Bondoso"

evidencia um período da história onde a intervenção no cotidiano da vida do trabalhador através de diversas leis trabalhistas, associada a todo um aparato propagandístico, estabeleceu uma visão da história, do político e do passado com contornos bastante determinados. Toda uma geração de trabalhadores resgata um tempo histórico, onde "um político", no seu entender, realizou medidas em defesa do seu interesse e dos demais trabalhadores.<sup>22</sup>

Apesar das resistências, das lutas, da repressão, das mortes no período, a memória coletiva está profundamente marcada por uma representação onde apenas um único político interveio na realidade favorecendo os interesses do conjunto dos trabalhadores.

Essa memória coletiva que os depoimentos dos velhos permitem lentamente reconstituir resgata um imaginário político que terá uma influência fundante na cidadania e nas práticas relacionadas à política expressa pelos segmentos populares. Afinal, os depoimentos, ao reforçarem a representação de que - "Não teve outro igual"<sup>23</sup>-, -"Antes de Getúlio tinha muita injustiça"<sup>24</sup>-, -"Só quem fez foi Getúlio, mais nenhum, pra pobreza"<sup>25</sup> estabelecem na figura do governante uma potencialidade messiânica.

O contraponto dessa representação é a passividade, haja vista que, a qualquer momento, é possível surgir um político com as mesmas características. Ou, mesmo que isso não venha a ser explicitado, a própria maneira de resgatar o passado induz a uma determinada projeção do futuro.

Retomando, ainda, o depoimento de Felipe Santiago, em cujo início ele se refere à negação da figura do político, evidencia-se a prática - passada e presente - da afirmação através da negação dos próprios princípios em que o político se projeta. Afinal, "Getúlio" não é político, no imaginário popular. Sua

capacidade de fazer pela pobreza, através de medidas permanentes em lugar do clientelismo às vésperas de eleições, iria distingui-lo dos demais políticos.

O golpe de 10 de Novembro de 1937 e a imediata publicação do decreto de 2 de Dezembro extinguindo os partidos têm a força de estabelecer um vazio na vida política do país com uma duração de oito anos. Todo um aparato discursivo irá constantemente cercar essa medida, que encontrará constantes resistências de diversos setores da sociedade.<sup>87</sup>

A descrença no político é a própria descrença na política; este é um imaginário construído para justificar e estabelecer as referências legítimas e, por conseguinte, legais do regime ditatorial que se instalava. Esse tipo de representação reforça a própria ação política de grupos ou classes interessados em desenvolver planos e projetos descolados da sociedade civil.

No vazio da ação política coletiva, resta a espera de um "cidadão" que viria "dar" o que os políticos negaram.

E aqui vemos estampada, no imaginário popular, uma mística de religiosidade que Alcir Lenharo já apontava: "O Estado cria os próprios símbolos litúrgicos de seu caráter soberano e transcendente, assim como um culto especial passa a ser dirigido aos governantes".<sup>88</sup>

Waldemiro Silva, lembrando em seu depoimento os tempos em que foi "servente de pedreiro, guia de cego, carregador de frete, vendedor de cuscuz, de rolete de cana"<sup>89</sup> - e, por dezessete anos carregando fardo nos armazéns do bairro do Recife, define Getúlio como "ídolo da pobreza dos trabalhadores".<sup>90</sup>

João Lopes - conhecido por Bubu nos meios populares - tem uma história de trabalho relacionada aos engenhos e usinas de açúcar. Transferindo-se para a cidade, onde nunca conseguiu

melhor "colocação" por não saber ler e escrever, trabalhou a maior parte da sua vida na construção civil.

Relembrando Getúlio, afirma: "Vou dizer uma coisa: foi o último que deu liberdade ao pequeno foi Getúlio Vargas. Foi quem inventou esse negócio de Inps pra a gente... Foi... Getúlio Vargas, ele que deu o direito ao pequeno. Foi ele".<sup>21</sup>

A liberdade e o direito, postulados fundamentais da cidadania moderna, são inscritos na memória popular como "doação". A história visível e invisível das inúmeras batalhas realizadas, nos mais diversos territórios da sociedade, transforma-se em um enclave no palco de luta que se estabelece. Os grupos de esquerda - comunistas, anarco-sindicalistas, trotskistas, socialistas, sindicatos independentes - não têm força suficiente para projetar uma outra história que resista aos discursos, aos símbolos e aos rituais do poder.

A idéia de liberdade representada por Bubu tem a dimensão da lógica da linguagem popular onde se poderia ler, "deu direito"; no entanto, continua-se no mesmo círculo, onde a idéia é sempre de alguém que vem trazer a nova realidade, evidenciando a força do discurso que se sobrepõe ao concreto vivido. O cotidiano de luta e resistência das mais diversas categorias de trabalhadores cede à força do discurso oficial.

Em uma outra passagem, Bubu se autoproclama "pequeno". E novamente a idéia do "poder" que "dá" está presente, agora representado em uma dimensão de grandeza física. E foi o último. Ou seja, depois de Getúlio, os trabalhadores, na visão de Bubu, nada conquistaram e nada receberam.

Um outro elemento, na entrevista com Bubu, que sinaliza a enorme força de toda ação (em seus diversos níveis) desencadeada pelo Estado na época de Getúlio é que, ao nome do governante, vem

sempre relacionada a uma ação. Não é uma referência vaga que a insistência da propaganda acabou por sedimentar, mas uma construção arquitetada, projetada, onde os contornos da legislação trabalhista são associados a uma decisão pessoal do governante.

O discurso de Bubu, como de Tôta, Joventino, Antônio Almeida - entre outros - da perspectiva da subjetividade, considerada sob o prisma analítico de F. Guattari, indica transformações significativas nesse período. A própria representação do que é o direito do trabalhador transforma-se. Entretanto Bubu evidencia como essa mudança está atrelada ao exterior - ao Pai dos pobres - que, em última instância, está voltada para as próprias necessidades das transformações das forças produtivas.☞

A demarcação desse processo nos quadros da memória popular evidencia, por outro lado, a fragilidade das marcas de outros períodos da história política, quando nomes de diversos políticos não são resgatados. Ou ainda, como o próprio Bubu localiza, está na lembrança, mas não na memória. Existem outros, sabe-se deles, entretanto as marcas da lembrança não são capazes de ativar a memória: "Homem eu tenho lembrança, mas acho que eu não tenho boa memória pra gravar, não me lembro, de, de sempre dos Prefeitos eu me lembro deles. Logo, no, na, naquela época, Dr. Moraes Rego foi prefeito, esse... tem um bocado deles, é porque eu não me lembro bem o nome dele, não, sabe?"☞

O nome de prefeito que Bubu é capaz de lembrar "Dr. Moraes Rego" não é resgatado em função do cargo político, mas antes em função da relação de trabalho que mantinha na empresa do "Dr. Moraes".

Antonio Almeida, portuário aposentado, relembra Getúlio pelos benefícios que afirma ter alcançado: "Getúlio foi bom

governo, foi um bom governo. Porque ele botou negócio de dar os avisos, é esse negócio de instituto, tudo foi ele, né? Ele deu prévio-aviso, férias, essas coisas, né? Naquela época, né? Nós não tinha direito a nada disso".<sup>234</sup>

Enquanto Bubu construía sua representação de Getúlio, no interior de uma atividade profissional - a construção civil - que não tinha nesse período uma forte tradição de luta, o mesmo não se poderia afirmar dos portuários. Entretanto, apesar da tradição de luta da categoria, a força do imaginário Getulista, que se observa em Felipe Santiago Neri, em Antonio Almeida, em Waldemiro Silva, como em outros entrevistados, reafirmam como este foi um período difícil para as lutas sociais. Afinal, face à hegemonia dos discursos produzidos pelos órgãos oficiais do Estado, restava um território reduzido de resistências à construção de representações e práticas de combate à dominação corporativa.

Essa capacidade de Getúlio em produzir uma memória foi uma característica de seu governo mas também um traço pessoal. Mesmo no momento da morte, não se furtará de deixar uma marca profunda no imaginário popular.

D. Hilda, recorda quando votou em 1950 nas eleições para presidente e descreve o dia da morte de Getúlio: " Nesse dia, foi um dia muito triste, né parece, foi um dia num, num, esqueço, foi um dia de quarta-feira, eu tava bordando, aí parei o bordado, aí saí, fui lá pra o lado do Alto do Deodato. E aí, pronto, sei que só se via era o rádio, as cartas, a última carta, a carta que ele escreveu, que ele deixou o restinho, lembro-me bem. Dizia assim... quando ele dizia, aí então a carta dizia assim. Ele disse muito bem, o povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém.

Eu sei que ele conta a carta, até um tempo desse eu tinha a carta, mas terminei dando fim, ele dizia, deixava a vida para entrar na história e não sei o quê, tanta da coisa, mas não vou me aprofundar nesse negócio, não, eu fiquei muito, eu senti foi muito, foi morte muito".<sup>95</sup>

O impacto da morte de Getúlio para a população está relacionado a uma enorme perda, já que o imaginário que se formara ao longo de décadas foi a do governante - pai - .

No entanto, não era um pai que desaparecia sem deixar também marcado, desenhado, o seu último momento. E esse desenho, resultado de toda uma construção ao longo da vida pública, resumia-se a duas passagens, que deixaram marcas indelévels na memória de D.Hilda - a escravidão e a história - . Getúlio, no seu último momento, reinventava a abolição. Afinal, o povo nunca mais seria escravo, pois Getúlio na sua escravidão - da vontade do povo - o libertava de qualquer outra.

Nesse sentido, Alcir Lenharo, ao resgatar o caráter litúrgico, sagrado, das práticas getulistas, recupera uma construção fortíssima que alcançou de maneira profunda toda a cultura ocidental. Afinal, o "Cristo que veio para salvar e morreu para não nos abandonar" é uma das representações mais determinantes da cultura ocidental. Getúlio projeta uma representação idêntica; não era Deus mas se constituiu ou se projetou em um arquétipo de eternidade - o da história - para não ser esquecido.<sup>96</sup>

### 5.3 LAMPIÕES ACESOS

Le Goff, com muita precisão, em seu estudo acerca da "Memória", afirma: "a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas".<sup>27</sup>

É esse o referencial básico que governou o controle da informação pelo Estado durante longos períodos da história brasileira. Na fase em que Getúlio esteve no poder, essa prática se aprimorou de forma decisiva na formação da memória coletiva, ao aliar intervenção nas relações de trabalho com um rigoroso controle da palavra.

Nas entrevistas realizadas, o espaço de resistência a essa memória que se quer dominante, triunfante, hegemônica virá de velhos operários militantes do Partido Comunista.

Manoel Marques, ao resgatar o espaço do aprendizado político, afirma: "Idéia a gente não compra. Liderança não se compra na feira, nem nas vendas. É nos movimentos é que adquire alguma coisa boa ou ruim, é nas lutas, nos movimentos".<sup>28</sup>

Retomando sua própria história de luta, Manoel fotografa o momento histórico do final da década de 1930 e a luta dos operários de calçados: "Eu, desde que me criei, com 14 anos, eu comecei trabalhar nas fábricas e lá gente ia vendo essa exploração e me lembro bem em 40 ... de 39 pra 40, na ditadura de Getúlio Vargas, a gente fizemos uma greve na fábrica de Timbaúba que, se dissesse que greve, ia ser preso e talvez não voltasse

nem pra casa mais, sabe como é? E a gente fizemos uma greve porque não agüentava mais a exploração do ... fabricante de calçados. Ganhamos a greve. Todos os operários passou a ganhar 400 réis em cada par de sapato: que era muita coisa 400 réis naquela época".<sup>39</sup>

É da luta que Manoel extrai sua consciência, da necessidade de romper com a exploração existente. Entretanto, romper essa cadeia coloca o perigo de 'não voltar para casa', produto da 'ditadura de Vargas'. A fala de Manoel resgata uma historicidade de resistência que a história oficial, através de uma forte repressão, luta por apagar, por silenciar. E a vitória do movimento foi a vitória contra o ditador, contra a opressão, contra o medo da morte. E a memória de Manoel narra outra história.

Roseno Lins, velho militante do Partido Comunista, trabalhou até os vinte e seis anos como agricultor: "Foi idade de 26 anos, eu não agüentei o sofrimento, vim praqui. Pra Recife! Vim morar na Nova Descoberta, rua da Embaúba, número 16. Quando foi o dia 2 de Setembro de 1935, entrei na fábrica do Coronel Othon. Encontrei o sindicato ... engavetado, por seu Getúlio Vargas, que ele era um ditador".<sup>40</sup>

Assim como Manoel, Roseno tem, na luta e organização do trabalhador, a condição de construção de novas condições de trabalho. O "sindicato engavetado" é bem uma expressão da época que demarca a repressão a que assiste o movimento operário no período. Interpelar Getúlio por ditador define o próprio lugar da fala do entrevistado. Uma compreensão histórica completamente distinta da daqueles que até então haviam visto Getúlio como um mito do pai, do defensor, do protetor.

E como não ver, em Manoel Marques e Roseno, ao olharem para o passado, uma expressão de repulsa onde outros encontram o 'messias'?

As considerações de Walter Benjamim acerca de um quadro de Klee, o "Angelus Novus", são um registro de extrema atualidade face ao passado que os entrevistados rememoram: "um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés".<sup>14</sup>

Os militantes comunistas aparecem como aqueles que demarcam um contra poder. Uma outra representação de passado, presente e futuro. Rompem com uma memória que, sempre quando interpelada, apresenta Getúlio com uma aura salvacionista. São marcas significativas e constantes em toda uma geração de trabalhadores. Embora como assinalam Eder Sader e Maria Célia Paoli, a perspectiva do Partido Comunista na sua luta contra o Estado seja a de se projetar de forma semelhante a deste, ao procurar se definir como "o lugar da identidade popular e ser a instância unificadora para a produção da política. Através do Partido, os grupos diversos de trabalhadores se tornaram uma classe social única".<sup>15</sup> A força como se estabelece a representação de unidade através do discurso do Estado e do Partido, é uma marca

significativa de uma formação cultural onde diversas instituições têm reforçado um imaginário onde a diferença e a diversidade não se apresentam como referências constitutivas. Essa prática discursiva tinha implícita a construção de toda uma representação de nação, de sociedade, de povo e de poder onde o contrário não se faz presente como referência fundante do próprio real.

## NOTAS

- <sup>1</sup> KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p. 246-247.
- <sup>2</sup> DANDEIRA, Honiz. O ano vermelho. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 220-221.
- <sup>3</sup> SEGALTO, José Antonio. Breve história do PCB. São Paulo: Oficina de Livros, 1989. p. 25-28.
- <sup>4</sup> MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 63.
- <sup>5</sup> Ibid., p. 66.
- <sup>6</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.144.
- <sup>7</sup> Ibid., p. 144.
- <sup>8</sup> Ibid., p. 233.
- <sup>9</sup> Ibid., p. 235.
- <sup>10</sup> MUNAKATA, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.83.
- <sup>11</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 240.
- <sup>12</sup> ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. São Paulo: Cortez, 1988. p.132.
- <sup>13</sup> As práticas paternalistas, identificadas por Michelle Perrot na França no final do século XIX, encontram alguns pontos de semelhança com as práticas patronais da década de 1930 e 1940 no Brasil. PERROT, Michelle. Os excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 82 : "O paternalismo por muito tempo foi, e por vezes ainda continua a ser, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos: 1) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização".
- <sup>14</sup> Ibid., p. 132.
- <sup>15</sup> Halbwach evidencia a força que têm determinados acontecimentos capazes de marcar todas as existências. Sem dúvida, este "toda" deve ser relativizado, para o estudo do caso brasileiro; no que tange especificamente à influência de Getúlio junto aos trabalhadores, como os próprios depoimentos evidenciam; mas seria quimérico desconhecer a força das práticas que o Estado assumiu, projetando em Getúlio seu patrono. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.78-79: "Certamente há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos nos limites dos quais se detém geralmente o seu horizonte. Há acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências".
- <sup>16</sup> CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976. p.169.
- <sup>17</sup> Ibid., p.169.
- <sup>18</sup> Alcir Lenharo resgata os efeitos que as emissões radiofônicas tiveram no imaginário social. LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, p.40-41: "O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. Efeitos sonoros de massa podiam atingir e estimular a imaginação dos rádios-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissor e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades de participação política".

- <sup>19</sup> Felipe Santiago Neri, entrevista para o projeto Memória em Movimento, Recife, 1988, transcrição, p. 27-28.
- <sup>20</sup> Observa Alcir como há todo um desenvolvimento teórico, cercando as práticas e os discursos do Estado. LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, 1986, p.54: "Um grupo selecionado de teóricos operava diretamente junto ao ditador e cuidava da "verdade doutrinária" do regime. Ao procurar fidelidade às diretrizes oficiais, intentavam facilitar o escoamento ideológico por meio de dispositivos culturais que ampliasse o consumo dos conteúdos doutrinários do regime. Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir dessa operação, um todo único e compreensível".
- <sup>21</sup> KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p.259.
- <sup>22</sup> ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil. São Paulo: Cortez, 1988. p. 132.
- <sup>23</sup> LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, 1986. p.40-41.
- <sup>24</sup> CALDEIRA, Tereza Pires. A política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 279.
- <sup>25</sup> BOSI, Ecléa. Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. p.373.
- <sup>26</sup> Felipe Santiago Neri, entrevista para o projeto Memória em Movimento, 1988, transcrição, p. 27-28.
- <sup>27</sup> CARONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976. p.73.
- <sup>28</sup> LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 155.
- <sup>29</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres et al. Bairro do Recife, porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989, p.158.
- <sup>30</sup> Ibid., p. 59.
- <sup>31</sup> (Bubu) João Lopes da Silva apud Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. Casa Amarela, Memórias, Lutas, Sonhos. Recife: Departamento de Memória. 1988. p.158.
- <sup>32</sup> GUATTARI, Félix. Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p.27,327. Discutindo a questão da subjetividade e sua relação com a produção capitalista, observa: "Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalista - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo".
- <sup>33</sup> Ibid., p.158.
- <sup>34</sup> Antonio Almeida, entrevista para o Projeto Memória em Movimento, em 29 de Novembro de 1988, transcrição p.36.
- <sup>35</sup> D. Hilda Souza, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p. 6.
- <sup>36</sup> LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. São Paulo: Papyrus, 1986. p.194.
- <sup>37</sup> LE GOFF, Jacques. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 13.
- <sup>38</sup> Manoel Marques, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição, p.11.
- <sup>39</sup> Ibid., p.11.
- <sup>40</sup> Roseno Lins, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.2.

<sup>41</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.226.

<sup>42</sup> CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Eder Sader e Maria Célia Paoli apresentam o artigo "Sobre "Classes Populares" no Pensamento Sociológico Brasileiro" onde analisam a forma como tem se construído, no pensamento brasileiro, a idéia de classe trabalhadora. Nesse sentido, parece bastante sugestiva a forma como estes analisam a ação do Estado Getulista e do Partido Comunista no período: "Essa tentativa fantástica de apagar a diversidade interna decorrente de diversas experiências vindas dos grupos sociais no espaço social brasileiro - experiências diversas de dominação, de práticas culturais e de processos de trabalho - em nome de uma homogeneidade que se torna, no pensamento, pré-condição para a participação social e política destes grupos, iria se solidificar como questão básica do "problema" das classes populares depois da intervenção do Estado getulista. Este ocupou o espaço unificador pedido pelo pensamento autoritário; apareceu como instância por onde se homogeneizaria esta sociedade desagregada por suas múltiplas práticas desencontradas. Através do Estado, os grupos diversos de trabalhadores se tornaram, na representação social, um povo organizado para a nação. Por seu lado, o Partido Comunista lutava contra o Estado pelo mesmo poder simbólico que este adquiria: ser o lugar da identidade popular e ser a instância unificadora para a produção da política. Através do Partido, os grupos diversos de trabalhadores se tornaram uma classe social única".

## 6 PRA LÁ DE MACACO

### 6.1 MARCAS DA ÉPOCA

O exemplo de Getúlio Vargas para o país, como o de Agamenon Magalhães para Pernambuco, aponta que o lugar do poder é, em princípio, capaz de produzir marcas que fixam para a população formas de compreender o presente e, conseqüentemente, projetar o futuro. Evidente que esse movimento está, muitas vezes associado a fatos e acontecimentos do passado que o "discurso do poder" refaz, na direção do que intenta estabelecer como verdade.

A maneira como Getúlio interveio através do aparelho do Estado na relação capital/trabalho criou marcas significativas na memória popular, como vimos assinalando.

Em discurso perante a Assembléia Nacional Constituinte em 15/11/1933, afirmava este: "... assumira a obrigação de observar e executar normas nele estabelecidas para regulamentar as condições do trabalho, subordinando-as, embora, às necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país. Essas normas podem ser assim discriminadas: regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção aos trabalhadores contra moléstias ou acidentes no trabalho; proteção à infância, aos adolescentes e às mulheres; pensão à velhice e à invalidez; liberdade sindical".<sup>66</sup>

As práticas getulistas encontrariam em Agamenon um político que seguiria com extremo rigor as orientações oficiais. Os cargos públicos que ocupou ao longo da sua vida política como Deputado Federal, Ministro do Trabalho, Ministro da Justiça e Interventor

Estadual de 1937 a 1945 em Pernambuco, possibilitando a produção e o controle da informação, constituíram-se em tempo suficiente para a construção de todo um imaginário sobre as 'novas formas' de intervenção do Estado na organização da vida e do trabalho.

Como Ministro do Trabalho e da Justiça, Agamenon trabalhará intensa e conscientemente a questão social. Combaterá com a força seus adversários e oponentes, mas não descuidará um momento de construir um discurso político que ofereça o suporte institucional, produzindo uma aura de legitimidade e legalidade às suas ações. Os artigos quase diários no jornal de sua propriedade (Folha da Manhã) e também através de programas radiofônicos é outro fator que concorre para a construção de um imaginário favorável a uma ação direta e radical do poder público: "Não poderíamos realizar esse programa sem uma doutrina e sem um órgão de propaganda. Fundamos, por isso, a 'Folha da Manhã' que tem sido a nossa tribuna. Converso todos os dias pela manhã e à tarde com os meus governados, com o povo, dizendo o que penso, o que sinto, comunicando e recebendo inspiração para as boas ações e para a verdade. Se não fosse a Folha e a Rádio Clube, como poderia o meu governo ter preparado essa formidável organização cooperativista que se estende da capital ao mais distante município do interior do Estado?"<sup>29</sup> Alcir Lenharo resgata o papel dos intelectuais na construção de todo um universo teórico de justificativas que informavam e ofereciam suporte cultural, social e histórico a ação do Estado no período Getulista<sup>30</sup>. Agamenon, antes de ser político, foi professor de história e mais tarde de Teoria Geral do Estado<sup>31</sup>; sempre reconheceu uma importância singular ao discurso intelectual pelo seu caráter formativo e informativo, tendo durante o período em que foi Ministro e Interventor, procurado colocar em prática sua

concepção de Estado, Sociedade e Trabalho, que tinha forte influência de pensadores, como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna.<sup>4</sup> Dessa forma, a utilização dos meios de comunicação se constitui em um dos instrumentos fundantes da governabilidade. Projeta-se como uma extensão de toda uma prática de vida que não se descuidava de, através do exercício da 'palavra', influir, intervir no social.<sup>5</sup>

Em sintonia com o discurso, é desencadeada uma série de ações no sentido de mobilizar, arregimentar patrões e empregados em uma luta incessante para unir capital e trabalho, em rituais cívicos que têm um efeito emblemático na memória coletiva.<sup>6</sup>

Coerentemente com a filosofia de cooperação - capital/trabalho - tem início um projeto de controle e disciplinarização da vida dos trabalhadores. É criada a Liga Social Contra o Mocambo que obedece a uma política de construção de vilas por categoria profissional. De forma simultânea, é iniciado um processo de demolição das moradias construídas pela própria população (os cognominados mocambos). Esta guerra, onde a destruição tem proporções significativamente maiores que a construção, produz marcas indeléveis no imaginário popular. Associa-se a esse processo de intervenção uma propaganda sistemática que, apresentando-se com contornos educativos, procura estabelecer os suportes discursivos, que legitimem as práticas adotadas.

Tão organizada e sistemática obra cercando, em diversos níveis e planos, a realidade do operário, do comerciário, das lavadeiras, dos condutores de bonde, dos ferroviários, enfim das mais diversas categorias de trabalhadores se realiza num momento em que o Partido Comunista começava a obter uma expressiva aceitação no seio das classes populares: "Nos anos 40 o comunismo

no Brasil era um movimento político muito forte. O PCB tinha 200 mil militantes organizados em suas 1.200 células espalhadas pelo País, uma imprensa moderna que contava com 8 jornais diários, uma bancada no Congresso respeitável, integrada por um senador e 14 deputados além de 200 outros parlamentares que faziam parte dos legislativos estaduais. Em Pernambuco a bancada comunista era de 9 integrantes. Na Câmara Municipal do Recife eram 12 sobre 23 vereadores". É sobre este território que Agamenon projeta sua estratégia de luta. Utiliza como mais uma de suas táticas a propaganda de um espírito nacionalista entre os operários, procurando fortalecer uma consciência trabalhadora contra o que denomina "guerra totalitária".<sup>10</sup>

É possível então constatar que a urgência, a premência, como se coloca, a partir do aparelho de Estado, quer a nível nacional, quer estadual, uma redefinição das relações capital/trabalho são resultantes de uma intensa luta que se desenvolve na sociedade civil e política, com efetiva participação das classes trabalhadoras, pela instauração de uma nova ordem que transforme as estruturas tradicionais.<sup>11</sup>

Esse processo nacional está articulado a nível internacional com o nazismo alemão e o fascismo italiano, por um lado, e com o comunismo e com as decisões da segunda internacional por outro.

É nesse contexto que os projetos sociais e mesmo econômicos e políticos do Estado têm como tônica fundamental modernizar para não mudar.

## 6.2 O PODER DA LIGA

O lugar privilegiado para educar a classe trabalhadora nos princípios corporativistas do Estado se materializa através de um rigoroso controle sobre a moradia. Ao estabelecer uma política oficial voltada para a construção de habitações populares, tinha-se explicitamente definida toda uma ação que esquadrinha e procura redesenhar a própria subjetividade do trabalhador.<sup>12</sup>

São comportamentos e valores um dos alvos centrais de medidas que visam a possibilitar a alguns operários, funcionários, comerciários adquirirem a preço acessível a própria moradia. Os aspectos contemplados através da política de erradicação das casas construídas pelos próprios trabalhadores - com o material que lhe é mais acessível: barro, madeira e capim - são explicitados com toda transparência em diversos artigos, discursos e programas radiofônicos. Essa forma de moradia era atacada em seus aspectos: sanitário, pois era considerada um foco de doenças ameaçando a cidade; comportamental ao se estabelecer um vínculo entre a moradia e o compromisso de quitar o débito com o governo; de esquadrinhamento disciplinar ao se estabelecer, dentro do espaço urbano, locais para moradia por profissão; de propriedade ao tornar possível a uma parcela da população adquirir um bem que, em princípio, estaria bastante afastado de sua realidade salarial. Essa questão do sentido da propriedade é construída de forma muito nítida no seio da população ao se recorrer ao argumento de que o que impede a compra da moradia são os alugueis cobrados a preços extorsivos por aqueles que possuíam mais de um imóvel.<sup>13</sup>

Todo esse conjunto de aspectos constituíam a base do discurso oficial. Este tem um efeito contraditório no seio da população como se pode constatar a partir de alguns depoimentos.

" A Liga Social contra o Mocambo foi coisa boa porque a Liga Social foi quem modificou Santo Amaro. Derrubava mas dava outra casa, não é? Derrubava mas dava. Mas ele não derrubava a minha casa, ele derrubava aqueles camaradas que tinha aqueles mocambos e alugava ao pobre explorando, né? Aí eles botava abaixo. Feito eu mesmo, eu morava num quarto alugado em Santo Amaro e quando eu cheguei num dia de tarde eles já tinha amarrado - o que é que vocês vão fazer? - Vamos derrubar. - Mas eu tenho a minha família aí dentro. - Não, mas é ordem do governador. Bom, se é ordem do governador, eu também tenho ordem: fui lá dentro, bati mão duma foice, eu digo: se arrastar, vai morrer todo mundo aqui, eu pico tudinho de foice. Aí o camarada que tava no poste disse - desamarra - .Aí desamarraram pronto, foram simhora. No outro dia mandaram me chamar. Aí fui lá. - Você quis cortar os homens lá com foice? - Foi, aquilo ali eu tinha família dentro, como é que vai botar abaixo? - Ele disse: é ordem do governador -. E eu também tenho ordem e ninguém derrubou. - Aí ele disse: não, mas a Liga Social vai arranjar uma casa pra você. E o camarada dono desse correio de quarto morreu doido, enlouqueceu ... porque botaram o correio abaixo".<sup>14</sup>

A fala de Benedito José de Moraes denota o sentimento contraditório que a demolição da moradia produzia. Por um lado, a defesa incondicional do seu lugar de viver em face da violência oficial. Por outro, a própria defesa da medida em vista de que os maiores prejudicados eram os proprietários que viviam do aluguel desse tipo de habitação. "A minha casa eles não derrubavam mas a dos outros, os que tinham para aluguel" expressa a forma como

Benedito assimila o discurso oficial. Este organizava, desorganizando a percepção do real concreto que era vivenciado na própria pele. Nos interstícios das práticas contratuais - proprietário/locatário - no seio da própria população, instituíam-se uma representação de que essa era uma relação de exploração a que o governo, com sua ação saneadora, estava pondo fim.<sup>15</sup>

Por outro lado, a fala oficial tenta sempre evidenciar para a classe empresarial as vantagens financeiras da realização de projetos de habitação: "A casa ou a vila operária é para a fábrica um problema igual ao do seu abastecimento. Casa para fixar os braços. Para abrigar com decência o homem que é mais necessário que a máquina".<sup>16</sup>

A Liga Social contra o Mocambo, fundada em 12 de Julho de 1939, composta em sua maior parte pela elite financeira do Recife, vinha realizar o projeto de política habitacional do interventor Agamenon Magalhães.<sup>17</sup>

Um dos objetivos centrais do referido órgão, como já foi assinalado, é o de erradicar as moradias populares da cidade - cognominadas de mocambos - construindo vilas operárias. Essa iniciativa centrada em um plano geral de governo tinha como prática demolir as casas populares. Eram, então, construídas vilas onde as diversas categorias profissionais iam sendo alocadas. No entanto, a oferta de casas era significativamente menor do que sua demolição. Essa política inseria-se em uma estratégia que não se reduzia apenas à negatividade do ato em si. Explicitamente, procurava-se alcançar resultados a níveis comportamentais imediatos, criando um estado de temor nas camadas populares, pois sua moradia poderia ser demolida a qualquer momento. Um dos reflexos embutidos nessa política era o de frear o êxodo do campo para a cidade; propagava-se entre a população a

representação da cidade como território minado, onde construções de moradias populares estavam sob a mira permanente de demolição. O próprio Agamenon publica um artigo, que já reflete o pavor que começa a se disseminar: "Recebi uma carta de um pobre, dizendo-me que há grande aflição entre os moradores dos mocambos, temendo que o governo destrua os casebres e deixe tudo no olho da rua. Acrescentou que em várias zonas os malvados batem nas portas à noite, aconselhando que fujam, porque aí vem a turma para derrubar os mocambos. Ninguém dorme, nem tem mais sossego, conclui o pobre, exortando-me a ter piedade deles e a dizer pela Folha como é que o governo vai acabar com o mocambo".<sup>18</sup> Agamenon passa então a justificar a política que desenvolve e procura tranquilizar os moradores, afirmando que para todo mocambo derrubado haverá uma casa de vila. Entretanto, através dos seus próprios artigos, fica evidente que não existem vilas suficientes para os mocambos demolidos.

A população, ao ter suas casas demolidas, era pressionada a voltar para o seu local de origem - o meio rural -. Havia, inclusive, uma prática de incentivo ao retorno através da distribuição de passagens de ônibus (gratuita) àqueles que houvessem perdido suas casas. "A campanha contra o mocambo está produzindo resultados surpreendentes. Um deles é o da volta do habitante do mocambo para o campo. Na última audiência pública mandei dar passagem a diversas famílias que, não tendo mais onde morar, desejavam voltar para o interior".<sup>19</sup>

A destruição da moradia, associada a todo aparato, desde a chegada dos funcionários com cordas, picaretas, pás e enxadas até a tentativa de os moradores catarem nos escombros os restos dos seus pertences, cria um clima de terror e de temor. Dona Hilda lembra, ainda menina, a cena que ficou gravada em sua memória da

passagem dos funcionários responsáveis pela derrubada das casas. Sua fala denota a marca do discurso oficial que procurava incutir um imaginário de vergonha e repulsa de se morar nesse tipo de casa: "Também o pessoal tava acomodado na casa de capim. Muitas vezes eu tava na escola, aí quando eu tava estudando, que vi aqueles homens passar com aqueles maço de corda, aqueles caibo e aquelas alavancas, aquelas picaretas na mão, eu digo vai derrubar a casa, aí eu dizia à professora que tava com a cabeça doendo. Ela aí dizia vá simhora. Chegava em casa lá ia eu buscar lenha, oxente, muitas vezes, quando chegava lá já tava tudo derrubado. Eu agarrava aquelas tábuas, aqueles caibo, aqueles negócio todinho. Porque nós às vezes puxava aquela chega fazia pena. Aquelas casas, aqueles indenizava" <sup>20</sup>. A fala de D.Hilda projeta a força da cena. A casa derrubada era alvo da divisão dos restos entre os presentes. O próprio sentimento confuso de dor - de pena - que a situação sugere era justificado pela indenização, que o próprio interventor deixa evidente não haver para todos, em face da própria distribuição gratuita de passagens para retorno ao campo.

Ocupar uma moradia classificada de mocambo era vivenciar a perda iminente do lugar de viver e, sobretudo, a execração pública. Esse tipo de moradia começava a ser associado ao perigo constante de destruição de tudo que uma família havia construído.

No entanto, trabalhava-se o imaginário coletivo de maneira que a moradia passasse a ser rejeitada pela própria população que a construía, como forma de quebrar o moral e a resistência populares. Um artigo do próprio interventor é indicativo dessa intencionalidade. "Já há um pudor do mocambo, quando antes da Cruzada Social pela habitação popular, muita gente achava aquilo pitoresco, ter um mocambo era aspiração de classe. Ouvi muitas

raparigas dizerem que tinham um mocambo como se dissessem que tinham um dote ou uma jóia. Hoje, felizmente, ninguém quer ter mais mocambo, que desperta certa vergonha, como um vestido rasgado, um sapato que não esconde mais os pés, um chapéu comido pelo uso, qualquer coisa, enfim, que cheira a decadência ou que lembra um fim de vida ou a incapacidade de viver".\*\*

### 6.3 DO DISCURSO À GUERRA

No entendimento do próprio interventor, uma das raízes do problema dos mocambos estaria na concentração fundiária. Dessa maneira, é desencadeado (de forma simultânea à campanha da Liga contra o Mocambo) um movimento contra o latifúndio improdutivo, responsável maior pelo grande afluxo de migrantes do campo para cidade, trazendo, criando inúmeros problemas para o governo. "Quando se diz que uma propriedade deve ser distribuída, não se está impondo a sua divisão, nem usurpando um direito. O que se aconselha, e é urgente a solução, é que essa propriedade produza e que todos possam participar pelo trabalho dos seus frutos. Quantas famílias deixariam a vida difícil das cidades para ocupar um lugar no campo, para ter a sua casa, a sua horta, as suas lavouras, a paz, enfim, a paz que só se pode conquistar dentro de um mínimo de prosperidade ou de riqueza".\*\*

Vale destacar as duas formas de tratar o problema habitacional: para as camadas populares, a implacável campanha de demolição. Era o argumento da força, destruindo a moradia, era a guerra a que assistia muitas vezes o próprio interventor que, depois, em artigos, dava sua versão dos fatos, criando a representação de que o próprio povo se convencera da justiça e da

necessidade de tais medidas; para os grandes proprietários e latifundiários, o discurso, o argumento, a exposição de motivos, a defesa insistente da tese de que a propriedade improdutiva precisaria se transformar. Procurava-se, dessa maneira, através de uma intensa campanha, influir no imaginário das elites instituindo um outro sentido de propriedade, a partir dos princípios católicos então difundidos e dos princípios corporativos que dirigiam a relação capital/trabalho.

Manoel Marques tem uma visão crítica do governo Agamenon e não se deixa ultrapassar pelos discursos e representações oficiais. "Agamenon, conheci Agamenon ligeiramente, Agamenon fez muita gente dá elogio a Agamenon, mas acontece o seguinte: Agamenon eu vi, aqui no Recife, ele mandou amarrar uma corda na cumeeira da casa dos pobres, do mocambo e arrastar com o caminhão, derrubar o mocambo da pessoa com todos os troços dentro e depois não ter uma casa para dar ao morador do mocambo, às vezes mocambo não estava desocupado, tava somente fechado que o pessoal tinha saído e Agamenon fazia isso. No governo de Agamenon mandava derrubar as casas com todo móvel qual for, e dizia ao povo que pobre ia morar de macaco pra lá. Quer dizer que macaco já fica nas linhas: de macaco pra lá é que o pobre ia morar sabe como é ; que o governo bom de Agamenon que eu conheci foi esse. E até a última ... até agora há pouco o governo que estava aí, era raízes de Agamenon. Quando a gente tentou mudar em 63, foi um sonho assim, um riso num instante acabou-se. Agora vamos esperar pra ver se as forças reacionárias não tentem".<sup>22</sup> A fala de Manoel é a de um militante que nesse período vive a ameaça e o perigo de ser comunista. No entanto, sua memória resgata uma resistência aos atos oficiais de demolição das moradias populares. É uma

outra representação do passado, construída em reuniões e conversas com os companheiros do Partido.

É uma outra história que o próprio Manoel registra ao afirmar que muita gente elogia Agamenon. E Manoel conta o que viu, mas sobretudo está contida no que vê uma outra representação/explicação. A demolição das moradias populares recontada em artigos e programas radiofônicos projetava a história oficial do Governo, do Estado, da Cidade, da Liga.

Muitos, apesar de serem alvos da ação demolidora, da ação de guerra do Estado, reinventam o que vêem e sentem, adotando o discurso oficial que justifica e estabelece uma história.

---

## NOTAS

- <sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.12. A análise de Foucault sobre a relação verdade e poder apresenta um campo que resgata, em diversos sentidos, os aspectos aqui analisados: "O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é - não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções - a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funcionou como verdadeiro".
- <sup>2</sup> CORDEIRO, Cristiano. Memória e história. São Paulo: Alfa Ômega, 1980. p.86.
- <sup>3</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.30.
- <sup>4</sup> LENHARD, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, 1986. p.54.
- <sup>5</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Recife: Massangana, 1984. p.26. Dulce faz um breve resumo das atividades docentes de Agamenon: "Professor de Geografia no Ginásio Pernambucano na década de 20, Agamenon aliava o magistério à vida política. Em 1921 escreve *O Nordeste Brasileiro*, tese que lhe permite conquistar a cátedra de Geografia no Ginásio Pernambucano. Pregando uma política de salvação para o Nordeste, Agamenon, ao defender no seu trabalho a idéia de que o homem vence a natureza, referindo-se basicamente ao sertanejo, rompia com o determinismo geográfico ainda em voga no período. Em 1933 é publicada a sua obra *O Estado e a Realidade Contemporânea*, também tese de livre-docência apresentada para concurso à cátedra de Direito Público Constitucional na Faculdade de Direito do Recife, onde Agamenon discute toda a sua concepção sobre o Estado Moderno, contrapondo-o ao modelo liberal clássico. Aprovado neste concurso, Agamenon, em setembro de 1940, passa a lecionar na cadeira de Teoria Geral do Estado".
- <sup>6</sup> *Ibid.*, p.32. "Em livro pioneiro, *O Estado e a Realidade Contemporânea*, Agamenon defende idéias que o identificam com os grandes pensadores autoritários das décadas de 10, 20 e 30: Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna". Nilo Pereira, na introdução ao livro *Agamenon Magalhães, Idéias e Lutas*, observa: "O fato de haver o Sr. Agamenon Magalhães mandado fazer, como Ministro do Trabalho, uma edição da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, caracteriza muito bem a sua orientação na solução de problemas sociais e de atritos entre o Capital e o Trabalho".
- <sup>7</sup> *Ibid.*, p.32. A autora resgata o papel doutrinador de Agamenon, que se explicita em carta a Getúlio Vargas. "Como intelectual, Agamenon é um homem do seu tempo. Entretanto como doutrinador, exerce um papel exímio e original"... Em carta dirigida a Vargas, uma espécie de prestação de contas da sua administração, Agamenon afirmava: "Doutrino todos os dias pela imprensa e pelo rádio, na propaganda do Estado Novo e das questões que interessam à economia do Estado".
- <sup>8</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.262. Em artigo publicado na Folha da Manhã em 30/04/41, Agamenon evidencia a preocupação que tem no sentido de instituir práticas que contemplem sua política de unir capital e trabalho, estabelecendo de forma sistemática um discurso que ofereça o suporte intelectual para sua ação. "O dia do trabalho que vamos comemorar, amanhã, com fulgor e entusiasmo, instalando a Justiça do Trabalho, inaugurando vilas populares e grupo escolar para os filhos dos operários, não é só o dia dos trabalhadores. É também o dia do patrão que, no Brasil, é o dono da fábrica, o chefe do escritório, da casa comercial, o primeiro que chega na empresa e o último a sair".
- <sup>9</sup> MELO, Clovis. Os prefeitos do Recife. Jornal do Comércio. Recife, 12 jan. 1980. Caderno A, p.3.
- <sup>10</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.56. "Já escrevi uma vez que o operário era o meu melhor amigo e o mais atento colaborador do meu governo. Muitos erros corriji e muitas injustiças reparei baseado em informações desinteressadas e verdadeiras. A guerra totalitária assumiu formas

imprevistas. O inimigo adota técnicas sempre novas. A sua tática mais perigosa é a da quinta-coluna, é a da desorganização interna, é a do enfraquecimento social dos países marcados para a conquista".

<sup>11</sup> ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil. São Paulo: Cortez, 1988. p.132; VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.148.

<sup>12</sup> Todo o projeto de Agamenon está articulado às diretrizes nacionais, tem também as marcas da disputa do capitalismo mundial. Busca-se, em última instância, aproximar as camadas populares das práticas capitalistas, a partir da redefinição de representações como propriedade, família, trabalho. É a própria subjetividade do trabalhador que se intenta alcançar ou, mais propriamente, reeducar. Nesse sentido, as análises de Félix Guattari oferecem elementos que contribuem para a compreensão da força de determinadas marcas na memória coletiva nesse período. GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. Cartografia do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p.42. "Os equipamentos coletivos - não só os de ação sanitária ou de higiene mental (ambulatorios, centro de saúde etc.), ou os de vida cultural (escolas, universidades etc.), mas também a mídia - tendem a ganhar uma importância desmedida. Eles constituem o Estado em sua função ampliada. Operários de uma máquina de formação da subjetividade capitalística, esses equipamentos têm por função integrar fatores humanos, infra-humanos e extra-humanos, colocando numa articulação real instâncias tão diferentes quanto as que estão em jogo na economia libidinal (as sistêmicas, familiares, por exemplo) e nas produções semióticas (como as que são postas em funcionamento pela mídia).

A ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização, ela incide na modelização das instâncias intra-subjetivas - instâncias que a psicanálise reifica nas categorias de Ego, Superego, Ideal do Ego, enfim, naquela parafernália toda".

<sup>13</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.196-197. Em diversos artigos publicados na Folha da Manhã, Agamenon constrói todo um conjunto de representações que se constitui no suporte teórico às ações da Liga Social Contra o Mocambo. Através de algumas passagens desses artigos, é possível perceber-se o quadro discursivo que governava esta política: "Já há um pudor do mocambo, quando, antes da Cruzada Social pela habitação popular, muita gente achava aquilo pitoresco, e ter um mocambo era aspiração de classe."... "Hoje, felizmente, ninguém quer ter mais mocambo, que desperta certa vergonha, como um vestido rasgado, um sapato que não esconde mais os pés, um chapéu comido pelo uso, qualquer coisa, enfim que cheira a decadência ou que lembra um fim de vida ou a incapacidade de viver". p.203. Em um outro artigo relativo à questão da urbanização da cidade versus o problema dos mocambos: "Os terrenos marginais da estrada de Olinda precisam ser aterrados, e um engenheiro do Instituto dos Comerciantes está procedendo aos estudos necessários. Na zona compreendida entre a ponte de Limoeiro e a Encruzilhada, o Instituto dos Industriários está projetando um plano de uma grande cidade operária, com parque, campos de esportes e escolas. A Prefeitura irá desapropriando os terrenos, de acordo com a execução do plano. No Bongi, também, o Instituto dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches já iniciou a construção de uma vila de 70 casas para os seus associados em terreno doado pelo Estado. Já é tempo da questão dos mocambos sair da literatura e dos romances para o terreno das soluções práticas".

<sup>14</sup> Benedito José de Moraes, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p. 22-23.

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.198. Sob mais um argumento da exploração que sofre o morador de mocambo alugado, que, segundo levantamento realizado pelo governo, renderia somas fantásticas, encontra o governo mais uma justificativa para sua intervenção. "O inquérito sobre os mocambos, entre muitas coisas surpreendentes, revelou que esse tipo de habitação miserável era um excelente emprego de capital. Esse interesse é que tem concorrido para a multiplicação dos mocambos, que surgiram, a princípio, nos terrenos alagados e foram se derramando por todos os recantos da cidade. O inquérito apurou que, dos 45.581 mocambos, apenas 3.963 são próprios e não pagam chão. Os demais ou são alugados, ou os seus proprietários pagam o chão. Diante desse fato, os que argumentam ter o mocambo, apesar dos pesares, a vantagem de dar ao pobre o sentimento de propriedade, o espírito de conservação da posse e o interesse da ordem, vão ter uma decepção. O mocambo sob qualquer aspecto é uma exploração, com a qual não devem, nem o governo, nem os particulares, transigir por mais tempo".

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.30.

<sup>17</sup> SIQUEIRA, Antonio Jorge. O problema da habitação e a Liga Social contra o Mocambo. In: Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 3., 1984, São Paulo. Anais. Florianópolis: Edusp, 1984, p.183.

<sup>18</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.201-202.

<sup>19</sup> Ibid., p.207.

<sup>20</sup> D.Hilda Souza, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.6.

<sup>21</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. p.203.

<sup>22</sup> Ibid., p.203.

<sup>23</sup> Manoel Marques, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.15.

## 7 COMUNISMO COMO MISSÃO

"Não me sinto herói de coisa alguma.  
Heróis foram os meus soldados, os  
que marcaram a trajetória da Coluna  
através do Brasil". (Prestes)

### 7.1 NA MIRA DOS AGENTES

Há uma tradição e uma memória de luta nos segmentos populares que encontram raízes nas lutas operárias do início do século. Recife se constitui em pólo de atração das migrações regionais pelo crescente número de indústrias que são criadas. Havia em Recife "antes de 1900, cerca de 113 estabelecimentos industriais, enquanto, entre 1900 e 1909, mais de 33 iniciaram suas atividades".<sup>1</sup> Apesar desse crescimento, Pernambuco ocupa o sexto lugar na produção industrial do País, com apenas cerca de 4,2% do total da produção nacional.<sup>2</sup> Esse processo de industrialização oferece uma referência necessária - mas não suficiente - para a reconstrução das lutas sociais no período.

O quadro de trabalhadores que começam a ensaiar os primeiros passos procurando fundar sindicatos é constituído por operários, trabalhadores do porto, ferroviários, tecelões e padeiros. Estes lentamente vão sendo alcançados pelas pregações anarco-sindicalistas, socialistas e posteriormente comunistas.<sup>3</sup>

Os depoimentos de muitos destes velhos trabalhadores ajudam a resgatar as marcas do passado. No processo de memorização vem a tona uma trilha de ex-militantes do Partido Comunista. Através da memória se descortina toda uma visão histórica das lutas operárias. São narrativas que recuperam a memória das lutas e da resistência política em estreita relação com a memória pessoal. Halbwach distingue nesse aspecto a memória autobiográfica e a memória histórica. No entanto, apesar de projetarem conteúdos distintos, a memória pessoal se apóia na histórica, mesmo quando está em tela a vida de militantes onde estes mundos parecem indissociáveis.<sup>4</sup>

José de Aguiar, ativo participante do movimento "Terras de Ninguém"<sup>5</sup>, reconstrói sua memória de militante do Partido Comunista, católico praticante, associada a uma vida de operário têxtil e membro da diretoria do sindicato da categoria. Sua fala é a própria voz de uma parcela da população que, por tudo, talvez nunca tenha chegado a tornar público um mundo de um vigiado silêncio.

A partir da liberdade após a prisão em Março de 1964, Aguiar recupera uma série de experiências; mas é sobretudo na descrição das relações com o mundo da fábrica, dos amigos, dos vizinhos que se projeta um retrato cruelíssimo da mudança no comportamento e nas práticas sociais. A própria dolorosidade dos momentos descritos abre todo um campo de conhecimento e compreensão de uma dimensão histórica do passado recente.

A "experiência" que Aguiar relata em seu depoimento fotografa uma síntese própria que transcende as determinações partidárias ou religiosas. Remete com suas palavras carregadas de um tom épico ao caminho que escolheu para viver aquela

derrota que interrompia toda uma história, todo um projeto, todo um futuro seu e de toda uma parcela da sociedade. Seu relato descreve como sentiu e viveu as adversidades presentes e, sobretudo, de que maneira foi capaz de superar o "silêncio" que sentiu abater-se no mundo ao seu redor. Nesse aspecto Aguiar não se tornou mais pobre em experiências comunicáveis."

"Porque minha prisão foi uma prisão incomunicável, ninguém, nem meu pai nem minha mãe puderam me localizar, saíram a minha procura em cima de 6 dias que ninguém sabia do meu paradeiro. Não só a minha família, como também a família de muitos companheiros. Inclusive quem mais sofreu é que a família dos prisioneiros é que as mãezinhas, quantas mãezinhas que tiveram suas crises, caíram por dentro de casa ou nas ruas de ataque e quantas foram hospitalizadas e quantas mãezinhas morreram com a prisão dos seus esposos, com a prisão dos seus filhos. O silêncio dominava o campo, e o silêncio dominava dentro das fábricas e o silêncio dominava diante dos companheiros.

A minha volta ao trabalho; no primeiro dia, assim que na minha hora do café eu saí pra fazer meu lanche fora da fábrica e no lugar que eu me sentei fiquei sozinho, porque aquele grupo de companheiros que nós sentava junto todos os dias naquela hora de café para dialogar, tomar o nosso cafezinho conversando, sorrindo, tudo isso desapareceu. O silêncio! Entrou no coração de todos, fez com que nós ficasse disfarçado uns aos outros. Procurava os companheiros para conversar comigo e não encontrava, o companheiro não visitava minha casa, o companheiro não ia na minha máquina para falar comigo, o companheiro não me acompanhava para o trabalho e também não me acompanhava de volta para casa e eu passei os 6

meses andando sozinho sem ninguém chegar na minha casa. Até mesmo os próprios companheiros de partido tiveram medo ou que se assombraram ou que não se aproximaram. Fiquei isolado de visita, de tudo, se não o caminho que tinha para mim era o caminho da Igreja, a donde eu, nos domingos ia assistir a celebração da missa e que lá que eu recebia aquela comunhão e buscar conforto para que, pudesse voltar diante dos companheiros àquela vida. Foi passando para anos o silêncio era a mesma coisa e tudo na vista da gente tinha desaparecido, as mobilizações, sindicato, não se falava na fábrica ou em parte alguma durante esses anos".<sup>7</sup>

O depoimento de Aguiar coloca em evidência a força do narrador. Um momento, um acontecimento, um processo que coloca o mundo da organização, da mobilização, do trabalho, da vida, da família, dos amigos de ponta-cabeça. Este recupera, relaciona, descreve, reflete sobre os infinitos níveis de realidade com a maior exatidão, mas deixando livre ao leitor ou ao ouvinte "interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação".<sup>8</sup>

A prisão de Aguiar e o mundo do trabalho, da família, dos amigos representado por este sofrem uma significativa transformação. O silêncio descrito sintetiza e projeta a realidade que se desenha como resultado do golpe. A liberdade de falar, de reivindicar, de defender projetos e idéias desaparece. Mas muito mais. Aqueles cidadãos reconhecidos, estigmatizados, presos, torturados por suas práticas, por sua liderança, por sua fala como comunista passam também a sofrer discriminação da sociedade.

O mundo das relações no local de trabalho, de moradia e mesmo no Partido como que se contamina pelo terror que se institucionaliza. São as práticas de prisões indiscriminadas, de incomunicabilidade dos presos, de desaparecimento, de torturas e de mortes provocando um grande medo, que, de forma visível, invisível, toma toda sociedade. É esse clima, essa atmosfera, esse mundo determinando comportamentos, emoções que se transmuda permanentemente, deixando marcas indeléveis na memória de Aguiar.

É na Igreja, nas missas aos domingos, na comunhão que Aguiar buscará forças para resistir, para compreender e "para que pudesse voltar diante dos companheiros àquela vida".

A própria Igreja que participou das articulações do golpe é o território onde Aguiar constrói e fortalece sua resistência.

Outros comunistas também registram suas experiências de prisões, como resultado da militância em um partido que teve a sua história marcada pela ilegalidade.

Diniz Gomes Cabral relata o controle da polícia sobre os militantes na década de 1940. Era membro do Comitê Distrital de Casa Amarela ocupando o cargo de tesoureiro, e esse fato, sem dúvida, concorria para a tática de intimidações de que era alvo através de constantes prisões.

"A luta era muito dura. Eu mesmo era perseguido aqui e, muitas vezes, a semana todinha sendo preso, quase todos os dias quando eu saltava em Casa Amarela (que nesse tempo não tinha ônibus), o bonde ficava em Casa Amarela, quando eu descia, tinha dois policiais me esperando e pra me levar com, pra... averiguação e coisa. Tudo naquele tempo, a coisa era mais safadeza, tinha uns que ficava naquele negócio, no outro

dia eu vinha embora, passava a noite lá, no outro dia era liberto e isso de vez em quando. Teve uma semana que eu fui detido bem umas três vezes assim. O camarada, policiais aqui de Casa Amarela, tinha talvez aquela idéia de perseguição. Tinha aqui um outro policial que chamava o velho olheiro, ele era sempre aqui olhando. Passava, passava certas ruas, era, era sempre passava policiais no lugar onde tinha comunista e era assim". 10

Para Diniz, as prisões, as perseguições eram elementos indissociáveis da "dureza da luta". Os comunistas eram mantidos sob rígida vigilância. As ruas onde moravam eram passagem obrigatória da polícia.

Manoel Amaral de Moraes, conhecido por Cinquenta, ainda dos tempos em que fora condutor de bonde, também foi militante do Partido e, em 1934, demitido da companhia inglesa 'Tramsways', - responsável pelo transporte urbano na cidade - por participar de um movimento grevista. Em 1938 tornou-se funcionário da Prefeitura, trabalhando no cemitério público de Casa Amarela. É como funcionário da Prefeitura que 'Cinquenta' entra em contacto com o Partido Comunista.

Descreve a experiência de militante em um partido rigorosamente vigiado e reprimido pelo Estado. A descrição de sua prisão se localiza no quadro de uma atividade partidária de base, em um trabalho corpo a corpo de propaganda.

" Eu vim tomar parte em filiação mesmo dentro do partido, quando eu entrei na Prefeitura, tive, tive uma vida muito perversa aí fui aprendendo, fui me ligando mais aos companheiros, eu saía do cemitério a meio-dia, saía com a "Folha do Povo" lá no Alto do Mundo Novo vinha distribuindo por esse meio de mundo por aqui, Beco do Quiabo tal, ia pra

casa almoçar, de 2 horas estava no cemitério. Isso muito antes de 64, muito antes. Eu era primeiro secretário político do distrito, fazia, dava assistência na base 6 e noutra base, fazia parte da base 6 que dava assistenciamento, isso muito antes. Em 64 ... Isso se de lá pra cá não houve mais nada não, viu? Em 55, em Cordeiro de Farias, eu fui preso. Passei vinte dias. Cordeiro de Farias foi em 55. Um companheiro denunciou o partido. Um dos chefes da direção, um tal de Cassimiro Pereira, dizem que ele é grande na polícia, que eu não sei. Ele é que vinha buscar as tarefas nas minhas mãos, no cemitério. Eu dava: o que foi realizado durante a semana, quem foi que ... o que foi que houve, prestar conta, atividade, sabe? Eu levava por escrito, ele ia lá no cemitério apanhava. E quando a direção do partido caiu, ele denunciou ... E eu filiado, querendo levar as coisas a sério e sendo ... sem saber. Foi eu e muitos companheiros daqui. Agora, caí na mão de Chico Pinote, caí na mão de ... daqui, já morreram tudinho. Fui preso por "Chico Pinote", fui preso por Aurino, fui preso por outros delegados. Eles só me deram uma porção de pancada dentro do ... xadrez; da secretaria não me deram não, vieram me dar numa delegacia do Arruda: trouxe eu e três companheiros, deu em um na minha vista na delegacia dali da Torre, pra eu ver, ele dando cacetada nele, deixou ele lá. Depois trouxe o outro pra delegacia de Casa Amarela a qual eu era morador daqui. Ele me levou pra eu ver, eles dando nele, eu vi. E me levou lá pro Arruda, que era a delegacia que era de fama conhecida. Mas lá ele arrumou dois não sei diabo por quê. Tudo são preparado que eu sei. Eu sou vigia, conheço da história eu sou usuário, mas conheço bem a tática. Lá ele trouxe quem me levou, que era o comandante Darcio Flores, já

tinha sido companheiro de serviço da Pernambuco Tramway. Ele não queria, eu acho sem dúvida me conhecia muito, minha mãe, meus pais, meus parentes, ele achou, eu acho, dar em mim, já preparou dois arques, não sei quem foi, mandou meter-me o cacete. Lá num quarto, depois eu caí, lá em cima do mosaico, fiquei. Fiquei botando sangue por aqui, pela cabeça toda, aí ficou saindo sangue, aí, eu vi bem, quando ele estava assim no quarto e bateu assim no birô; pei, pei, pei ! Isso era mais ou menos duas horas da manhã aí ele trouxe eu lá, e foi embora, foi a única coisa, durante a minha atividade política que eu sofri".<sup>11</sup>

Cinquenta registra com detalhes o trabalho de propaganda. A tarefa realizada, a informação passada ao companheiro (que era um policial infiltrado), a distribuição do jornal - Folha do Povo -, o conhecimento dos diversos delegados - hoje todos mortos -.

A experiência de prisões descrita por esses militantes oferece mais uma trilha sobre as práticas de repressão à atividade política de oposição durante esse período.

Projeta um campo de luta, onde as batalhas têm deixado escassos registros. Diniz e Cinquenta rememoram a repressão cotidiana ao Partido. As pressões, a intimidação da polícia que sofriam variações de acordo com a conjuntura estadual, nacional e internacional. Registram ainda a queda do Partido no final de 1955. Foram denunciados por um policial, Cassemiro Pereira, que se infiltrou nas hostes do Partido. Este até então vinha apanhar no cemitério das mãos de Cinquenta as tarefas partidárias.

## 7.2 A POLÍCIA CONTA A HISTÓRIA

É utilizando-se basicamente do material apreendido entre 1955/1956 que três policiais escrevem um trabalho intitulado - "A atividade do comunismo em Pernambuco" -. Esse relatório, depois transformado em livro pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, foi apresentado na segunda conferência nacional de polícia no Rio de Janeiro em 1958. São documentos apreendidos pelos aparelhos de repressão, principalmente em 6 de janeiro de 1956, quando a secção do Partido em Pernambuco caiu.<sup>12</sup>

As razões da queda, segundo algumas análises, estariam nas alianças com setores progressistas, possibilitando que, em face dessa abertura, a vigilância interna e as normas de segurança fossem relaxadas.<sup>13</sup>

O livro publicado pela Secretaria de Segurança oferece uma explícita visão da polícia acerca da ação dos comunistas em Recife. Na introdução, é transcrito um documento do Partido que aponta a cidade como um dos três centros mais importantes de organização e luta. Afirma o documento do partido apreendido pelas forças de segurança:

"A necessidade entre a qual nos encontramos de dar uma grande virada na luta pela Paz está a exigir que o partido na Capital compreenda a extraordinária importância que tem o município do Recife e o papel destacado que lhe compete desempenhar no desenvolvimento das lutas no Estado e em todo o País. O Recife constitui um ponto chave para o êxito da luta do nosso povo pela Paz, a Liberdade Nacional e a Democracia

Popular. é a terceira cidade do País, com uma população superior a meio milhão de habitantes "14

A importância atribuída à atividade comunista em Recife pelo próprio partido estabelece maior relevo a todas as medidas de segurança. No entanto, o hoje rico documento publicado pela polícia, na época, tinha o objetivo de divulgar os métodos do Partido. Através da publicação de documentos muitos de circulação restrita, procurava a polícia alertar e prevenir a população quanto aos métodos e táticas dos comunistas. Afirmam os autores do livro na introdução:

" Contudo, julgamos de bom alvitre pôr o público leigo a par dos métodos de ação do P.C. e, sobretudo, dar-lhe conhecimento daquilo que consta dos arquivos do Partido, de sua norma de combate que não é apresentada em seus manifestos públicos, da própria maneira com que os dirigentes pensam jogar com as massas trabalhadoras, com a mocidade e com o povo em geral, explorando-lhe o baixo nível de vida, o patriotismo etc., o que é bastante conhecido das autoridades mas ignorado pela população em geral" 15

O quadro descrito pela polícia oferece uma nítida visão que tem o aparato policial da ação do Partido, evidenciando a enorme ameaça que o comunismo representa para o poder do Estado.

Este caráter de ameaça comunista, destacado pela polícia como de extrema gravidade, vem realçar a eficiência do órgão de segurança estadual diante da opinião pública e dos seus congêneres. No entanto, fiéis à orientação oficial do Estado de reafirmar o imaginário de temor e de terror em face do comunismo, os agentes policiais projetam os comunistas como

extremamente hábeis e competentes para mudar de tática e ressurgir com nova força.

### 7.3 O COMÍCIO

Na memória de moradores e militantes, um acontecimento político em Casa Amarela deixou marcas significativas: o comício realizado por Prestes no bairro em 1946. O bairro tem sido descrito em diversos depoimentos como território bastante disputado pelos políticos em períodos de campanha. A passagem de Prestes aflora na memória com a força que as propostas comunistas exerciam nesse momento histórico. Diniz, que além de militante era também morador, descreve detalhes desse acontecimento.

"Em 1946, Prestes teve aqui nessa rua. O comitê distrital era aqui em Casa Amarela. Foi um fuzuê medonho, a cavalaria aqui na rua, espancando o povo, aqueles gritos assim em Casa Amarela. Ele teve que vim pra, pro comitê. Saldou o povo dentro do comitê, deram um tiro, lá na rua um guarda civil, assim Zé Alves. Deu um tiro lá, foi gente dana-se a correr. Quando foi no outro dia, a gente apanhou um saco e meio de tamanco e chinelo que o povo deixaram".<sup>16</sup>

Essa passagem de Prestes gravada na memória popular não constou do livro de memórias do militante comunista Paulo Cavalcanti - O caso eu conto como o caso foi - Da Coluna Prestes à queda de Arraes - . Descreve o autor a passagem de Prestes pelo Recife naquele período: "Em Novembro de 1946 já Prestes estivera no Recife. Quando da interventoria de José Domingues, o PC trouxera seu maior líder para um ato público

denominado '1 de Maio com Luis Carlos Prestes' a se efetuar no Parque 13 de Maio defronte da Faculdade de Direito".<sup>17</sup>

Outro militante do Partido que tem uma extensa história de luta é Benedito José de Moraes. Trabalhador de engenho mudou-se para o Recife onde ingressou no exército como barbeiro. Serviu ao Exército durante uma boa parte de sua vida. Benedito é mais um morador que registra a passagem de Prestes em Recife, e mais especificamente em Casa Amarela.

"Em 1946 foi o comício dele no 13 de maio; foi quando ele disse que o exército tem meia dúzia de coro ... Generais fascistas. Aí ele, ao chegar em Alagoas o Eurico Dutra perguntou a ele: você lá no seu comício no 13 de Maio, você disse que o exército tem meia dúzia de Generais fascistas? Ele disse: foi, e o primeiro é você. E Eurico Dutra calou-se e não disse mais nada a ele. E ele continuou. Voltou, nós fizemos um comício aqui na frente do Mercado de Casa Amarela, derrubaram o palanque. Fizemos o comício, derrubaram o palanque aí subimos pra Santa Isabel e fizemos o comício dentro de uma casa. Era o comitê. Entremos todo mundo pra o povo, fizeram murada na porta e nas janelas, vedaram principalmente com as costas e a cavalaria começou a atirar do lado de fora e ele falando, depois ele disse: chamou o comandante que está comandando a cavalaria pode entrar. Aí ele disse pra nós: abram, abram alas e deixem esse cachorro passar. Aí nós abrimos, abrimos assim ele passou, quando ele chegou na frente dele fez continência ele ... como é que se atira num povo desarmado? Bandido, cachorro. O meu povo está desarmado e você atirando, faça meia volta e se arritire com seus cachorros. E ele saiu, veio simhora, deixou nós lá e atirando no começo. Por que Prestes é um homem de fibra".<sup>18</sup>

As observações de Benedito sobre o encontro de Prestes com Dutra e, posteriormente, a conversa com o comandante da cavalaria que estava atirando no povo em Casa Amarela são recriações do imaginário popular. No entanto, menos relevantes do que a precisão dos relatos são as pistas de como se fortalece o imaginário do mito entre a população. Prestes se tornou um mito. Histórias reais e fantásticas se misturam com uma intensidade correspondente à necessidade da população em obter respostas que apontem alternativas para as suas desmedidas dificuldades cotidianas.

Arnaldo Rodrigues da Cruz, apesar de nunca ter militado no Partido Comunista, nos fornece um precioso retrato do imaginário em torno do comunismo há quarenta, cinquenta anos atrás, aliado à guerra campal em que se transformou o comício de Casa Amarela.

"Quando falavam em comunista, naquele tempo atrasado, o comunista, logo que chegou praqui, era como bicho-papão. Hoje não, tem Presidente comunista, chega aqui: Chegou o Presidente Comunista! Tá, tá, tá, palma pra ele! Hoje não é assim, não é? Mas, naquele tempo, não, naquele tempo, era Deus nos acuda quando falava em comunista, era tudo ... sabe? ... é ... fechava porta todinha e vamo é ... certo? Mas quando o comunista estourou aqui dentro de Casa Amarela, foi uma sensação. Se deu comício. Para aquela turma, a velha guarda e levou-se o caso a sério e o pau comeu no centro. A cavalaria e a polícia. A polícia andava com as perneiras até aqui, atacado. Emburacava debaixo do pau, era cacete como diabo. E a gente gritando, naquele tempo eu era moço. E nego corria tudo e pau comendo no centro a gente também tinha abrigo para se esconder. Porque tinha muita mata. Se escondia e a polícia

ficava atrás algum que pegado ia pro cacete, era assim. Uma luta muito boa, Casa Amarela. Isso há quarenta anos ou mais. Quarenta anos vai fazer de eu casado, rapaz".<sup>19</sup>

Tôta também guarda uma forte lembrança do comício de Casa Amarela.

"Disseram assim: Luis Carlos Prestes vai dar um comício em Casa Amarela, lá em frente da Igreja de Santa Isabel! Se lembra que aquele largo ali de Casa Amarela chama largo de Santa Isabel. Aí teve o comício. Luis Carlos Prestes falando e nesse tempo eu já tava casada com o pai de Edinho. Eu tava trabalhando no China ... lavando e engomando. Eu falei com a menina: quando a gente sair daqui, vai para o comício. Eu digo: vou! Pra eu ver o que é. Menino quando a gente chegou perto, aí tava a falação, eita! Todo mundo falando no homem: é fulano, é fulano. Eu digo: é, o negócio ali tá bom. Aí ficamos um pedacinho olhando. Quando a gente deu fé, estourou a briga, viu? É, foi pau! Eu passei por debaixo das pernas do homem, que não sei como foi que eu passei. A polícia cercou assim ... nem entra nem sai. Eu digo assim, será que eu não vou sair? Eu derrubo, mas eu passo. Passei eu e Maria, por debaixo da perna do homem, derrubemo o homem, saímos danada por ali por dentro do oiteiro, daquele meio de mundo. Foi tanto pau, tanto pau, foi tanta gente no pronto-socorro mode esse comício, também acabou-se. Isso foi em quarenta ... em quarenta e seis mais quarenta e sete, por aí assim. Cabou-se nunca mais ninguém viu um comício desse. Quando foi agora nesse negócio que o comunismo foi liberto, né? Que saiu da injustiça. Os comícios por ali falava do comunismo".<sup>20</sup>

A descrição de Tôta, como a de Arnaldo demonstram a enorme atração exercida pela pregação comunista. A

clandestinidade, a vigilância policial, a repressão, a condenação religiosa instituíam o comunismo como uma representação de proibição que também continha, exercia grande atração. A figura de Prestes - Cavaleiro da Esperança - fortalecia um imaginário proibido, estimulando a curiosidade popular, por tudo que se dizia, se contava do comunismo. A violência com que a polícia reprimiu os comunistas em Casa Amarela tinha seu correspondente a nível de condenação moral na pregação da igreja católica.

Cícera, moradora do bairro do Recife, descreve as viagens em romaria para a festa do Juazeiro do Padre Cícero. Sua fala se assemelha à reconstituição de um amplo mural construído com gosto de terra e mato. E, nesse seu resgate, o comunismo é projetado com toda a força de um imaginário reforçado pelo catolicismo da época.

"O povo gosta muito de rezar. Ave Maria, pra ir pra o Juazeiro do meu 'padinho Cico', quanto arrudeio por tantos lugares, tudinho rezando até chegar lá. E aquelas romeiros com aquelas coisinhas nas costas, carne, farinha, feijão, tudo pra cozinhar no meio do caminho orando, orando, pra nos livrar dos comunistas e dessa praga de gafanhoto que vinha e vem mesmo. O frei Damião já falou que ele vem. Pro sinal, em Garanhuns, eu me lembro, o pessoal tinha um medo horroroso do comunismo, dizia que era a besta-fera, os capa-verde. O pessoal de Garanhuns ia todo anos pro Juazeiro por causa desse capa-verde. Todo ano aquela romaria pra se livrar desse comunismo. Minha mãe e minha avó eram romeiras de padinho Cico. Elas saíam de ano a ano dormindo nos matos, fazendo fogo por causa das onças que eram demais naqueles pés de serra. Muitos iam de pés pra Juazeiro andando pro aquelas veredas estreitas".<sup>121</sup>

Esse era o quadro que os militantes comunistas enfrentavam. Difundia-se um verdadeiro estigma entre a população. Ser comunista era lutar contra adversários muito poderosos: contra a polícia que não dava trégua, utilizando das mais diversas formas para quebrar a participação e organização; a Igreja que, sentindo-se ameaçada, associava os comunistas ao próprio anti-cristo, que viria destruir todos os valores da sociedade; a propaganda oficial do governo, pelos meios de comunicação, nas escolas, sempre reforçando na população a representação de que com a chegada dos comunistas perderia tudo o que lhe era mais caro; a família, a propriedade e os valores cristãos onde foram formados.

A descrição de Cícera fornece elementos para a compreensão dos rituais de sacrifício e perigo que envolviam a peregrinação ao Juazeiro. Entretanto, as privações da viagem tinham como fonte inspiradora a eterna luta contra o mal. O comunismo se constituía no elemento catalizador de todo um exército de romeiros que buscavam a transcendência, a purificação, a graça para os sofrimentos terrenos. Era nesse combate ideal e real que toda uma população dirigia suas vidas, encontrando também nesse enclave mais uma razão para suportar a batalha cotidiana da sobrevivência.

#### 7.4 A FORÇA DO PASSADO

O depoimento dos velhos militantes, quando voltam suas atenções para o presente, é passível de incontáveis análises. Há toda uma reconstrução idílica do passado, que, de certa maneira, está relacionado à própria inserção do idoso na

sociedade de classes. O fato de se encontrar fora do mercado de trabalho, na maioria das vezes não exercendo nenhuma atividade produtiva, o torna um cidadão voltado fundamentalmente para o passado. Dessa forma, a reconstituição desse passado é marcada por uma aura de um tempo especial, que não existe e que não voltará.\*\*\* A não realização do projeto comunista que na juventude destes militantes parecia tão palpável é elemento determinante de um profundo ceticismo na possibilidade de qualquer mudança. Manoel Amaral - Cinquenta - em um determinado momento de sua entrevista afirmava:

"Eu não acredito que homem do mundo resolva o problema da humanidade".\*\*

Esse profundo ceticismo está aliado a todo o desdobramento político pós 64 quando toda uma série de projetos que pareciam estar na iminência de sua realização foram destruídos.

Acompanhar as falas de Manoel Marques, de Manoel Amaral, de Diniz, de Benedito, nessa rememoração das atividades do Partido é descobrir uma representação da militância como uma prática carregada de valores morais.

O comunista no imaginário destes militantes era sinônimo de abnegação, obediência, sinceridade, disciplina. Este modelo de comportamento, de ação é, em parte, resultado de toda uma rigorosa orientação do Partido. A construção de uma nova sociedade exigia dos seus militantes se constituírem em exemplos de cidadania. Por outro lado, a clandestinidade fortalecia a vigilância, a presteza, a disciplina.\*\*\*

"Existia muita disciplina, tinha uma certa ordem, era uns homens muito competentes, sincero".\*\*

"Naquela época a gente via o povo tinha um amor à luta, o proletariado passava por decepção ... por aperseio. Eu conhecia companheiros aqui que passava fome, mas quando era na hora de fazer a tarefa, ele tava ali na hora do batente, para cumprir a tarefa, entendeu?"<sup>24</sup>

Esta representação se associa ou se insere em um mundo de profunda religiosidade que emanava das práticas comunistas. A obediência e a disciplina eram elementos constitutivos e fundantes de um universo onde o laico e o sagrado estão unidos no próprio imaginário expresso pela população. A fé nos princípios comunistas passava a ocupar uma posição de destaque nas falas, nos discursos com que estes militantes explicavam a realidade e o futuro que haveria de vir.<sup>25</sup>

O comunismo e Prestes eram indissociáveis. A relação de respeito, de admiração, de veneração ao líder é de uma força tal, que sua expulsão do Partido é para estes também o fim do comunismo.<sup>26</sup>

Manoel Marques e Manoel Amaral são exemplos dessa forma de entender o comunismo e Prestes como indissociáveis. Afirmava Manoel Marques:

"Eu gostava, gosto muito do Partido Comunista, da idéia comunista, hoje não estou gostando. A história do Partido Comunista é uma história só é mesmo que a religião, a religião católica, hoje ela está desviada, mas o que um padre dizia todos os padres diziam. O crente, o que um crente dizia, todo crente diz. Era tudo dentro da bíblia, o catolicismo era a mesma coisa. Era como os comunistas, era a doutrina marxista-leninista, hoje não é. Hoje é cada aventureiro, essa semana, eu estava relendo uma entrevista do Cavaleiro da Esperança que chama-se Prestes e ele disse, isso que eu estou

dizendo: 'não tem mais Partido Comunista não'. Porque não acredito de maneira nenhuma que exista um Partido Comunista que expulse um homem da qualidade de Luis Carlos Prestes de suas fileiras. Porque Prestes deu toda a sua vida, perdeu mulher, perdeu tudo por causa do Partido, hoje se fala em Partido Comunista, vamos dar graças a Prestes, foi quem ensinou o povo a ser comunista".<sup>29</sup>

Para Cinquenta também o Partido e Prestes eram inseparáveis. A figura do líder fornecia ao próprio imaginário dessa população a razão de ser comunista.

"Porque olha, veja, o único dirigente do partido que tinha era Prestes, durante o tempo que ele foi dirigente o partido tinha disciplina, tinha obediência e tinha tarefa e se via alguma coisa, depois o secretário geral que era Prestes exilou-se naquele período de 64, o partido ficou aí por conta de uma dúzia de oportunista. Então, quando Prestes veio do exílio estava aqui o Partido dividido em dois. Então, ele aí eu vi mais de uma vez ele dizer que não existia Partido Comunista, eu vi ele dizer mais de uma vez pela televisão. E de fato não existia porque ... porque ficou ... Mas porque Prestes era um gênio, Prestes era uma direção muito firme durante tanto tempo, ele não vacilava".<sup>30</sup>

Para estes velhos militantes, o comunismo era uma missão. A fé, a obediência, a disciplina eram elementos imprescindíveis a qualquer cidadão que desejasse ingressar nas fileiras do Partido.

Ser comunista era opor-se à ordem social dominante, tendo, por extensão, como adversário, além das elites, o Estado e a Igreja. Esses adversários, por si só, fornecem a

dimensão do combate que os militantes tinham em seu campo de luta.

O projeto comunista de transformação da sociedade era vigiado e combatido com extremo rigor, apesar dos curtos períodos em que o Partido esteve na legalidade.

Prestes, como líder, foi uma referência marcante para esses militantes. A forma como dedicou sua vida ao comunismo acabou por transformá-lo para o imaginário popular na representação viva do comunismo.

Sua expulsão é também o fim do Partido para esses militantes. E aqui o registro da extrema dor expressa nos depoimentos de toda uma geração que acreditava, lutava e esperava viver em uma outra sociedade.

## NOTAS

- <sup>1</sup> FERRUCCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.137-138.
- <sup>2</sup> BRAYNER, Nadja. Luta e resistência: o operariado do Recife nos anos 30. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 1985.
- <sup>3</sup> REZENDE, Antonio Paulo et al. Memória & história. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. p.24. Antonio Paulo registra a influência do anarco-sindicalismo no movimento dos trabalhadores em Pernambuco já em 1914, quando da ação desenvolvido pelo operário José Elias da Silva, vindo do Rio especialmente para um trabalho junto a diversas categorias. "José Elias chegou ao Recife no dia 01/06/1914, cumprindo um roteiro intenso de atividades: 8/6, visita à sociedade dos pedreiros, 10/6, visita à sucursal da sociedade dos marinheiros e remadores, 14/6, visita à sociedade dos padeiros, além dos diversos comícios feitos em Recife e Jaboatão. A sua pretensão de ver fundada a Federação dos Trabalhadores contou com o apoio decisivo da Sociedade dos Estivadores, juntamente com a solidariedade dos tecelões, padeiros, culinários, carregadores e de Sindicato de Ofícios Vários".
- <sup>4</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p.55. Vale destacar como a memória dos militantes comunistas tem alguns pontos de coincidência, apesar do caráter singular e da constante reconstrução a que assiste o processo de rememoração segundo Halbwach. A forma de relembrar Prestes, como se observará através dos depoimentos, guarda marcas de significativa identidade. No entanto, a forma como a memória individual apóia-se na história é resultado de uma síntese bastante própria. O processo através do qual o mundo das memórias se interliga no imaginário dos militantes evidencia, algumas vezes, fronteiras indissociáveis entre o individual e o social. Para muitos, a vida pessoal é o social. Seu tempo, suas horas de lazer, fora do trabalho como profissional, são ocupados quase que completamente por atividades que têm sempre como meta uma ação voltada para o social. Halbwachs, em princípio trabalhando com as referências históricas que chegam na maioria das vezes através de livros, ou pelos meios de comunicação, estabelece a seguinte relação: "Seria o caso, então de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso".
- <sup>5</sup> Vide Seção III, Batalhas em Casa Amarela.
- <sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. S.Paulo: Brasiliense, 1985. p.114. A forma de Aguiar viver, sentir, analisar e projetar um outro futuro a partir do Golpe de 64 evidencia como este transformou aquele conjunto de momentos, de situações, de processos em um quadro de experiências. Seu relato coloca a importância da experiência comunicada pelos mais velhos, e analisada por Benjamin em "Experiência e Pobreza".
- <sup>7</sup> José de Aguiar, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1987, transcrição p.38.
- <sup>8</sup> BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. S.Paulo: Brasiliense, 1985. p.203.
- <sup>9</sup> FON, Antônio Carlos. Tortura - a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1981.
- <sup>10</sup> Biniz Gomes Cabral, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.7.
- <sup>11</sup> (Cinquenta) Manoel Amaral, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.8.
- <sup>12</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa, SÁMICO, Armando Hermes Ribeiro, LIMA, Francisco de Assis. Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco. Recife: Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Auxiliar, 1958.

- <sup>13</sup> BRAYNER, Flávio Henrique. Ai nós istôra dotô! Mudança e conservação na atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco: 1956-1964. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.
- <sup>14</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa, SAMICO, Armando Hermes Ribeiro, LIMA, Francisco de Assis. Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco. Recife: Secretaria de Segurança Pública. Delegacia auxiliar, 1958.
- <sup>15</sup> *Ibid.*, p.9.
- <sup>16</sup> Diniz Gomes Cabral, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.9.
- <sup>17</sup> CAVALCANTI, Paulo. O Caso eu conto como o caso foi. São Paulo: Alfa Ômega, 1978, p. 84.
- <sup>18</sup> Benedito José de Moraes, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p. 19.
- <sup>19</sup> Arnaldo Rodrigues apud Federação das Associações, Conselhos de Moradores e Centros Comunitários de Casa Amarela. Casa Amarela, Memórias, Lutas, Sonhos. Recife: Departamento de Memória. 1988. p.35.
- <sup>20</sup> (Tôta) Antônia Vidal in Casa Amarela, Memórias, Lutas, Sonhos, Departamento de Memória da Feaca, Gráfica Inojosa, Recife, 1988, p.58.
- <sup>21</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres et al. Porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989. p.30.
- <sup>22</sup> Ecléa Bosi ao discutir "a memória como função social" resgata uma dimensão do conjunto de lembranças resgatadas pelos velhos: estes redesenham todo um universo até então perdido. No entanto, a nostalgia, a revolta e mesmo resignação por tudo a que assistem no presente. O depoimento destes comunistas é um quadro doloroso de um tempo, que o presente desfigurou. BOSI, Ecléa. Lembranças de velhos. São Paulo. T. A. Queiroz, 1983. p.40: "Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação, pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem-criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual".
- <sup>23</sup> (Cinquenta) Manoel Amaral, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.11.
- <sup>24</sup> Em um documento do partido, divulgado pelo CC na primeira metade dos anos 50, é bastante evidente a ação educativa, orientando de forma detalhada o próprio comportamento do militante nos princípios da moral comunista. LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa, SAMICO, Armando Hermes Ribeiro, LIMA, Francisco de Assis. Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco. Recife: Secretaria da Segurança Pública, Delegacia Auxiliar, 1958. p.207. "Todo militante tem o dever de se educar nos princípios da moral comunista. Nos educamos para nos colocar à altura das tarefas que o Partido nos dá. Nossa educação deve ser realizada de maneira indissolúvel com as tarefas da revolução brasileira. Nos educamos para bem cumprir as tarefas. A moral comunista é um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes do Partido em sua luta pela revolução".
- <sup>25</sup> Diniz Gomes Cabral, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, 1988, transcrição p.5.
- <sup>26</sup> *Ibid.*, p. 10.
- <sup>27</sup> Flávio Brayner ao estudar as práticas e os referenciais teóricos do Partido Comunista Brasileiro, observa como, muitas vezes de forma implícita ou mesmo explícita, a religiosidade cercava os valores e as práticas comunistas. BRAYNER, Flávio Henrique Albert. "(...) Ai Nós Istôra Dotô!" (Mudança e Conservação na Atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco: 1956 - 1964). Recife, 1985. Dissertação (Mestrado de História), Departamento de História, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 1985. "Mesmo se recorrermos a um dos mais fecundos e originais pensadores marxistas deste século, Antônio Gramsci, observaremos que seu juízo (num determinado

período) sobre o partido comunista terminam por aproximar-se de uma quase "religiosidade secularizada". Trata-se de um artigo publicado no "L'Ordine Nuovo", entre 1919/20 e publicado em português nas suas "Obras Escolhidas": "(...) O Partido Comunista é, no período atual, a única instituição que pode seriamente confrontar-se com as comunidades religiosas do cristianismo primitivo; nos limites em que o partido já existe, a escola internacional, pode tentar-se uma comparação e estabelecer-se uma origem de juízos entre os militantes pela Cidade de Deus e os militantes pela Cidade do Homem; o comunista não é certamente inferior aos cristãos das catacumbas(...)"

<sup>28</sup> Acerca da mitificação de Prestes, Fernando Moraes em Olga nos fornece algumas pistas valiosas, ao reiventá-lo como este era considerado nos meios revolucionários internacionais. MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-ômega, 1987. p.40-50. GORENBER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p.27. Apesar de críticas, algumas vezes simplistas, afirma o autor: "É da mais elementar justiça reconhecer que Prestes não tem nenhuma responsabilidade pessoal pelo processo social de sua mitificação. Já era o "cavaleiro da esperança" quando veio ao PCB. A mitificação tampouco operou no vazio. Na Coluna que tomou seu nome, Prestes se destacou dentre uma dezena de combatentes que tiveram atuações marcantes na história contemporânea do Brasil. Demonstrou muitas vezes coragem, disposição para o sacrifício em nome de idéias, despreendimento pelas seduções do poder burguês e do conforto material!"(...)

<sup>29</sup> Manoel Marques, entrevista para o Departamento de Memória da Feaca, p. 20.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.9.

## CONCLUSÃO

As histórias que a população tem construído, registrado, reinventado vêm à tona ao longo das inúmeras entrevistas realizadas pelo Departamento de Memória da Feaca e do Memória em Movimento.

O debruçamento sobre esses relatos, onde a história de vida e trabalho é permeada por lembranças de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, projeta um diversificado mosaico.

Descobrem-se memórias onde a população constantemente tem participação direta nos acontecimentos narrados. É a sua versão do acontecimento, reafirmando ou reconstruindo outro núcleo historiográfico.

Muitas memórias comumente morrem com seus narradores. A falta de instrumentos e práticas que preservem a história vivenciada e construída pela população é um elemento que contribui para a perda dessa memória.

Os relatos da população projetam toda uma visão de mundo, de sociedade, de vida. São observações, análises, sonhos, alegrias e tristezas que se sucedem, redesenhando a forma como se estabelecem diferentes relações e sínteses entre o mundo popular e o oficial.

Nesse cenário, a história como representação do passado que informa a compreensão do presente e a projeção do futuro se define como um campo de infindáveis disputas. Sobretudo porque se caracteriza como a própria base onde são delineados os níveis da governabilidade social.

A compreensão, a percepção, a representação que a população realiza de viver em um mundo "apartado" daqueles que têm as condições e garantias mínimas de sobrevivência, além do acesso a um processo regular de escolarização, se projeta como um enclave social. Entretanto, o discurso, a representação, a história oficial institui nesse palco suas matizes justificadoras e reprodutoras de uma ordem, estabelecendo marcas significativas na memória popular.

A força e o poder do Estado em estabelecer uma história - oficial - se materializa também na prática de intervir no cotidiano da população, disciplinando, prendendo, condenando, organizando.

As marcas da resistência vêm à tona com os sinais de um longo e tortuoso caminho de batalhas infundáveis. Uma aura heróica cerca todos esses homens e mulheres, que transformam suas vidas em uma permanente ação, busca, procura de afirmar uma história a contrapelo. Seus relatos redesenham a expressão do narrador, carregados de uma sabedoria que transcende as determinações mais imediatas do senso comum e da cultura de massa, recolocando os próprios limites da condição humana.

História em campo minado é uma fotografia de um mundo passado onde se resgatam as memórias de um povo, através de experiências gerais e particulares, mas sempre abertas a inúmeras e diversificadas construções.

## ABSTRACT

History in a mined field is a report constructed from popular memory. We have attempted to study which impressions - from official history, from the left, and day-to-day community life and work - are registered in the collective memory; how such memories were formed and how they are recollected today.

One of the guidelines was the attempt to determine the history, or the histories where the popular classes live. Oral history was the technical and methodological referential which guided the investigation and production of this documental field.

All the debate around the problems of studying memory also served as a point of reference for the development of the projected line of investigation.

Another referential was the idea of history as combat, struggle. Mainly because it is from representations from the past that an entire strategy of government, power, society and future is constructed. In this scenery we found the popular marks of repetition or of resistance against official representations. In this perspective, we've always attempted to keep in mind the field of history as a field of struggle, of life and death, a mined field.

The documental field delimitating this work was based on more than one hundred interviews. From these, approximately twenty were selected, defining, in principle, the historical framework which constitutes the main body of the work.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 9.1 Geral

ADORNO, Theodor W. et al. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.

AGULHON, Maurice et al. Ensaio de ego-história. Lisboa: Edições 70, 1989. 361p.

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. São Paulo: Cortez, 1988. 187p.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1988. 83 p.

----- (Org.). Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984. 255p.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1983. 338 p.

BAKTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: Hucitec, 1987. 419 p.

BANDEIRA, Moniz. O ano vermelho. São Paulo: Brasiliense, 1980. 378 p.

BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. 253 p.

----- Rua de mão Única. São Paulo: Brasiliense, 1987. 277 p.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 360 p.

BOLLE, Willi (org.). Documento de cultura, documentos de Barbárie. escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix & Editora da USP, 1986. 201p.

BOSI, Alfredo et al. Tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152 p.

BROCKMAN, John. Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 285 p.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 320 p.

CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 187 p.

CARDONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976. 387p.

----- Revoluções no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Difel, 1975. 141 p.

CASTORIANS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418 p.

CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986. 179 p.

----- Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981. 220p.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 152 p.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 363 p.

DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1984. 209 p.

DUBY, Georges et al. Diálogos sobre a nova história. Lisboa: Dom Quixote, 1989. 165 p.

DULLES, John W. Foster. Anarquistas e comunistas no Brasil. São Paulo: Nova Fronteira, 1977. 489 p.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1976. 118p.

FERRO, Marc. Falsificações da História. Lisboa, Publicações Europa-América, 1981. 280 p.

----- A história vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 157p.

- FINKIELKRAUT, Alain. A Derrota do pensamento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 156 p.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 296 p.
- Nietzsche, Freud e Marx - Theatrum Philosophicum. Porto: Anagramas, 1980. 81 p.
- As Palavras e as coisas. Lisboa: Portugalia, 1986. 506 p.
- Verdad y formas jurídicas. Barcelona: Gedeca, 1980. 67 p.
- Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1983. 277 p.
- GADOTTI, Moacir. Educação e poder. introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo: Cortez, 1985. 135 p.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 255 p.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho. Rio de Janeiro: Campus 1979. 318 p.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1987. 255 p.
- HOBBSBAWN, Eric J. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 447 p.

- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1983. 166 p.
- KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro. São Paulo: Alfa ômega, 1982. 468 p.
- KRANTZ, Frederick (Org.). A outra história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 354 p.
- LENHARD, Alcyr. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, 1986. 216 p.
- MATOS, Olgária. Os Arcanos do inteiramente outro. São Paulo: Brasiliense, 1989. 357 p.
- MORAES, Denis de et al. Prestes: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. 227 p.
- MORAIS, Fernando. Olga. São Paulo: Alfa ômega, 1987. 314 p.
- MUNAKATA, Kazumi. A Legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. 112 p.
- ORTIZ, Renato. A Consciência fragmentada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 192 p.
- A Moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988. 222 p.

- PERROT, Michelle de. Os excluído da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 332 p.
- RANCIERE, Jacques. A Noite dos proletários. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 439 p.
- REZENDE, Antonio Paulo. História do Movimento Operário. São Paulo: Ática, 1986. 88 p.
- et al. Memória & História. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. v.2, 256 p.
- RUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 349 p.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 329 p.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1983. 257 p.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v..
- Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 432p.
- VALLE, Edenio, QUEIROZ, José J. (Org.). A Cultura do povo. São Paulo: Educ, 1982. 144 p.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 288 p.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1985. 414 p.

ZAIDAN FILHO, Michel. O PCB e a Internacional Comunista. São Paulo: Vértice, 1988. 192 p.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985. 230 p.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Edições 70, 1983. 350 p.

#### História Oral/Memória

ACUNA, Victor Hugo. Fuentes orales e historia obrera: el caso de los zapateros en Costa Rica. Cuadernos Flacso, Costa Rica, v.1, n.19, p.95, 1987.

BAUM, Eilla K. Oral history for the local historical society. 2.ed. rev. Nashville: American Association for State and Local History, 1974. 37 p. Trabalho apresentado à "Conference of California Historical Societies".

- BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire - Um lírico no auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. 271 p.
- BOMMES, Michael et al. Charm of residence: the public and the past in making histories. London: Hutchinson, 1982. 379 p.
- BRAVO, Ana et al. In our common history: the transformation of Europe. London: Humanities Press, 1978, 334 p.
- BOSI, Ecléa. Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402 p.
- CALDEIRA, Tereza Pires. A política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984. 300 p.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. História Oral e História. Rio de Janeiro, 1976. 70 p. Conferência realizada no I Seminário Brasileiro de Arquivos Municipais. Rio de Janeiro, UFF, 2-6 ago., 1976.
- CORREA, Carlos Humberto P. O documento de história oral como fonte histórica. Florianópolis, 1977. p. 73-92. Trabalho apresentado em mesa redonda durante o IX Simpósio da Associação Nacional de Profesores Universitários de História, Florianópolis, 1977.
- DANIELSON, Larry. The folklorista, the oral historian and local history. In: The Oral History Review, Fullerton: Huthson, 1988. p.45-57

FREUD, Sigmund. Obras completas. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1981. 3 v.

FRISCH, Michael. Oral History and hard time: a review essay In: The Oral History Review. Fullerton: Huthson, 1979. p 70 - 79.

GAGNON, Nicole et al. L'Histoire Orale. Québec: Edisem, 1978. 125 p.

LE GOFF, Jacques. Memória - História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 457 p.

HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.

MONTENEGRO, Antonio Torres et al. Bairro do Recife/Porto de muitas Histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989. 157 p.

----- Casa Amarela. memórias, lutas, sonhos. Recife, Inojosa, 1988. 187 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: Ceru, FFLCH/USP, 1983. 182 p.

RANDALL, Margaret. Testimonios. San José: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, 1983. 187 p.

The Journal of American History, Bloomington, v. 75, n. 4, p.1234-1278, Mar. 1989.

THOMPSON, Paul The Edwardians. London: Weidenfeld & Nicholson, 1984. 382 p.

-----, The voice of past. London: Oxford University Press, 1986. 257p.

TORRES, Rosa Maria. Recuperar las historias del pueblo. Quito: Universitaria, 1987, 176 p.

VERENA, Alberti . História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. 197 p.

VON SINSOM, Olga R. de Moraes . (Org.). Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice, 1988. 195 p.

WILKIE, James Wallace. Postulates of the Oral History Center for Latin America. Separata The Journal of Library History, Bloomington, v.2, n.2, p 32-65, 1967.

WINN, Peter. Oral History and the factory study: new approaches to labor history. Latin American Research Review, Chapel Hill, 1979. 156 p.

### 8.3 Recife/Pernambuco

- ANDRADE, Gilberto Osório de. Migrações internas e o Recife. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa, 1979. 110 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Recife, problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1979. 134 p.
- BARRDS, Manuel de Souza. A Década de 20 em Pernambuco. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985. 328 p.
- BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. Alagados, mocambos e moçambeiros. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1965. 126 p.
- BEZERRA, Gregório. Memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, v. 1.
- BRAYNER, Nadja Maria Miranda. Luta e resistência - O operariado do Recife nos anos 30. Recife, 1985. 305 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Pimes, Dept. de Ciências Sociais, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.
- BRITO, F. Saturnino. Saneamento do Recife. Pernambuco: Imprensa Oficial, 1917. 94 p.

- MELLO, Evaldo Cabral de. Aspectos da descaracterização do Recife. Recife: Serv. Mimeográfico "Magela", 1951. 58 p.
- CAVALCANTI, Paulo. O Caso eu conto como o caso foi. São Paulo: Alfa Ômega, 1978. 409 p.
- CESAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife - trajetória e articulação política - 1955 - 1964. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.1, n. 1, p 23-47, Set. 1985.
- CINTRA, João F. de Ulchôa. Sugestões para orientação do estudo de um plano geral de remodelação e expansão da cidade do Recife. Recife, Separata de Arquivos.
- COSTA , Francisco Augusto Pereira da. Arredores do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. 79 p.
- CRUZ, Levi da. As migrações para o Recife - estudo geográfico. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961. v. 1.
- FREITAS JUNIOR, Octávio de . Medicina e costumes do Recife antigo. Recife: Impr. Industrial, 1943. 118 p.
- FREYRE, Gilberto. Assombrações do Recife velho; algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 129 p.

- . Guia prático-histórico e sentimental da cidade do Recife.  
Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 164 p.
- . Sobrado e Mocambos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.  
365p.
- LINS, Etelvino. Um Depoimento Político (episódios e observações).  
Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977. 138 p.
- MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e lutas. Recife: Raiz, 1985. 362 p.
- MELO, Mário Lacerda. Metropolização e subdesenvolvimento; o caso do Recife. Recife: UFPE, 1978. 73 p.
- MOTTA, Roberto, SCOTT, Parry (org.) Sobrevivências e fontes de renda - estratégia das famílias de baixa renda no Recife.  
Recife: Massangana, 1983. 128 p.
- PAGE, Joseph A. A Revolução que nunca houve. São Paulo: Record, 1989. 187 p.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Recife: Massangana, 1984. 217 p.
- PARAHYM, Orlando da Cunha. Contribuição ao estudo da mortalidade infantil no Recife (fatores econômicos-sociais). Recife, 1953.  
Recife: Imprensa Oficial, 1955. 78 p. Relatório da Liga Social Contra o Mocambo: período 1939/1944.

PERRUCCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 212 p.

PORTO, José da Costa. Os Tempos da República Velha. Recife: Fundarpe, 1986. 486 p.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) (1949). Primeiros resultados de um inquérito em torno da população operária do Recife. Recife: Oficinas da Livraria Universal, 1949. 84 p.  
Trabalho organizado pela Seção de Estatística da Divisão de Pesquisas, Assistência Jurídica e Divulgação do Departamento Regional de Pernambuco.

VASCONCELOS, Everardo. Recife, cidade sem monumentos. Recife: Artes Gráficas da Escola Industrial 90. Agamenon Magalhães, 1954. 97 p.